

Características da Participação dos Jovens no Mercado de Trabalho e Elementos para as Políticas Públicas

Convênio MTE - DIEESE

2007



Ministério do
Trabalho e Emprego



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário Executivo - SE

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Ezequiel Sousa do Nascimento

Secretário de Relações do Trabalho – SRT

Luiz Antonio de Medeiros Neto

© copyright 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Departamento de Qualificação – DEQ
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, sala 300
CEP 70059-900 – Brasília – DF
Telefones: (0XX61) 3317-6239 / 3317-6004 – FAX: (0XX61) 3317-8217
E-mail: qualificacao@mte.gov.br

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Direção Nacional

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo

Ficha Técnica - DIEESE

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira
Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora Subprojeto I
Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora Subprojeto II
Joana Cabete Biava – Coordenadora Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski – Coordenadora Subprojeto VI
Ana Cláudia Moreira Cardoso – Coordenadora Subprojeto VII

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira
Juliana da Silva Matos Leal
Maria Lúcia Leal de Oliveira
Maria Neuma Brito
Maria Nilza Macedo
Marleze Azevedo Fraga Elisiario
Natali Machado Souza
Rosane Emília Rossini
Terrânea Maria Bispo

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Marlene Seica Shiroma Goldenstein
Solange de Souza Bastos
Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Ficha Técnica - UNICAMP

Coordenação

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenador Geral do Projeto

Equipe Executora

Subprojeto III:

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenação de Área
Amilton José Moretto – Pesquisador
Marcelo Weishaupt Proni - Pesquisador
Alexandre de Freitas Barbosa – Pesquisador
Adriana Jungbluth – Pesquisadora
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro - Pesquisador
Cassiano José Bezerra Marques Trovão – Auxiliar de Pesquisa
Lara Borges Caldas – Auxiliar de Pesquisa
Camila Santos Matos de Freitas Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa
Eccen Excelência em Tecnologia Ltda

Subprojeto IV:

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira - Coordenação de Área
Márcio Percival Alves Pinto (afastado) – Coordenação de Área
Paulo Eduardo de Andrade Baltar - Pesquisador
Simone Silva de Deos - Pesquisador
Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti - Pesquisador
Marcos Antonio Macedo Cintra - Pesquisador
Rafael Fagundes Cagnin – Auxiliar de Pesquisa
Lígia Martins – Auxiliar de Pesquisa
Paulo Amora – Auxiliar de Pesquisa

Subprojeto IV:

Márcio Pochmann – Coordenação de Área
Anselmo Luís dos Santos – Coordenação de Área
José Dari Krein - Pesquisador
Leandro Pereira Moraes - Pesquisador
Fabiano Lago Garrido – Auxiliar de Pesquisa
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa

Contrato SPPE-MTE/DIEESE/IE-UNICAMP-FUNCAMP

SUMÁRIO

RESUMO	07
PARTE I	13
Características do Desemprego do Jovem no Mercado de Trabalho Nacional	13
1. Mercado de trabalho e condição de atividade	15
2. Condições de atividade do jovem entre 2002 e 2005	20
2.1 Desemprego e participação dos jovens por características pessoais e familiares	20
2.2 Desemprego e participação dos jovens pobres por características pessoais e região de moradia	35
3. Condição de atividade do jovem entre 2002 e 2005: uma visão regional	46
3.1 Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por Grande região, entre 2002 e 2005 e taxas de participação dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos	47
3.2 Variação das de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos	50
3.3 Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até ½ salário mínimo, por Grande Região, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda, no total de jovens ocupados de baixa renda, no total de jovens desempregados de baixa renda e no total de jovens inativos	52
3.4 Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até ½ salário mínimo, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda, no total de jovens ocupados de baixa renda, no total de jovens desempregados de baixa renda e no total de jovens inativos	56
4. Considerações Finais	58
PARTE II	60
Evolução Recente do Emprego Formal de Jovens no Brasil	60
Introdução	60
1. Desempenho recente de jovens e adultos no mercado de trabalho	62
2. Características gerais do emprego formal dos jovens	65
3. Potencial de expansão do emprego formal dos jovens em relação ao crescimento do PIB	70
4. Características do emprego formal dos jovens por família ocupacional	73
4.1 Ocupações com saldo positivo período 2004-2006	73
4.2 Ocupações com saldo negativo período 2004-2006	78
5. Principais famílias ocupacionais para obtenção do primeiro emprego formal	81
6. Taxas de rotatividade nas 50 principais famílias ocupacionais em 2005	86
Considerações finais	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

RESUMO EXECUTIVO

O objetivo do presente relatório é, em poucas palavras, examinar o problema do desemprego juvenil e o tipo de inserção dos jovens no mercado de trabalho formal. Cabe esclarecer que, na primeira etapa da pesquisa, utilizou-se a abordagem tradicional em estudos sobre a condição de atividade dos jovens, definidos como aqueles com idade entre 16 e 24 anos; na segunda etapa, em razão da nova concepção do *Programa ProJovem*, ampliou-se a faixa etária e procurou-se analisar a situação dos empregados entre 15 e 29 anos de idade.

O relatório está dividido em duas partes, que correspondem às duas etapas mencionadas. Além disso, no Anexo, é encaminhado um levantamento dos programas e ações do Governo Federal na área de emprego, trabalho e renda para os jovens.

A seguir, são sintetizados os principais resultados em cada etapa da pesquisa.

Na Parte I, o propósito é oferecer uma análise da condição de atividade dos jovens entre 16 e 24 anos, procurando apresentar um painel dos jovens afetados pelo desemprego, em termos das suas características pessoais e familiares.

Na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego. Isto ocorreu porque a taxa de participação dos jovens cresceu significativamente no período recente, isto é, ampliou-se a propensão dos jovens a buscar uma inserção no mercado de trabalho, em especial entre as mulheres. Sem dúvida, o desemprego dos adultos continua sendo um problema grave, mas o desemprego dos jovens tem assumido uma dimensão que se torna cada vez mais preocupante. Entre 2002 e 2005, a taxa de desemprego jovem feminino aumentou de 22,7% para 24,7%, situando-se num patamar bastante superior ao da taxa de desemprego jovem masculino (passou de 14,4% para 15%). A taxa de participação feminina jovem ainda é bastante inferior à taxa de participação masculina jovem (80% contra 60%). A pressão da entrada de mulheres com menos de 25 anos sobre o mercado de trabalho deve continuar na segunda metade da década. Entre os jovens, o grupo com idade entre 16 e 17 anos mostra-se mais vulnerável e apresenta taxa de desemprego bastante superior aos demais grupos etários. Em grande parte, isso se deve a uma menor experiência profissional e ao nível de escolaridade mais baixo (comparando com o grupo de 21 a 24 anos). Os jovens com menor

escolaridade parecem sofrer menos com o desemprego do que os jovens que ultrapassam o ensino fundamental. Por outro lado, os jovens com nível superior também apresentam taxa de desemprego menor do que os que não concluíram o ensino médio. Tudo indica que o mercado de trabalho é bastante segmentado e que os jovens com níveis de escolaridade distintos não disputam os mesmos postos de trabalho nem encontram os mesmos tipos de obstáculos. A taxa de participação dos jovens sem instrução é bem menor do que a dos que concluíram o ensino médio. No caso, a falta de perspectiva aumenta a inatividade. Também é clara a desvantagem dos jovens negros na disputa por postos de trabalho. Em 2005, a taxa de desemprego deste segmento alcançou 25,6% contra 19,7% entre os jovens de pele parda, 17,7 % entre jovens brancos e 11,8% entre jovens de pele amarela.

A condição de pobreza (renda familiar *per capita* inferior a 0,5 salário mínimo) interfere fortemente no acesso do jovem ao mercado de trabalho. Por outro lado, como a renda dos jovens contribui na renda familiar, são comuns as situações em que o desemprego juvenil impede que a família ultrapasse o limiar da linha de pobreza. Por isso, não deve surpreender que a maior taxa de desemprego entre jovens se verifique nas famílias mais pobres (26,2% em 2005). A condição de atividade dos jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda (aqueles que são o alvo prioritário dos programas sociais) também indica uma situação mais desfavorável para as moças. E a taxa de desemprego também tende a crescer conforme aumenta o nível de escolaridade. Mas, não recua com a conclusão do ensino fundamental, ao contrário do que ocorre para o conjunto dos jovens (em 2005, 43% dos jovens pobres com nível superior estavam procurando emprego na época da pesquisa do IBGE). A condição dos jovens pobres com idade entre 18 e 20 anos era bem mais precária do que a verificada para o conjunto dos jovens brasileiros (taxa de desemprego de 28,4% em 2005). Também chama a atenção o fato do desemprego diminuir pouco com a elevação da idade (a taxa de desemprego entre os jovens pobres com idade entre 21 e 24 anos era de 23,5%). Por sua vez, confirmou-se a dificuldade de inserção ocupacional dos jovens negros pertencentes a famílias pobres, indicada pela elevação da taxa de desemprego (de 31,1% em 2002 para 36,5% em 2005). De qualquer modo, os jovens brancos pobres também encontram dificuldade de ocupação (desemprego da ordem de 27,4%). Sem dúvida, continua existindo um círculo vicioso, no qual a baixa renda familiar, a falta de estudo e a cor da pele acabam circunscrevendo uma situação de grande vulnerabilidade social. Os jovens que se encontram nesta situação encontram dificuldades muito maiores de inserção no mercado de trabalho.

Em termos regionais, a situação da condição de atividade dos jovens entre 16 e 24 anos também apresenta grandes disparidades. Em 2005, a taxa de desemprego dessa população alcançava 22,4% no Sudeste contra apenas 13,5% no Sul. Por sua vez, a taxa de participação é mais elevada no Sul (74,5%), contra 64% no Norte. Entre 2002 e 2005, aumentou a taxa de participação dos jovens em todas as regiões, mas o efeito sobre o desemprego foi distinto em cada uma. Embora a proporção de famílias pobres seja muito maior no Nordeste e no Norte, o problema do desemprego entre jovens pobres não assume uma dimensão maior nessas regiões. No Sudeste, a taxa de desemprego entre jovens pobres alcançava quase 40%, em 2005, contra 20% no Nordeste e 21% no Norte. Por outro lado, chama a atenção a elevada proporção de jovens pobres ocupados no Nordeste e no Norte. Provavelmente, a predominância de baixos salários não permite que as famílias de baixa renda consigam superar a condição de pobreza, mesmo com a inserção de um membro mais jovem no mercado de trabalho. Além disso, não se pode esquecer que muitos trabalhadores jovens são chefes de famílias de baixa renda.

Outro aspecto importante a ressaltar é a diferença na dimensão do problema do desemprego entre jovens quando se pondera a densidade urbana. Nas principais áreas metropolitanas do país, entre 2002 e 2005, a taxa de desemprego juvenil aumentou um pouco (de 25,4% para 26,2%), enquanto nas demais áreas o crescimento foi maior (de 14,4% para 16,0%). Mas, a distância permanece muito significativa, mostrando que o problema se manifesta de maneira mais grave nas grandes metrópoles. Nas áreas metropolitanas, o desemprego aberto atinge quase metade dos jovens pertencentes a famílias pobres. Nas demais áreas, esta proporção é bem menor (um quinto).

É muito preocupante a dificuldade de inserção dos jovens pobres (isto é, pertencentes a famílias de baixa renda), que em 2005 representavam cerca de 1.660.000 pessoas. Ainda que houvesse um crescimento econômico sustentado, as possibilidades de inserção desses jovens ainda assim estariam provavelmente restritas à informalidade ou a ocupações regulares muito precárias, devido à sua baixa capacidade cognitiva e às suas desvantagens na competição por postos de trabalho, em especial nas principais regiões metropolitanas. Certamente, a situação bastante heterogênea desta população jovem mais vulnerável coloca desafios ainda maiores para os formuladores de políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Na Parte II, o propósito é analisar a participação dos jovens com idade entre 15 e 29 anos nos empregos formais gerados nos últimos anos, levantar suas características pessoais e verificar o

tipo de emprego a que eles têm acesso. Procura-se também mensurar o impacto do recente crescimento econômico sobre o volume de postos de trabalho destinados a trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência profissional, desagregando a análise por grupo ocupacional. Além disso, objetiva-se identificar as famílias ocupacionais nas quais tem havido maiores ganhos e maiores perdas de participação, apontar aquelas nas quais tem sido mais freqüente a obtenção do primeiro emprego formal e examinar como se manifesta o problema da elevada rotatividade no emprego entre os jovens.

Na década atual, houve uma mudança positiva na inserção dos jovens no mercado de trabalho nacional. Entre 2002 e 2006, de acordo com a PNAD, para os trabalhadores entre 15 e 29 anos de idade, o saldo líquido no emprego formal assalariado não doméstico ultrapassou 2,1 milhões de ocupados (41,3 % do emprego formal assalariado não doméstico no período). Por sua vez, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006, conforme a RAIS e o CAGED, o saldo na geração de empregos formais para esta faixa etária foi de mais de 2,6 milhões de trabalhadores – mais de 50,0% dos postos de trabalho criados no período.

A distribuição entre os segmentos etários do saldo líquido do emprego gerado entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006, por grandes setores de atividade econômica, mostra que o peso do comércio é decrescente conforme se avança na idade e o peso dos serviços é bem maior na faixa etária de 25 a 29 anos. O grupo mais jovem, com idade até 17 anos, é o único no qual o peso do comércio supera o peso dos serviços. A indústria apresenta uma geração significativa de postos de trabalho, com peso similar nos três segmentos etários.

A expansão do emprego formal entre trabalhadores com menos de 30 anos tem sido acompanhada de ligeira elevação no salário médio contratual em todos os grandes setores de atividade econômica. Mas, apesar dessa ligeira elevação, não parece ter havido alteração substantiva na estrutura de remunerações. Os dados mostram que os saldos foram positivos somente até o patamar de três salários mínimos para o total dos jovens e até o patamar de dois salários mínimos para os com menos de 25 anos. Além disso, percebe-se que as diferenças intersetoriais de salário são pequenas no grupo etário mais jovem e crescem com o avanço da idade.

Quanto às características pessoais, importa destacar que as mulheres continuam ampliando gradualmente a sua participação no mercado de trabalho. E que continua o processo de

substituição de empregados com escolaridade mais baixa por empregados mais escolarizados. Aliás, 90,0% dos empregos preenchidos por trabalhadores com menos de 30 anos foram obtidos por aqueles que possuíam ao menos o ensino médio completo. Ou seja, a escolaridade é um atributo essencial para os jovens que disputam um lugar melhor no mercado de trabalho.

O potencial de geração de empregos formais que podem ser preenchidos por trabalhadores até 29 anos é significativo: para cada ponto de crescimento no PIB têm-se, *ceteris paribus*, um aumento correspondente de 265 mil vagas de emprego, cabendo esclarecer que há uma predominância do grupo de 18 a 24 anos, para o qual seriam destinadas 56,0% do total de vagas para jovens, ficando o grupo com até 17 anos com apenas 10,0% do total de empregos líquidos criados.

A pesquisa também apontou quais foram as 20 principais famílias ocupacionais mais dinâmicas (responsáveis por mais de 60,0% do saldo dos jovens com empregos formais), entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006, com destaque para “operadores do comércio em lojas e mercados”, “escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos”, “operadores de telemarketing” e “alimentadores de linha de produção”. E indicou as ocupações em declínio entre os empregados com menos de 30 anos, isto é, as famílias ocupacionais com os maiores saldos negativos no período, em especial “operadores de telefonia”, “professores de nível médio do ensino fundamental”, “gerentes de operações comerciais e de assistência técnica” e “produtores de avicultura e cunicultura”. E note-se que as taxas médias anuais de crescimento ou retração do estoque de empregados de acordo com a família ocupacional em geral se diferenciam conforme o segmento etário.

No que se refere ao registro do primeiro emprego formal, as duas famílias ocupacionais nas quais é mais freqüente são “operadores do comércio em lojas e mercados” e “escriturários em geral e auxiliares administrativos” (somadas, ambas representam um quarto do total). O relatório destaca que 12 famílias ocupacionais correspondiam a 51,0% dos quase 1,7 milhões de empregados que obtiveram o primeiro emprego formal em 2005. Entre segmentos etários, há diferenças importantes e esperadas, como a participação de “contínuos” entre os menores de 18 anos e de “motoristas” e “médicos” entre os trabalhadores entre 25 e 29 anos.

Finalmente, o estudo permite constatar que a taxa média de rotatividade entre empregados com até 29 anos é bem elevada (cerca de 74,0% em 2005) e que a idade dos trabalhadores exerce forte influência neste traço estrutural do mercado de trabalho nacional. É claramente perceptível que a

taxa média de rotatividade é extremamente elevada entre os mais jovens, declinando conforme se avança para os segmentos etários seguintes (134,0% para jovens de até 17 anos, 89,0% para jovens de 18 a 24 anos e 58,5% para jovens de 25 a 29 anos em 2005). De fato, a menor experiência profissional está associada com maior rotatividade em todas as famílias ocupacionais. Mas, por outro lado, há ocupações em que a rotatividade é marcadamente mais alta ou mais baixa, em todos os segmentos de idade. Chamam a atenção as altíssimas taxas calculadas para várias famílias de “trabalhadores agrícolas”, assim como para “ajudantes de obras” e para “operadores de telemarketing”. Em oposição, é relativamente mais baixa a rotatividade entre “técnicos e auxiliares de enfermagem”, “professores de ensino médio e fundamental”, assim como entre “fiscais e cobradores de ônibus”, “supervisores administrativos” e “analistas de sistemas computacionais”.

PARTE I

Características do Desemprego do Jovem no Mercado de Trabalho Nacional

Introdução

O problema do desemprego se manifestou de forma aguda no início dos anos 90, num contexto de recessão econômica, e tornou-se um problema crônico do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década, em razão das profundas transformações estruturais verificadas e do tipo de políticas macroeconômicas adotadas, em especial a partir do Plano Real (MATTOSO, 1999).

O processo de “modernização” forçada, induzida pela abertura comercial, fez com que a inserção do Brasil no mundo globalizado se desse de forma subordinada, o que ocasionou uma grande desarticulação da estrutura produtiva. Ao expor a economia nacional à concorrência externa, sem uma política industrial e creditícia adequadas, provocou-se o fechamento de empresas nacionais, a mudança patrimonial (venda de empresas nacionais às empresas estrangeiras) e a reestruturação produtiva e a administrativa das grandes empresas em geral com forte tendência à redução de custos por meio de terceirizações, mecanização e do enxugamento dos quadros de trabalhadores.

Após 1994, com o Plano Real, finalmente alcançou-se a tão almejada estabilidade dos preços, mas se manteve a economia aberta, tanto para o comércio internacional quanto para os fluxos financeiros. Houve agravamento das condições de concorrência internacional pela adoção de uma política cambial desfavorável à produção nacional, com taxas valorizadas e fixas entre 1995 e 1999, e pela adoção de elevadas taxas de juros para atração de investimentos estrangeiros que financiavam os déficits comerciais e de conta corrente, encareciam o crédito e inibiam os investimentos produtivos.

Esse período foi especialmente difícil para a sobrevivência das indústrias mais frágeis, com grandes dificuldades para exportação de produtos nacionais e facilidade para importação de produtos estrangeiros, o que acelerou ainda mais a destruição de postos de trabalho, ampliou as necessidades de reestruturação e modernização das empresas restantes e manteve baixa a atividade econômica, com reduzida elasticidade emprego/PIB, o que trouxe como consequência,

além ampliação substantiva das taxas de desemprego aberto – duas vezes superiores às observadas na década de 80 –, a ampliação das formas precárias de ocupação num processo de *desassalariamento* dos trabalhadores (POCHMANN, 1999).

Após 1999, com a mudança no regime cambial - câmbio flutuante – e com a desvalorização do Real, alguns setores da economia (*tradables*) voltam a ser competitivos, mas é somente após 2003, com o aquecimento do comércio internacional e a valorização de produtos presentes na pauta de exportação nacional – especialmente *commodities* – que os efeitos positivos se espalharam para o conjunto da economia. Verifica-se então uma melhora na condição de atividade dos trabalhadores, com certa inflexão das taxas de desemprego aberto e a ampliação mais que proporcional das ocupações com vínculo de emprego formal, bem como uma alteração na elasticidade do emprego/PIB (BALTAR, KREIN e MORETTO, 2006). De fato, aumentou em especial o emprego com registro em carteira, indicando uma tendência de recuperação mais substantiva do mercado de trabalho.

Porém, mesmo no contexto relativamente favorável ao emprego na década atual (especialmente a partir de 2002), os jovens têm encontrado muitas dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho. O problema do desemprego dos trabalhadores com pouca experiência de trabalho é um dos grandes desafios colocados aos gestores públicos dedicados à melhoria das condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, para subsidiar o planejamento das políticas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda, considera-se de grande relevância começar pela análise da *condição de atividade* do jovem de 16 a 24 anos de idade no mercado de trabalho nacional.

Esta Parte I do relatório está dividida em quatro seções. A primeira faz uma leitura mais geral da condição de atividade do trabalhador, por faixa etária e gênero, entre 1995-2005. Na segunda, analisa-se a condição de atividade dos jovens, por cortes de renda, idade, escolaridade, gênero, raça e região de moradia. Num segundo momento, faz o mesmo estudo, agora para os jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, público-alvo dos programas para a juventude. A terceira seção busca examinar a condição de atividade do jovem considerando-se as especificidades regionais do país. A última tece comentários gerais sobre as principais características do desemprego juvenil diagnosticadas na pesquisa.

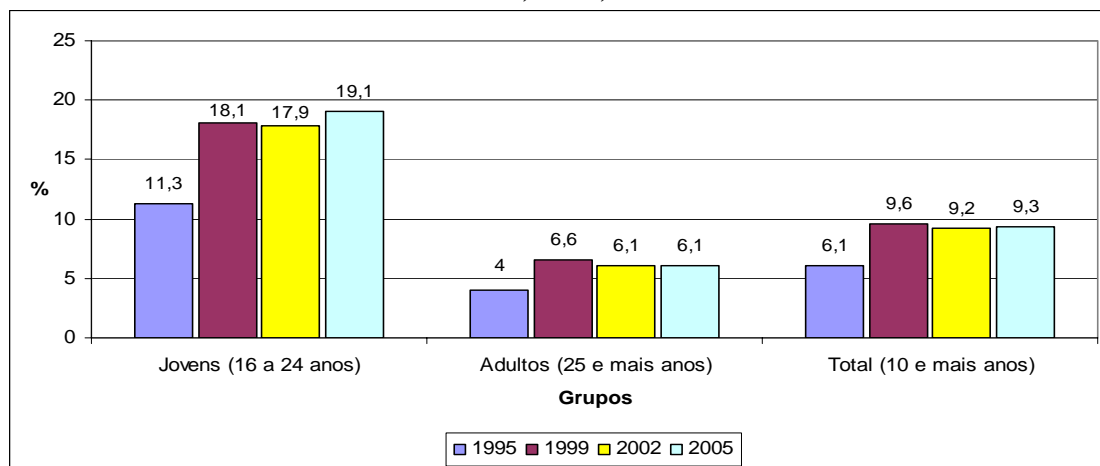
1. Mercado de trabalho e condição de atividade

A criação de postos de trabalho no capitalismo está vinculada à dinâmica mais geral da economia e somente em casos específicos, – por exemplo, em políticas públicas para produção direta de ocupação (frentes de trabalho) levadas a cabo pelo Estado e por ele financiadas, ou mesmo pela geração de empregos públicos –, se consegue escapar dessa lógica. De maneira geral, o capitalista só contrata trabalhadores em momentos de crescimento econômico nos quais a ampliação da demanda efetiva cria essa necessidade. O trabalhador, embora agregue valor ao produto ou serviço através de sua força de trabalho, é também uma fonte de custos. Pela lógica capitalista, os custos devem ser reduzidos e os lucros maximizados, portanto, novas contratações são normalmente evitadas a menos que o resultado dessa equação seja favorável ao capital. Em outras palavras, o aumento da mão-de-obra ocupada está condicionado a uma necessidade real do empreendimento capitalista em seu processo produtivo e, portanto, subordinado a um ciclo de causalidade definido externamente ao mercado de trabalho. Deste modo, políticas efetivas para enfrentamento do desemprego devem estar associadas a políticas de desenvolvimento ou ao menos de estímulo à ampliação da demanda efetiva e de aceleração econômica.

No caso dos jovens, a questão é mais complexa, uma vez que o elevado desemprego desse segmento da força de trabalho tem, ao menos, dois determinantes adicionais: 1) a discriminação das empresas na contratação de força de trabalho; e 2) o perfil desfavorável de qualificação e de experiência dos jovens em relação à população já presente no mercado de trabalho. O enfrentamento do desemprego dos jovens depende, portanto, não apenas da capacidade de ampliar a geração de novas oportunidades de trabalho e reduzir significativamente o nível de desemprego, como de ações especialmente dirigidas para melhorar as possibilidades de inserção ocupacional deste segmento.

Como mencionado anteriormente, o mercado de trabalho brasileiro teve momentos de inflexão, que respondem às conjunturas econômicas. Entre meados da década passada e a primeira metade da atual houve períodos de deterioração da situação, inclusive com aumento do desemprego, seguidos de recuperação parcial. É nessa conjuntura instável para a ocupação que deve ser analisada a condição de atividade do jovem no mercado de trabalho.

GRÁFICO 01
Taxas de Desemprego Aberto para Jovens (16 a 24 anos),
Adultos (25 anos e mais) e Total (10 e mais anos)
Brasil - 1995, 1999, 2002 e 2005

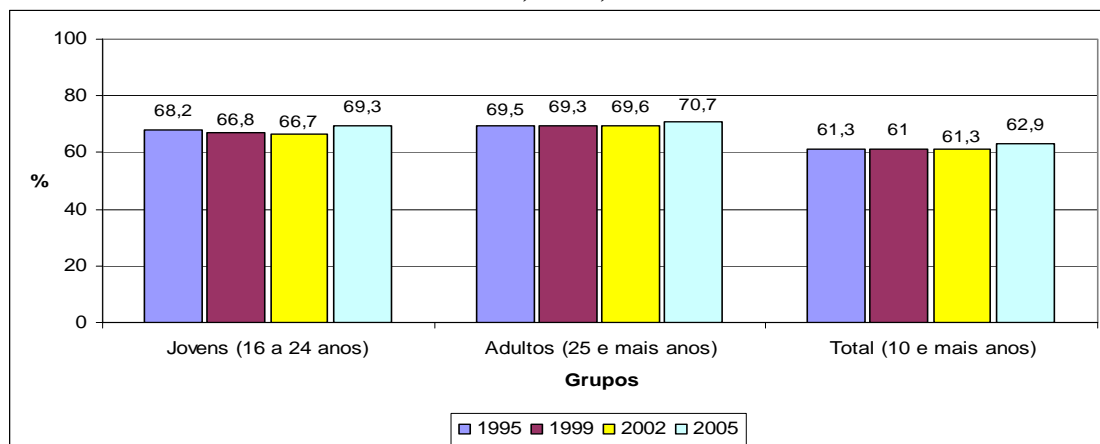


Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999, 2002 e 2005

Comparando-se a evolução das taxas de desemprego em dois períodos distintos: um primeiro que compreende o intervalo entre 1995 e 1999, e um segundo que vai de 1999 a 2005, verifica-se um comportamento distinto entre a evolução das taxas de desemprego total *vis-à-vis* as taxas de desemprego para os jovens.

Percebe-se pelo Gráfico 1 que as taxas de desemprego aberto se ampliam rapidamente entre 1995 e 1999 para todos os grupos analisados, mas que num segundo momento, após 1999, decrescem e se estabilizam. A exceção é justamente o grupo dos jovens, cujas taxas oscilam, mas terminam o período (19,1% em 2005) em patamar mais elevado do que em 1999 – 18,1%, embora tenham chegado a 17,9% em 2002.

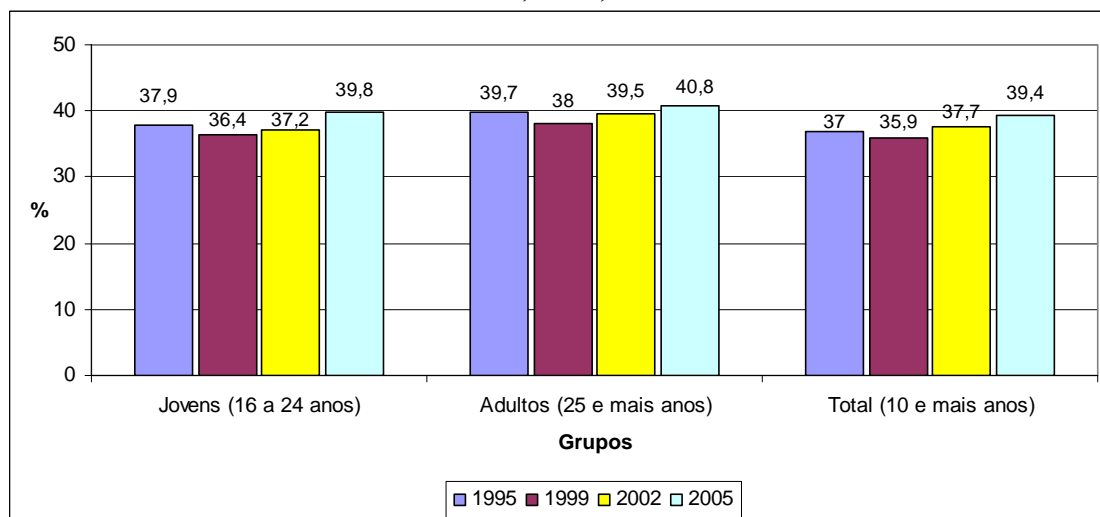
GRÁFICO 2
Taxas de Participação para Jovens (16 a 24 anos),
Adultos (25 anos e mais) e Total (10 e mais anos)
Brasil - 1995, 1999, 2002 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999, 2002 e 2005

Evidencia-se pelo Gráfico 2 uma aceleração das taxas de participação que implicam em maior pressão dos trabalhadores em busca de ocupação sobre o mercado de trabalho. Embora as taxas de participação de todos os grupos tenham se ampliado ao longo do período, novamente as relativas aos jovens foram as que mais sofreram alterações. Focando-se no período que se destina esse artigo, que vai de 2002 a 2005, as taxas de participação dos jovens foram as que mais cresceram no período (1,3% a.a., contra 0,5% a.a. para os adultos). Sem dúvida, vários fatores fizeram com que se ampliasse a propensão dos jovens a buscar uma inserção no mercado de trabalho. Contudo, a maior procura dos jovens por uma ocupação não foi correspondida pela criação efetiva de vagas e isso elevou significativamente as taxas de desemprego do grupo que cresceram para 2,2% a.a., enquanto a taxa de desemprego dos adultos ficou estabilizada.

GRÁFICO 3
Participação Relativa do emprego formal (CLT, Estatutário e Militar)
no total da Ocupação para Jovens (16 a 24 anos),
Adultos (25 anos e mais) e Total (10 e mais anos)
Brasil - 1995, 1999, 2002 e 2005

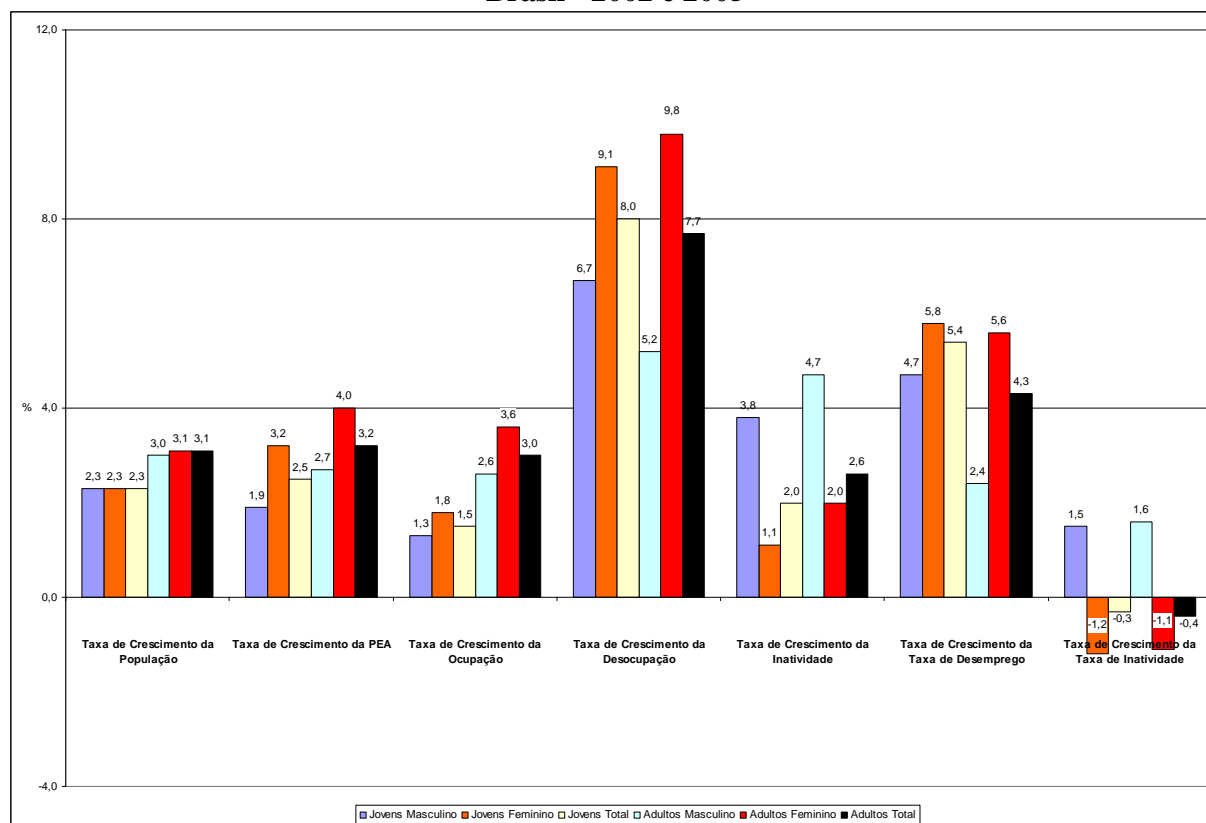


Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999, 2002 e 2005

Por outro lado, verifica-se uma melhora na qualidade das ocupações geradas, com ampliação da participação dos empregos com maiores níveis de regulamentação e proteção do trabalhador. A ampliação da formalização dos vínculos de trabalho, que se deu em ritmo superior ao ritmo de crescimento do emprego total beneficiou o conjunto dos trabalhadores e, inclusive, foi mais intenso entre os jovens – 1,1% a.a. para os adultos, contra 2,3% a.a. para os jovens. Esses, que saíram de patamar inferior ao dos adultos em 2002 (37,2% contra 39,5%), chegaram a patamares muito próximos em 2005, com 39,8% das ocupações em empregos formais, contra 40,8%, caso dos adultos. É importante perceber que está se tratando de todas as ocupações captadas pela PNAD, inclusive conta-própria e empregador, e que não se está comparando empregos com carteira e empregos sem carteira de trabalho.

Viu-se até aqui que a melhora da condição de atividade dos adultos não ocorreu entre os jovens e as taxas de desemprego acabaram seguindo tendências diversas, com ampliação do desemprego jovem e redução do desemprego adulto.

GRÁFICO 4
Taxas de Crescimento Médio Anual (%)
Brasil - 2002 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Observando-se o conjunto das taxas de crescimento médio anual verifica-se que as taxas de crescimento da PEA foram superiores às da ocupação, com exceção da PEA masculina adulta, cuja ocupação cresceu a uma taxa de 0,2% mais rápido. Essa defasagem implica em um aumento nas taxas de desemprego no período, com mudanças na composição do grupo dos desempregados, como indica o aumento superior das taxas de desemprego feminino. Embora as mulheres tenham sido beneficiadas com as maiores taxas de crescimento da ocupação, a PEA feminina expandiu-se mais rapidamente, elevando significativamente as taxas de desemprego feminino vis-à-vis as taxas de desemprego masculino.

Ao que indicam os dados, as ocupações femininas foram insuficientes para comportar o avanço da participação tanto das mulheres jovens, quanto das mulheres adultas, com prejuízo para o primeiro grupo.

2. Condição de atividade do jovem entre 2002 e 2005

A condição de atividade econômica do jovem está relacionada a três diferentes situações: inatividade, ocupação e desemprego (desocupação). O jovem que buscou uma ocupação ou se encontra ocupado na semana de referência do inquérito é considerado um jovem economicamente ativo e, portanto, faz parte da PEA Jovem (população economicamente ativa). A PEA é composta de jovens empregados e desempregados entre 16 e 24 anos, enquanto a PIA (população em idade ativa) é composta de todos os jovens com essa mesma faixa etária. Tratar-se-á nessa seção dos jovens e sua condição de ocupação, numa análise das taxas de desemprego (desemprego jovem / PEA jovem) e taxas de participação (jovens ativos = empregados + desempregados/PIA jovem), por características pessoais, como gênero, idade, escolaridade, cor e raça e também por características familiares (faixa de renda familiar *per capita*).

2.1. Desemprego e participação dos jovens por características pessoais e familiares

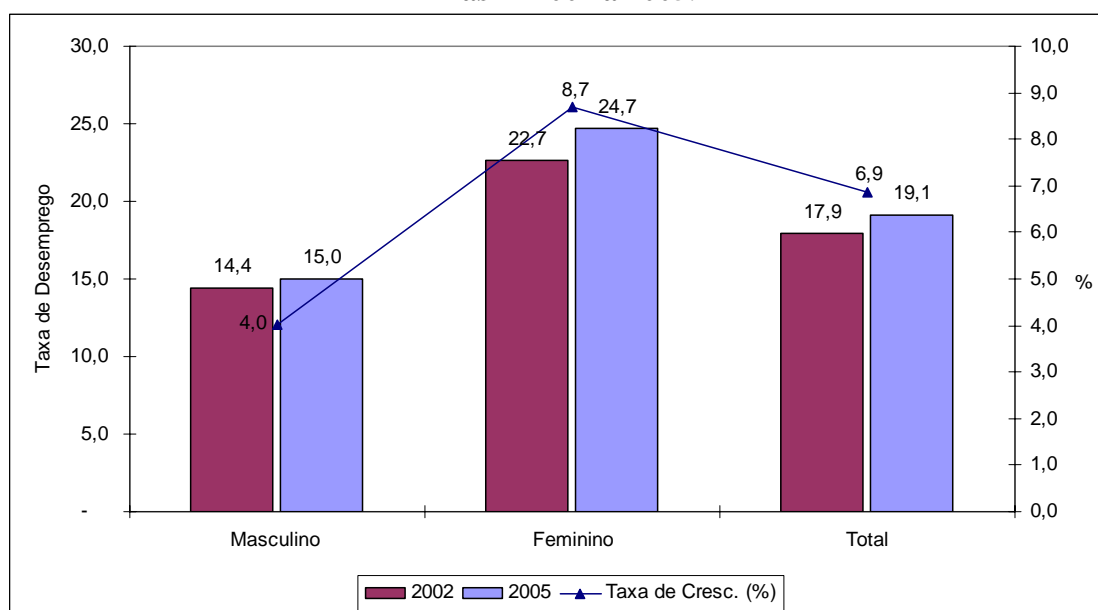
Mesmo com as mudanças observadas na dinâmica econômica, a situação dos jovens em relação às possibilidades de encontrar uma ocupação não melhorou. A manutenção das altas taxas de juros, com baixo investimento produtivo e predominância do setor financeiro (mesmo com o aquecimento do comércio exterior e a revitalização de setores anteriormente castigados pela política cambial), revelaram-se um obstáculo para a geração dos postos de trabalho necessários para a incorporação dos jovens economicamente ativos. A queda dos rendimentos do trabalho por um período bastante prolongado e o grande estímulo ao consumo de novos produtos (celulares, tênis, lazer) parecem ter estimulado uma parcela dos jovens a sair da inatividade e buscar uma ocupação, o que ajudou a elevar as taxas de desemprego aberto, num período de certa estabilidade nas taxas de desemprego adulto.

2.1.1. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por gênero, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos em 2005

A taxa de desemprego jovem feminina já em 2002 – 22,7% – encontrava-se em um patamar bastante superior ao da taxa de desemprego jovem masculino (14,4%) – sendo esta 1,6 vez maior.

Embora tenha se ampliado entre 2002 e 2005 (8,7%), manteve-se praticamente inalterada a distância entre as taxas de desemprego para o ano de 2005, agora com 15,0% para os jovens do sexo masculino e 24,7% para os jovens do sexo feminino.

GRÁFICO 5
Taxas de desemprego do jovem de 16 a 24 anos, por gênero
e taxa de crescimento da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005.

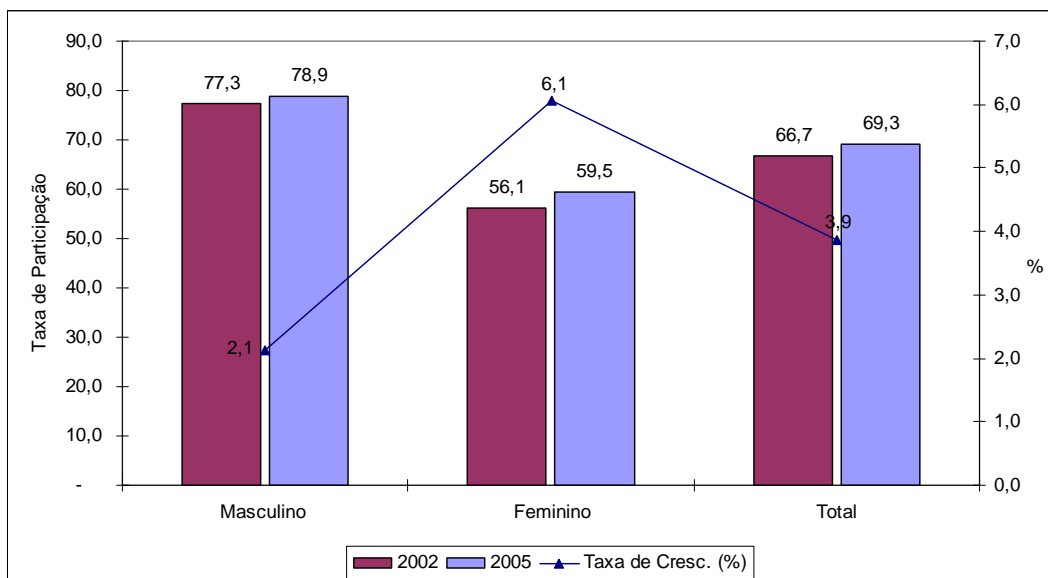


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Percebe-se, pelo movimento das taxas, que o desemprego jovem foi ampliado com mais vigor – passa de 17,9%, em 2002, para 19,1%, em 2005 –, em grande parte devido ao aumento do desemprego feminino.

As taxas de participação dos jovens também se ampliaram entre 2002 e 2005, mas foi a taxa de participação da mulher jovem que teve um comportamento mais dinâmico no período e cresceu cerca de 6,0%, enquanto a taxa de participação masculina jovem ampliou-se em apenas 2,0%. Ainda que a taxa de participação feminina jovem seja bastante inferior à taxa de participação masculina jovem – próxima de 80,0%, contra 60,0% das mulheres jovens – o efeito da entrada de mais mulheres jovens no mercado parece ter tido um efeito determinante sobre o aumento do desemprego desse grupo.

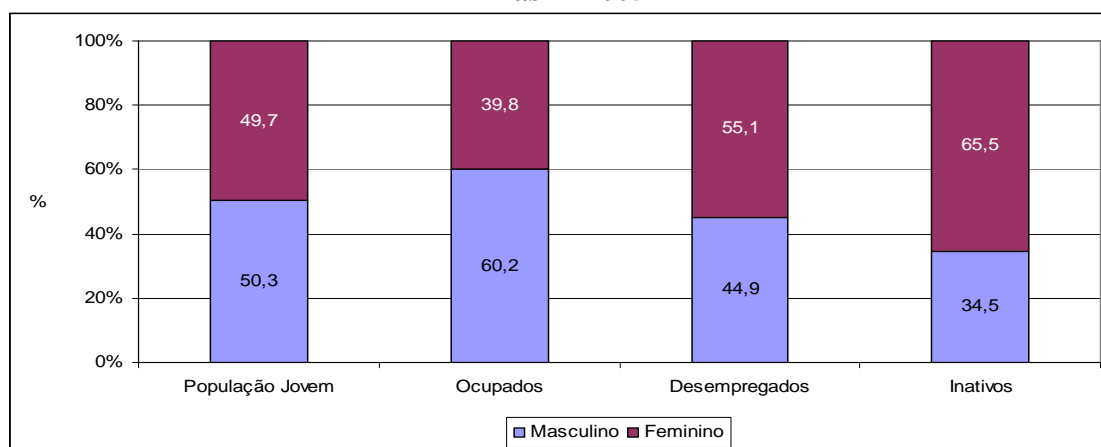
GRÁFICO 6
Taxas de participação do jovem de 16 a 24 anos, por gênero e taxa de crescimento da taxa de participação (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Não obstante as mulheres jovens tenham uma taxa de participação inferior à taxa de participação dos homens, elas participam com mais intensidade do desemprego total jovem em 2005, como indicam os dados do Gráfico 6.

GRÁFICO 7
Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por gênero
Brasil - 2005



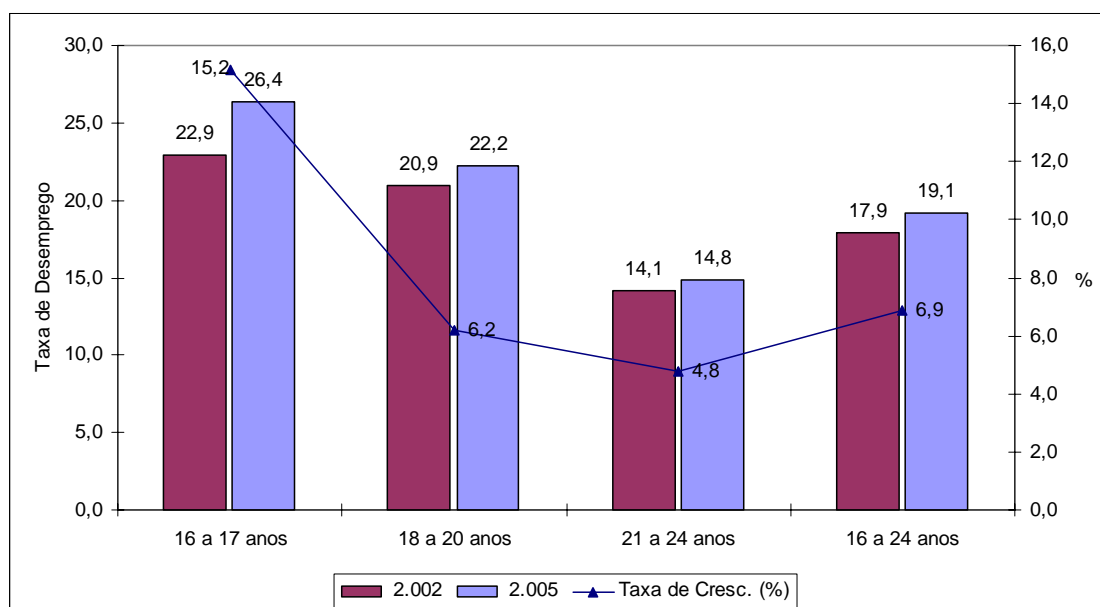
Fonte: PNAD/IBGE, 2005

As mulheres jovens respondem por pouco menos da metade da população jovem de 16 a 24 anos, mas participam com apenas 39,8% do total de jovens ocupados e com mais de 55,0% do total de jovens desempregados em 2005, indicando esse como sendo um grupo vulnerável.

Ainda parece haver bastante espaço para a ampliação das taxas de participação feminina, considerando-se a participação relativa de mais de 65,0% de mulheres jovens no total de jovens inativos em 2005, o que deve trazer preocupação adicional, nos próximos anos, aos gestores de políticas públicas para a juventude.

2.1.2. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por faixa etária, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos em 2005

GRÁFICO 8
Taxas de desemprego do jovem de 16 a 24 anos, por
faixa etária e taxa de crescimento da taxa de desemprego (em %)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

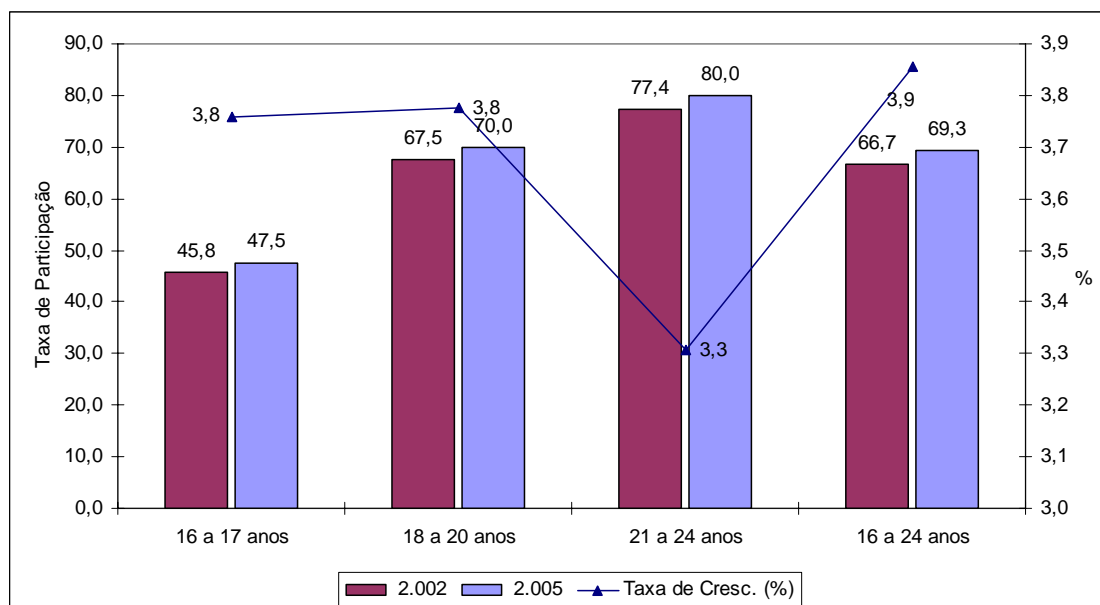
As taxas de desemprego entre os jovens de diferentes faixas etárias revelam comportamentos distintos conforme se avança na idade. Os grupos mais jovens (com idade entre 16 e 17 anos)

mostram-se mais vulneráveis e, desse modo, apresentam taxas bastante superiores aos demais grupos etários, bem como em relação à taxa de desemprego total dos jovens. Em parte, isso se deve à menor experiência do grupo, tanto de vivência, quanto profissional, em comparação aos demais jovens. Complementarmente, é possível supor que parte do grupo apresente nível de escolaridade mais baixo que a média dos jovens dos demais grupos e que parcela deles, por estar próximo do alistamento militar (principalmente jovens do sexo masculino), sofre algum tipo de preconceito por parte dos contratantes.

A ampliação das já altas taxas de desemprego dos jovens de 16 a 17 anos guarda relação, entre outras coisas, com a ampliação de sua taxa de participação entre 2002 e 2005, que sai de 45,8% e chega a 47,5%, como ilustram os dados do Gráfico 9.

Percebe-se que as taxas mais baixas são aquelas referentes aos jovens com idade mais avançada, entre 21 e 24 anos, que provavelmente contam com alguma experiência profissional anterior, e que passam maior confiança aos empregadores.

GRÁFICO 9
Taxas de participação do jovem de 16 a 24 anos, por faixa etária e taxa de crescimento da taxa de participação (%)
Brasil - 2002 a 2005.

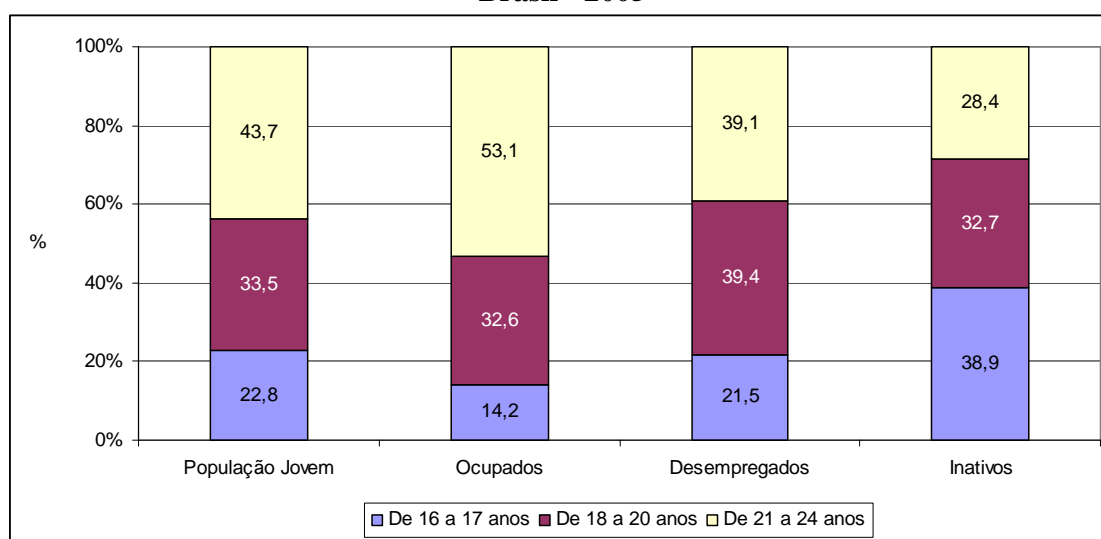


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

É importante perceber que o desemprego tem suas raízes principais na falta de dinamismo da economia e, portanto, na insuficiência estrutural de vagas no mercado de trabalho. Dessa forma, os grupos mais vulneráveis, por suas características intrínsecas, terão suas taxas de desemprego elevadas.

Há uma hierarquia de exclusão que ocorre pela redundância de mão-de-obra e pela aceitação de parte dela em assumir postos de trabalho inferiores às suas qualificações em decorrência dessa escassez e da necessidade de se auferir renda; que mesmo que seja pouca é melhor que nada. Em vista disso, os jovens mais velhos e mais experientes podem estar ocupando vagas que antes se destinavam aos mais novos e inexperientes, excluindo-os das possibilidades de inserção.

GRÁFICO 10
Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por faixa etária
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

Pelo Gráfico 10 percebe-se, com clareza, a vulnerabilidade decrescente dos jovens conforme se avança na idade. O grupo mais favorecido, com idade entre 21 e 24 anos (relativamente favorecido – com taxa de desemprego aberto de em torno dos 15,0%) perfaz cerca de 40,0% do total de jovens, mas preenche mais da metade das ocupações, representando 40,0% dos

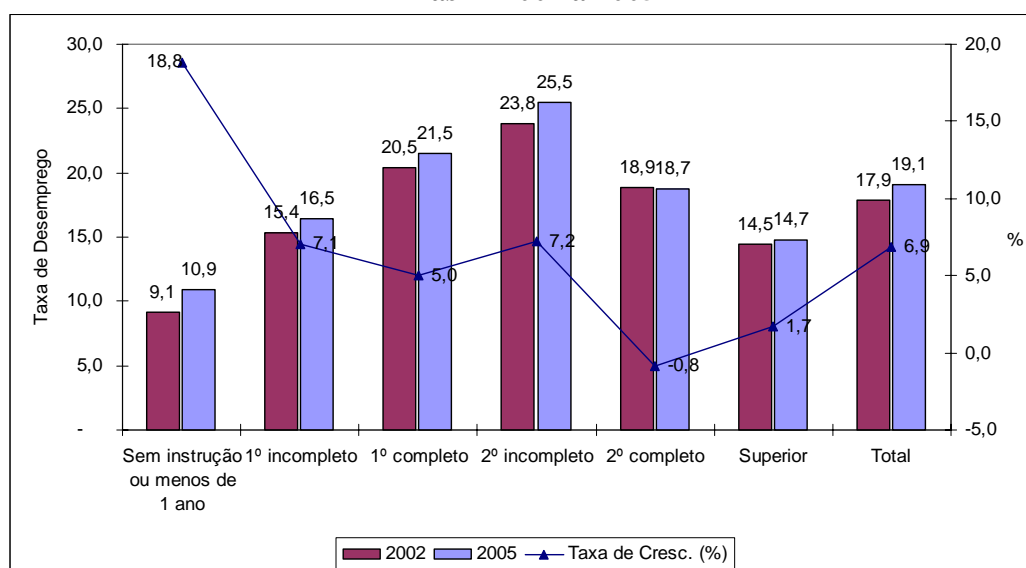
desempregados, ainda que sejam menos de 30,0% dos inativos, com 80,0% de taxa de participação.

Os mais jovens, com idade entre 16 e 17 anos, mostram-se mais vulneráveis, com cerca de 20,0% do total da população jovem de 16 a 24 anos, mas contribuem com cerca de 14,0% das ocupações, 20,0% do desemprego e cerca de 40,0% dos inativos. Os dados indicam que se mantiverem pressionando o mercado é possível que a sua taxa de desemprego amplie-se ainda mais.

2.1.3. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por grau de escolaridade, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos em 2005

Pela lógica, espera-se que os jovens com menor escolaridade devam sofrer com mais intensidade os efeitos da falta de oportunidades de ocupação, mas os dados não indicam isso com clareza. O que sugerem é que deve haver algum nicho de mercado ocupado por jovens de escolaridade mais baixa que os afasta da concorrência daqueles que possuem escolaridade mais elevada.

GRÁFICO 11
Taxas de desemprego do jovem de 16 a 24 anos, por grau de escolaridade e taxa de crescimento da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Quando se isolam os jovens com ensino médio incompleto e completo percebe-se que o segundo grupo leva certa vantagem competitiva em relação ao primeiro, indicando que ambos podem estar em disputa direta pelo mesmo perfil de vaga.

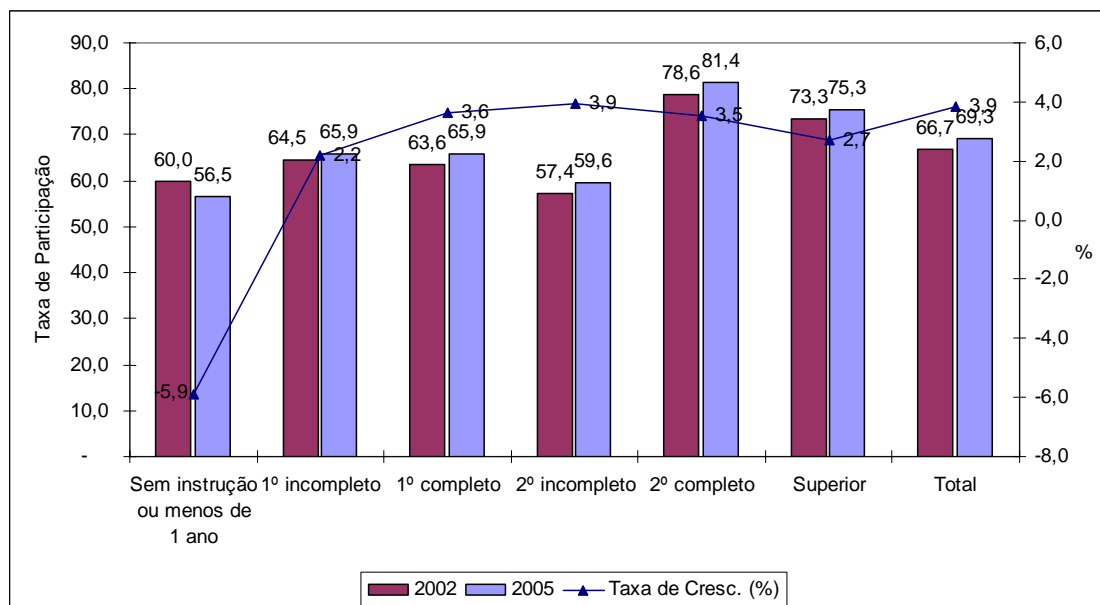
As taxas de participação mais baixas entre os jovens com ensino médio incompleto podem ser reflexo dessa percepção por parte dos jovens. Percebem que estão em desvantagem em relação aos que possuem ensino médio completo e retiram-se do mercado até concluir os estudos.

As taxas de participação ampliaram-se para todos os graus de escolaridade, com exceção do grupo dos jovens sem instrução ou com menos de um ano de estudo, que de 60,0% em 2002, passa a 56,5% em 2005.

As maiores pressões exercidas sobre o mercado de trabalho vêm justamente dos jovens com escolaridade mais elevada: com mais de 80,0% de taxa de participação em 2005 para os jovens com ensino médio completo e cerca de 75,0% para os jovens com ensino superior, completo ou incompleto.

Ainda que as taxas de participação dos jovens sejam mais baixas que as demais em 2005 (exceto a dos jovens sem estudo ou com menos de um ano), foram as taxas que mais cresceram no período, com 3,9% entre 2002 e 2005, exatamente a média do crescimento da taxa de participação total dos jovens.

GRÁFICO 12
Taxas de participação do jovem de 16 a 24 anos, por grau de escolaridade e taxa de crescimento da taxa de participação (em %)
Brasil - 2002 a 2005

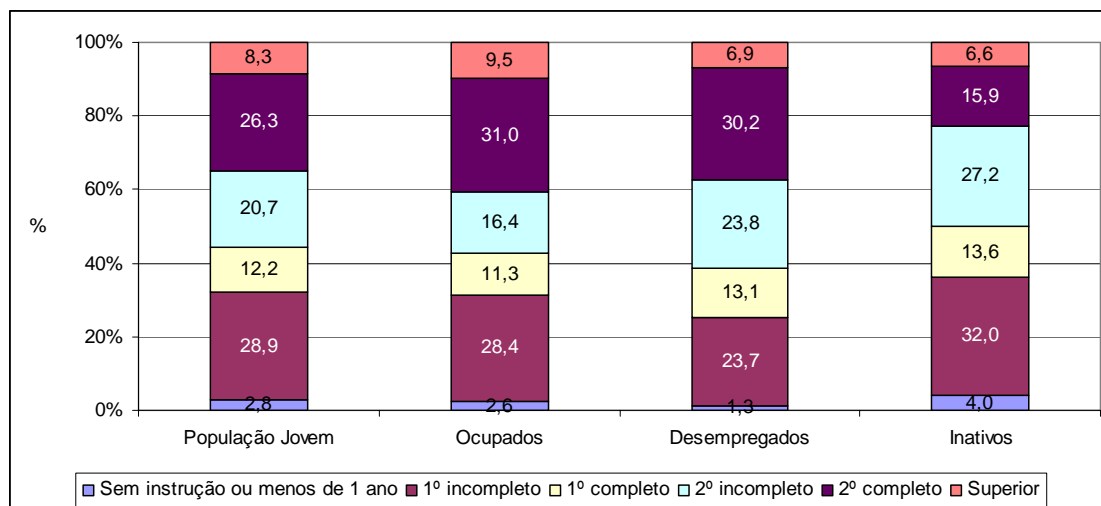


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Como se percebe pelo Gráfico 13, as maiores discrepâncias positivas se dão nos grupos de maior grau de escolaridade, cujas participações relativas no total de ocupados são superiores ao da participação no total da população jovem. Assim, a taxa de participação dos jovens com ensino médio completo é 20,0% maior que a taxa de participação dos jovens com ensino médio no total da população jovem. Do mesmo modo ocorre com os jovens com ensino superior, embora a taxa de participação desse grupo no total de ocupados seja apenas 10,0% maior que sua participação no total da população jovem.

No sentido oposto, os jovens com ensino médio incompleto possuem uma taxa de participação no total de ocupados que equivale a 80,0% de sua taxa de participação no total da população, em parte devido à alta participação entre os inativos, que extrapola em 70,0% a taxa de participação no total da população, mas, ainda assim, não impede que sua participação entre os desempregados seja desproporcional – 16,4% do total dos jovens, contra 23,8% do total dos desempregados.

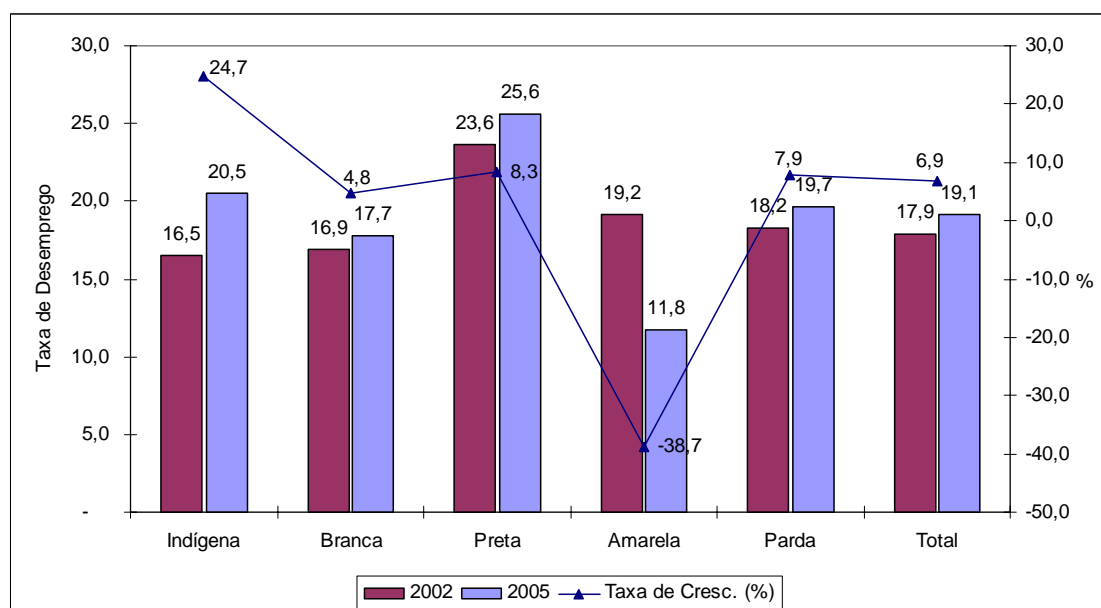
GRÁFICO 13
Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por grau de escolaridade
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

2.1.4. *Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por cor ou raça, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos em 2005*

GRÁFICO 14
Taxas de desemprego do jovem de 16 a 24 anos,
por cor ou raça e variação da taxa de desemprego (em %)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

O Gráfico 14 indica, com clareza, que a cor da pele influencia nas possibilidades de inserção do jovem, mas não se devem buscar as causas para esse processo no mercado de trabalho em si, mas nas determinações históricas dos processos de exclusão, em especial no fim da escravidão e na formação do mercado de trabalho nacional que, mais de 100 anos após seu início, deixa marcas profundas em nossa sociedade.

A população negra ainda sofre as conseqüências da forma como se conformou e se desenvolveu o mercado de trabalho nacional. Quando o país começa a se urbanizar rapidamente e a desenvolver sua indústria, não se preocupa com os trabalhadores abundantes e redundantes, e a pobreza do campo se transfere para as cidades, onde assume novas feições. Os problemas de inserção precária e da desigualdade social se aprofundaram no último quarto do século XX, em particular após a grave crise econômica do início dos anos 80 (HENRIQUE, 1998).

QUADRO 1
Distribuição dos jovens por raça, faixas de escolaridade e faixas de renda familiar *per capita*
Brasil - 2005

Raça	Sem instrução ou menos de 1 ano	1º incompleto	1º completo	2º completo	Superior	Total
Indígena	0,5	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
Branca	30,3	32,3	43,3	53,3	74,9	47,1
Preta	7,9	7,8	7,0	6,3	3,1	6,6
Amarela	0,2	0,1	0,2	0,4	1,6	0,4
Parda	61,2	59,6	49,3	39,9	20,4	45,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Raça	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	Total
Indígena	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
Branca	29,7	43,5	58,3	72,2	71,8	47,1
Preta	7,8	7,3	5,6	3,9	4,6	6,6
Amarela	0,1	0,2	0,4	1,0	2,2	0,4
Parda	62,1	48,8	35,7	22,7	21,3	45,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Raça	Sem instrução ou menos de 1 ano	1º incompleto	1º completo	2º completo	Superior	Total
Indígena	7,0	34,9	9,5	43,9	3,9	100,0
Branca	1,8	19,8	11,3	53,2	13,2	100,0
Preta	3,4	34,3	13,0	44,6	3,9	100,0
Amarela	1,2	8,0	7,4	49,4	33,0	100,0
Parda	3,8	37,6	13,2	40,9	3,7	100,0
Total	2,8	28,9	12,2	47,0	8,3	100,0

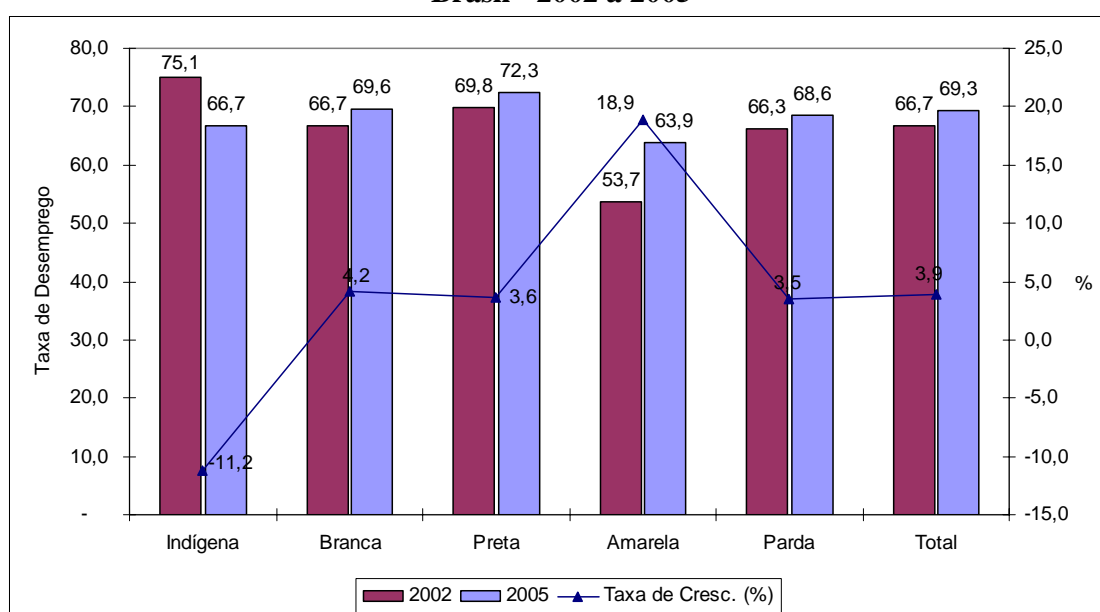
Raça	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	Total
Indígena	45,1	30,3	11,2	9,8	2,5	100,0
Branca	20,4	26,0	27,5	17,8	7,6	100,0
Preta	38,4	31,3	18,9	6,8	3,4	100,0
Amarela	8,8	11,9	21,6	29,5	27,4	100,0
Parda	43,8	30,1	17,3	5,8	2,3	100,0
Total	32,3	28,2	22,2	11,6	4,9	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2005

Os dados mostram que a determinação das taxas de desemprego mais elevadas da população jovem indígena, negra e parda é, em grande parte, influenciada pela pobreza das famílias que influi diretamente na baixa escolaridade dessa população, o que realimenta um ciclo de pobreza intergeracional que se perpetua e, pelo que indicam os dados, continuará se manifestando na próxima década.

Os jovens indígenas, pretos e pardos juntos respondem por 70,0% dos jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, sendo que somente os jovens pardos respondem por 62,0% dos jovens desse grupo. O mesmo ocorre com a educação, com 70,0% dos jovens sem instrução e com menos de um ano de estudo pertencentes a esse grupo.

GRÁFICO 15
Taxas de participação do jovem de 16 a 24 anos,
por cor ou raça e variação da taxa de participação (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

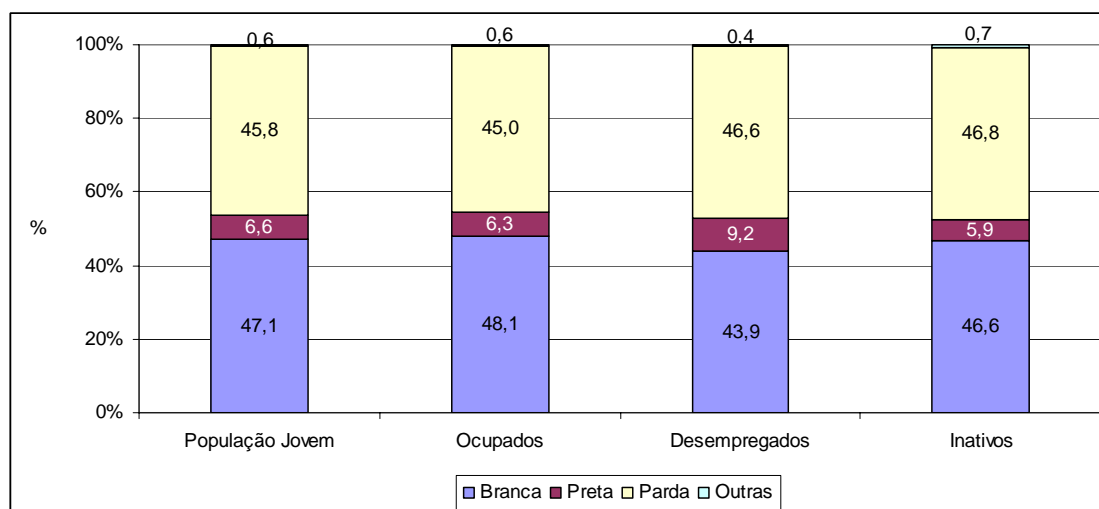
Os dados sobre as taxas de participação dos jovens por cor ou raça indicam um aumento generalizado das taxas entre 2002 e 2005, que chegam em 2005 próximas dos 70,0%. A exceção parece ser a população indígena que reduziu significativamente sua taxa de participação e ainda assim sofreu grande ampliação da taxa de desemprego. Por se tratar de um grupo com poucos representantes captados pelo inquérito, assim com os jovens de cor amarela, pode se tratar mais de um problema estatístico que de uma mudança real na condição de atividade.

Evidencia-se, no entanto, que os jovens de cor preta são os que buscam o mercado de trabalho com mais intensidade, e a eles pertence a taxa de participação mais alta entre os grupos

representativos, de 72,3% em 2005, seguidos pelos jovens de cor branca com 69,6% e pardos com 68,6%.

Pelo perfil do jovem e a sua participação relativa, pode-se com mais clareza verificar a influência da cor da pele nas possibilidades de inserção. Assim, constata-se que o grupo dos jovens brancos apresenta situação mais favorável no total dos ocupados em comparação direta com os jovens negros e pardos.

GRÁFICO 16
Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por cor ou raça
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

2.1.5. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por renda familiar média per capita (em salários mínimos de setembro de 2005), entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos em 2005

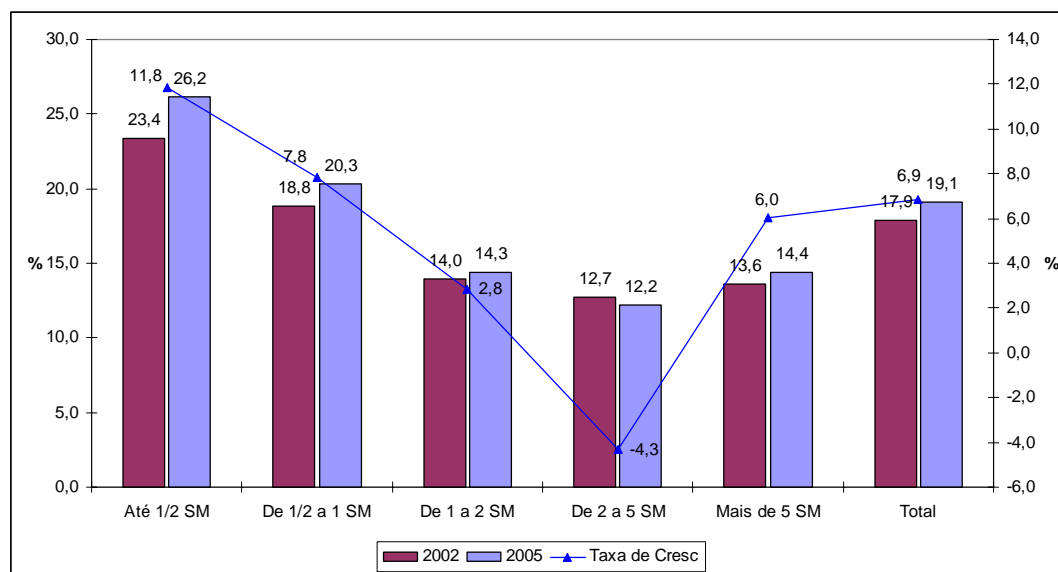
Ao que indicam os dados até aqui levantados, a condição de atividade do jovem parece sofrer influência direta de suas características intrínsecas em um processo de concorrência por vagas insuficientes num mercado de trabalho pouco dinâmico.

Dentre todas as características, a que parece determinante é justamente a posição ocupada pela família de origem na distribuição da renda nacional. A condição de pobreza, sem dúvida, mostra ser um sério obstáculo, que restringe o acesso do jovem ao mercado de trabalho.

É importante perceber que a renda dos jovens compõe a renda familiar e que, portanto, há uma tendência de que o desemprego juvenil influencie na pobreza da família. Visto por esse prisma, é provável que as maiores taxas de desemprego se concentrem mais nas famílias de baixa renda, sob a influência da falta de renda do jovem desempregado, o que não enviesa a análise, pois esse parece ser um ciclo que se perpetua e que deve ser alvo das políticas públicas para que seja rompido.

O que se percebe, também, é que nas famílias com rendas mais elevadas há uma maior propensão do jovem ao ingresso no mercado de trabalho e também uma maior facilidade de inserção, crescente conforme a renda se amplia. A exceção parece ser o grupo mais favorecido, oriundo de famílias com renda familiar média *per capita* de mais de cinco salários mínimos, no qual a taxa de inatividade é bastante alta (38,1%), assim como a taxa de desemprego de 14,4% que é superior à classe logo abaixo (de três a cinco salários mínimos), com 12,2%.

GRÁFICO 17
Taxas de desemprego do jovem de 16 a 24 anos, por faixas de renda familiar média *per capita* (em salários mínimos de set/2005) e variação da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005

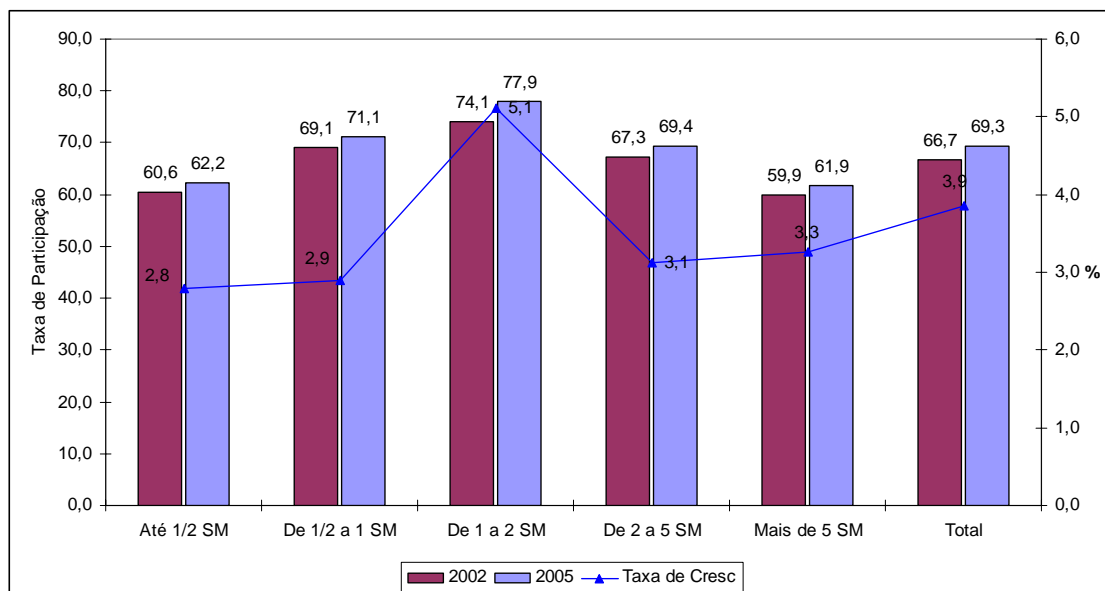


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Os jovens oriundos de famílias com rendas mais baixas, na base da pirâmide da distribuição da renda nacional, sofrem com mais vigor os efeitos do baixo crescimento econômico e da geração insuficiente de postos de trabalho. São excluídos das possibilidades de inserção num mercado de trabalho pouco dinâmico e com grande concorrência. Além de disputar um espaço com adultos mais experientes, disputam com outros jovens com melhores oportunidades e com maior formação educacional.

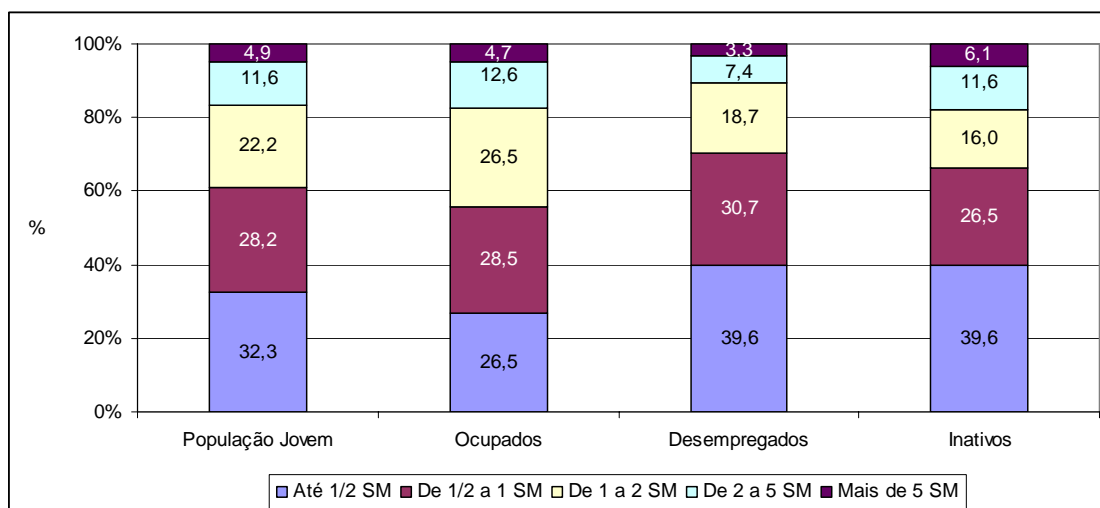
GRÁFICO 18

**Taxas de participação do jovem de 16 a 24 anos, por faixas de renda familiar *per capita* (em salários mínimos de set/2005) e variação da taxa de participação (%)
Brasil - 2002 a 2005**



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 19
Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por faixas de renda familiar *per capita* (em salários mínimos de set/2005)
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

2.2. Desemprego e participação dos jovens pobres por características pessoais e região de moradia

Essa seção do relatório será dedicada ao grupo de jovens que são o público-alvo do *Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE*¹ e buscará apresentar um perfil detalhado da condição de atividade do jovem oriundo de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo.

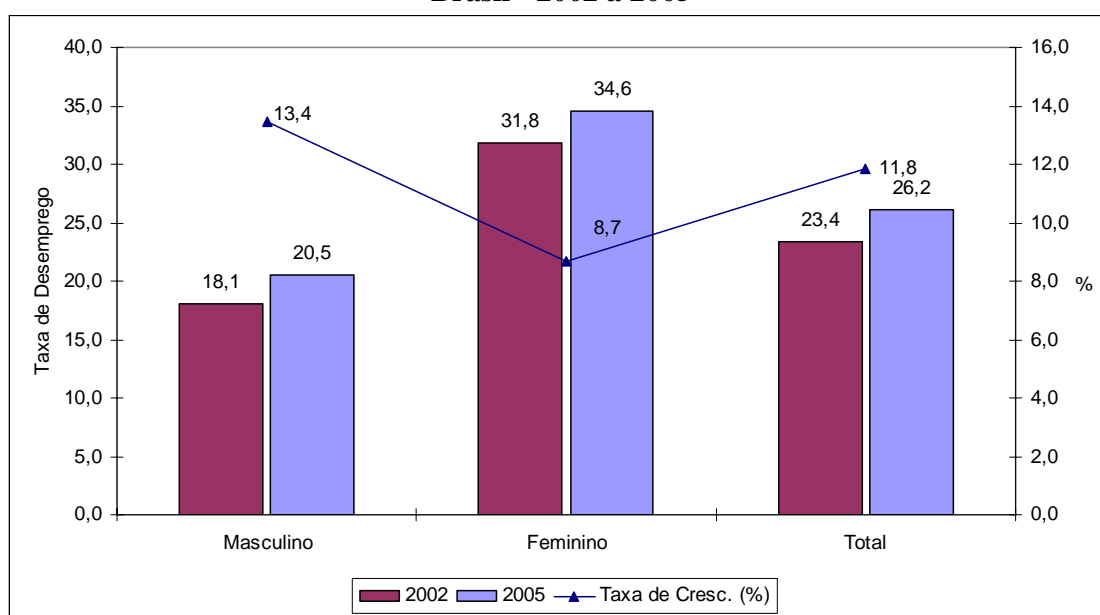
¹ Jovens de 16 a 24 anos, oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, desempregados ou precariamente empregados.

2.2.1. *Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até 1/2 salário mínimo, por gênero entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens de baixa renda na população jovem de baixa renda total, no total de jovens de baixa renda ocupados, no total de jovens de baixa renda desempregados e no total de jovens de baixa renda inativos*

GRÁFICO 20

Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo (em s.m. de set/2005), por gênero e variação da taxa de desemprego (%)

Brasil - 2002 a 2005

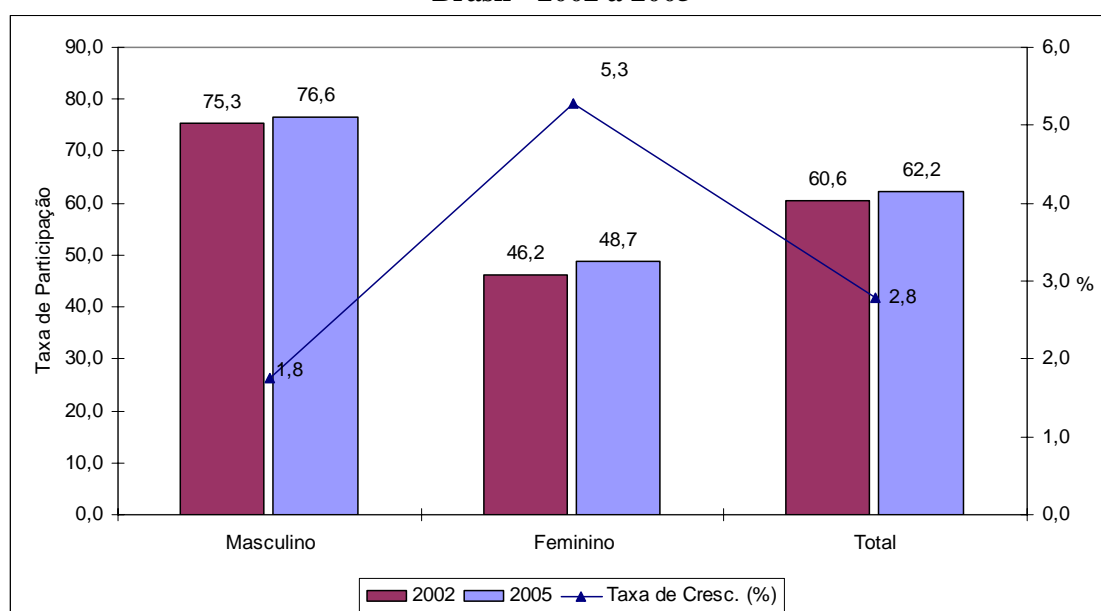


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Para facilitar a descrição da análise dos dados utilizar-se-á o termo *jovem de baixa renda* para indicar a situação do jovem oriundo de famílias com renda média per capita de até 1/2 salário mínimo. Como se constatou anteriormente, esse é o grupo de jovens mais vulnerável dentre o total de jovens com idade entre 16 e 24 anos; mas, mesmo no interior desse grupo, é possível perceber que há algumas características que podem dificultar ainda mais sua inserção no mercado de trabalho. As jovens de baixa renda, por exemplo, ao que indicam os dados dos Gráficos 20 e 21, encontram-se em condição mais dramática de exclusão que os jovens de baixa renda do sexo masculino, tendo em vista que apenas cinco de cada 10 buscaram uma ocupação e apenas três encontraram um espaço no mercado em 2005.

O distanciamento entre as taxas de desemprego masculino e feminino para os jovens de baixa renda, ainda que tenha diminuído em decorrência do crescimento acelerado da taxa de desemprego do jovem de baixa renda do sexo masculino (13,4% entre 2002 e 2005, contra 8,7% da taxa de desemprego da jovem de baixa renda do sexo feminino), permaneceu bastante elevado e é de cerca de 1,7 vez maior em 2005.

GRÁFICO 21
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (em s.m. de set/2005), por gênero e variação da taxa de participação (em %)
Brasil - 2002 a 2005

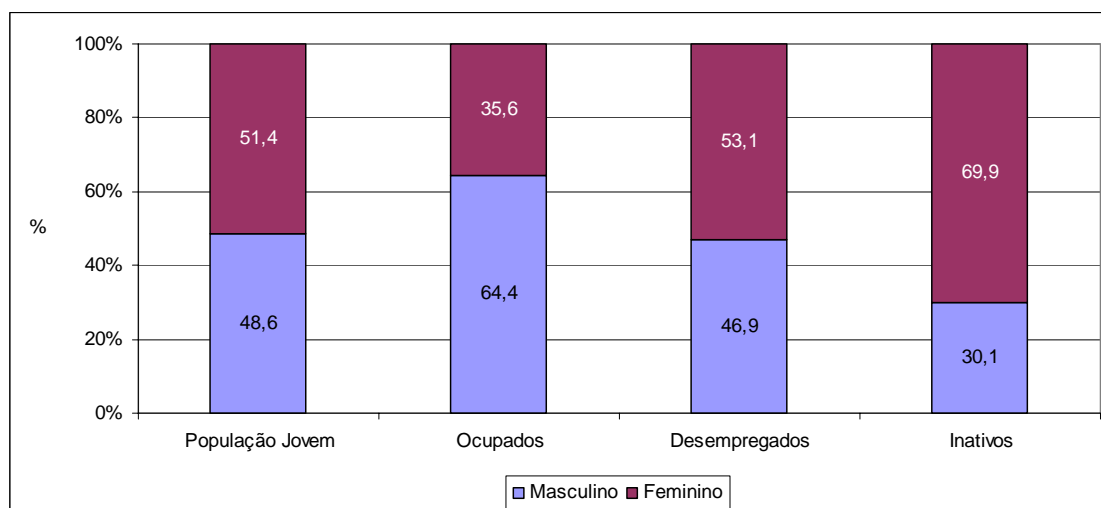


Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

A distribuição dos jovens de baixa renda por gênero e sua participação relativa revelam que, embora as jovens de baixa renda representem 70,0% dos jovens de baixa renda inativos em 2005, ainda assim – e mesmo com a ampliação das taxas de desemprego do jovem de baixa renda do sexo masculino – participam com mais da metade do total de jovens de baixa renda desempregados e compõem cerca de 35,0% dos ocupados.

GRÁFICO 22

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005) na população jovem de baixa renda, entre os ocupados, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por gênero
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

2.2.2. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até ½ salário mínimo, por faixa etária, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda total, no total de jovens de baixa renda ocupados, no total de jovens de baixa renda desempregados e no total de jovens de baixa renda inativos

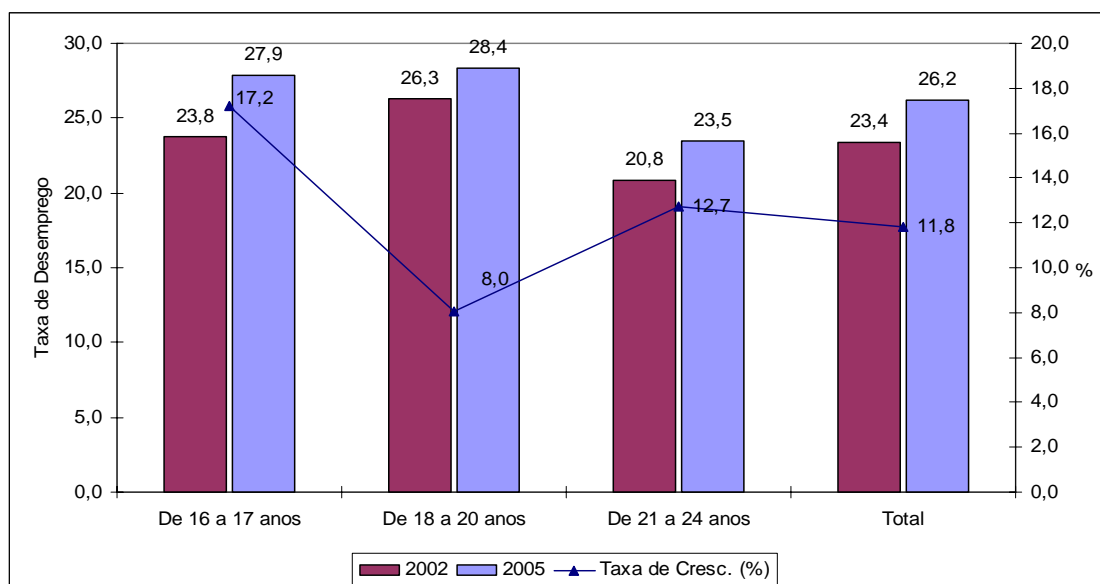
Para o conjunto dos jovens (entre 16 e 24 anos), a idade parece ter grande influência sobre a condição de atividade, em especial sobre a inatividade e sobre as taxas de desemprego, que se apresentam menores quando se avança na idade. No caso dos jovens de baixa renda, ainda que a taxa de desemprego do grupo mais jovem, com idade entre 16 e 17 anos, encontre-se em patamares altos, é muito próxima da taxa encontrada para o conjunto dos jovens com essa idade. No grupo seguinte, de jovens com idade entre 18 e 20 anos, as diferenças entre os grupos (de baixa renda e total) se evidenciam, e a taxa de desemprego não recua, como no caso do total dos jovens.

O grupo dos jovens de baixa renda com idade entre 18 e 20 anos, comparando-se com o conjunto dos jovens com essa idade para todas as rendas já apresentava diferenças. Desde 2002 a taxa de desemprego para esse grupo era superior à taxa do grupo anterior (16 a 17 anos), o que não ocorria para o total dos jovens.

Ocorre, entre 2002 e 2005, uma aproximação das taxas de desemprego dos jovens de baixa renda dessas duas faixas etárias, evidenciando uma tendência de piora na condição de inserção do jovem mais novo, haja vista que as taxas de participação dos jovens de 16 a 17 anos permaneceram estabilizadas, enquanto a dos jovens de 18 a 20 anos ampliou-se em 4,6% no período.

GRÁFICO 23

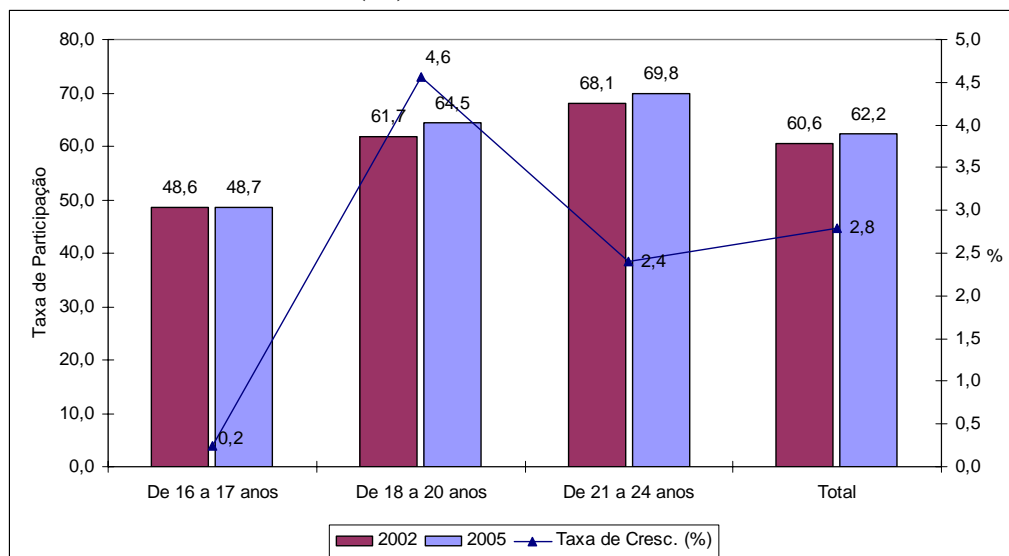
**Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), por faixa etária e variação da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005**



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 24

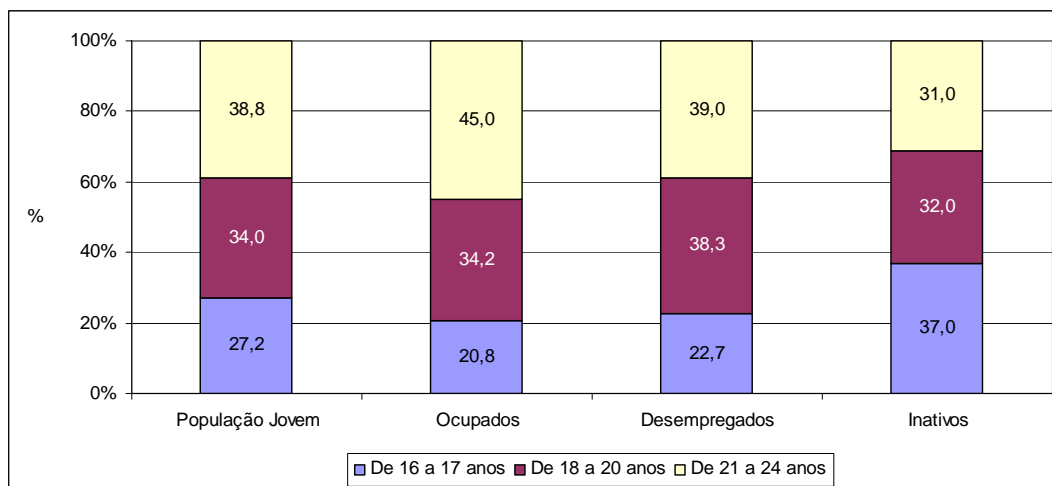
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até 1/2 salário mínimo (em s.m. de set/2005), por faixa etária e variação da taxa de participação (%) Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 25

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até 1/2 salário mínimo (s.m. de set/2005), na população jovem de baixa renda, entre os ocupados, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por faixa etária. Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

2.2.3. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até 1/2 salário mínimo, por grau de escolaridade, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda total, no total de jovens de baixa renda ocupados, no total de jovens de baixa renda desempregados e no total de jovens de baixa renda inativos

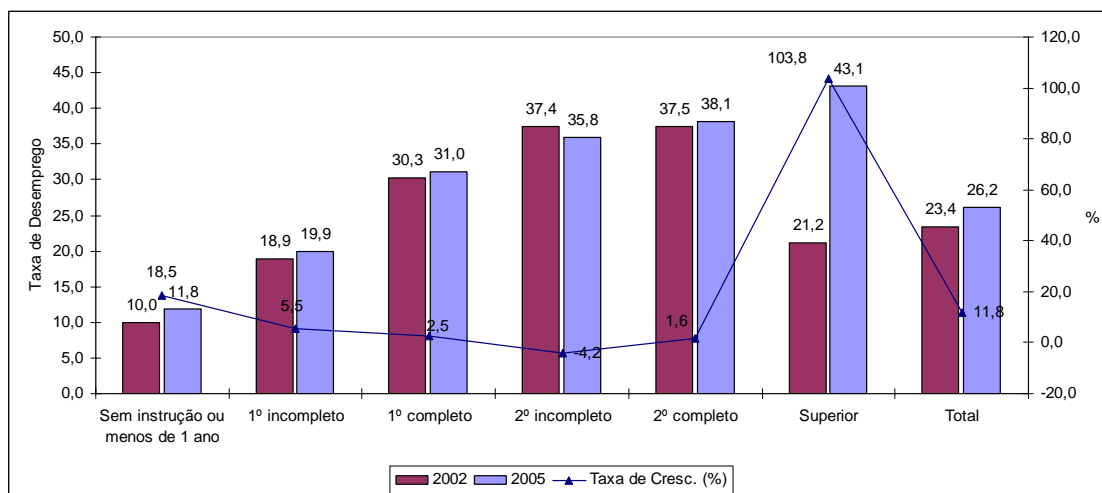
O grau de escolaridade parece ter influência positiva na possibilidade de inserção do jovem no mercado, mesmo com as inconsistências encontradas que colocam dúvidas sobre essa afirmação. Verificou-se que, de fato, as taxas de desemprego para os grupos com graus mais baixos de escolaridade, até o ensino médio incompleto, comportavam-se de maneira oposta ao que o senso comum supunha, e eram crescentes até esse grau.

No grupo dos jovens de baixa renda, o comportamento das taxas volta a se repetir, mas de forma ainda mais aguda, ampliando-se continuamente conforme se avança no grau de escolaridade, chegando a mais de 40,0% entre os jovens de baixa renda com ensino superior (em 2005).

A duplicação da taxa de desemprego do jovem de baixa renda com ensino superior pode estar relacionada à diminuição em quase 180 mil jovens de baixa renda com esse grau de escolaridade registrada entre 2002 e 2005 – em 2002 cerca de 368 mil jovens oriundos de famílias de baixa renda haviam alcançado o ensino superior, enquanto em 2005 registrou-se apenas 192 mil jovens. Pode-se supor que essa parcela dos jovens que foi abruptamente reduzida encontrou uma ocupação e retirou por esse motivo a família da situação de pobreza, e os que restaram foram justamente jovens com maiores deficiências formativas e que, portanto, encontraram maiores dificuldades para concorrer com os jovens de outras faixas de renda, com melhor formação, e assim contribuíram para a ampliação desproporcional da taxa de desemprego no período.

GRÁFICO 26

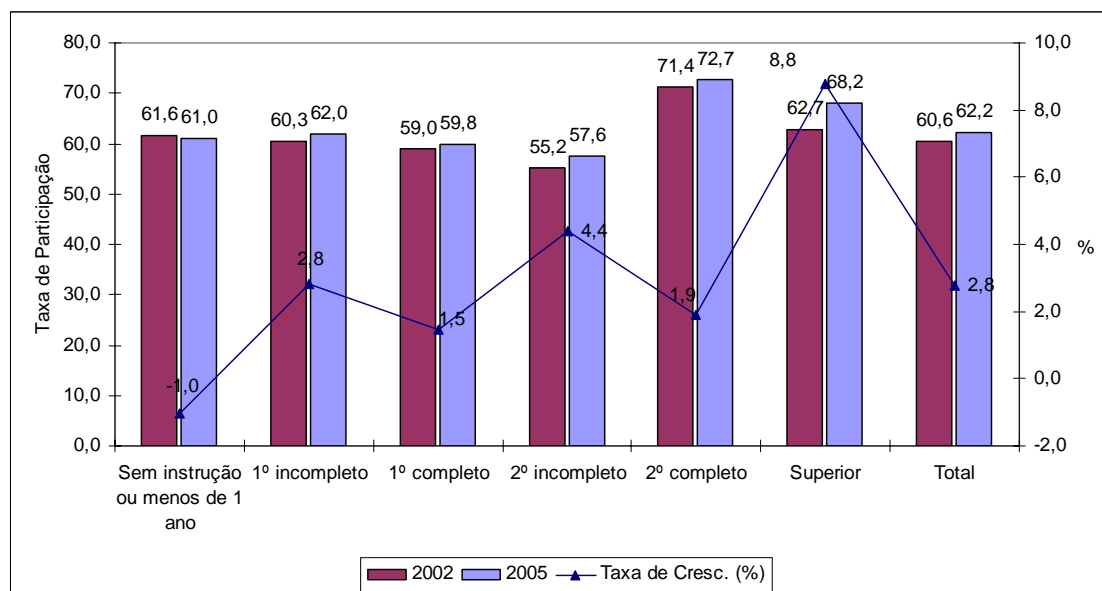
Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), por grau de escolaridade e variação da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 27

Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* de até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), por grau de escolaridade e variação da taxa de participação (%)
Brasil - 2002-2005



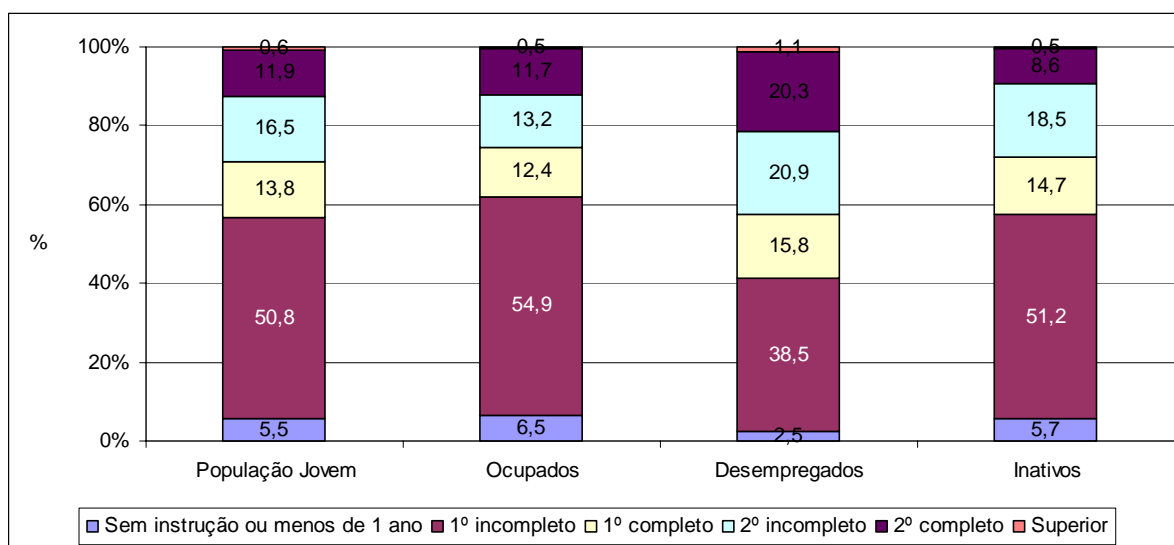
Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

A ampliação da taxa de participação em 8,8% para o grupo dos jovens de baixa renda com ensino superior entre 2002 e 2005 também pode ter influenciado a ampliação da taxa de desemprego.

As taxas crescentes de desemprego desnudam a precariedade da qualidade da educação oferecida à parte importante da juventude brasileira. Mais uma vez, trata-se de falta de condições de concorrência dos jovens de baixa renda na competição por ocupações insuficientes que empurram os jovens de baixa renda para as últimas alternativas dos empregadores no momento de efetuar uma contratação. Mesmo com escolaridade formal equivalente ou superior a dos demais jovens, eles são os últimos a serem escolhidos numa clara hierarquia de escolhas baseadas, na maioria das vezes, em critérios objetivos num contexto extremamente desfavorável para os mais vulneráveis.

GRÁFICO 28

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), na população jovem de baixa renda, entre os ocupados, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por grau de escolaridade Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

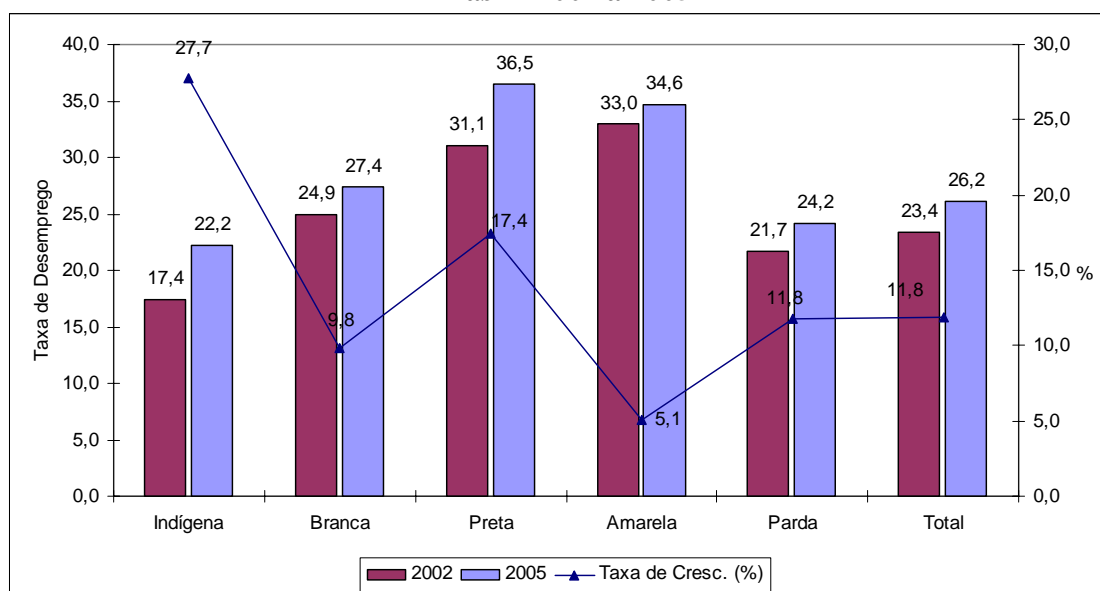
2.2.4. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até 1/2 salário mínimo, por cor ou raça, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda total, no total de jovens de baixa renda ocupados, no total de jovens de baixa renda desempregados e no total de jovens de baixa renda inativos

A cor da pele do jovem influencia sua condição de atividade, mas, como indicam os dados do Quadro 1, a influência decorre mais das heranças históricas e de sua reprodução do que de um processo intrínseco ao mercado de trabalho. A falta de oportunidades de ocupação para os negros e indígenas, bem como a baixa escolaridade decorrente da condição de pobreza dos jovens indígenas, negros e grande parcela dos jovens pardos, numa economia pouco dinâmica e com defasagem estrutural de ocupações, expõe esses grupos a uma situação de extrema dificuldade. Fato que contribui de maneira decisiva para a reprodução da condição de exclusão desses jovens ainda nos tempos atuais.

Uma análise mais atenta da condição de exclusão, intimamente relacionada com a pobreza, por sua vez, revela uma característica que passa despercebida em uma primeira aproximação.

GRÁFICO 29

Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda per capita até 1/2 salário mínimo (s.m. de set/2005), por cor ou raça e variação da taxa de desemprego (%) Brasil - 2002 a 2005



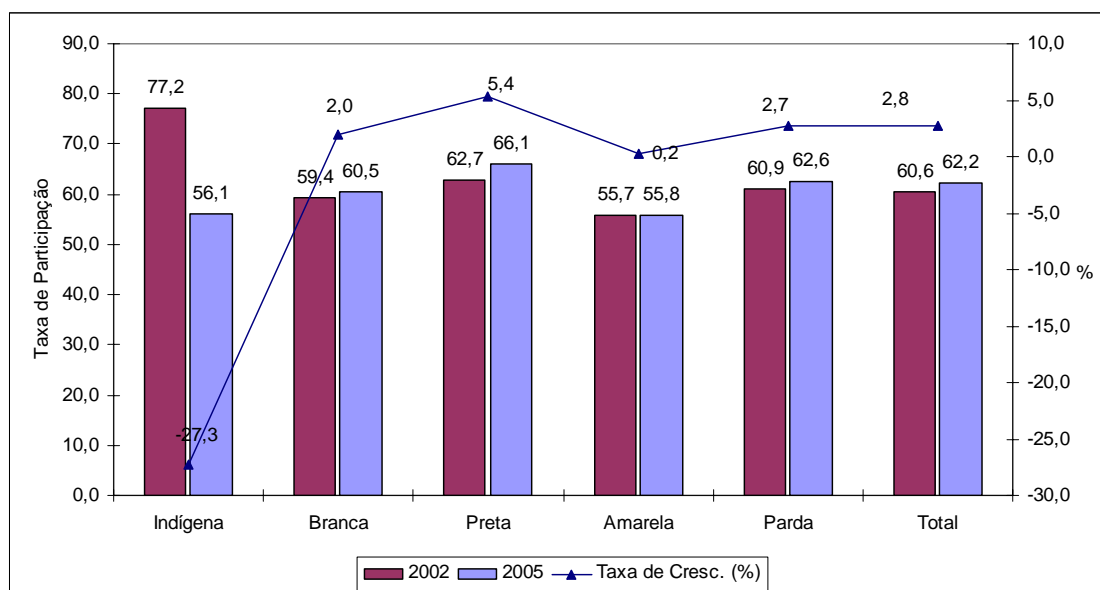
Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Entre os jovens de baixa renda, a cor da pele parece não influenciar a condição de atividade (pelo menos não do modo como aponta uma análise em que não se consideram os cortes por faixas de renda média familiar). No caso dos jovens de baixa renda, a cor de pele branca parece não ser determinante para uma maior possibilidade de inserção, ao menos é o que revelam as taxas de desemprego superiores àquelas percebidas pelos jovens pardos, tanto em 2002 (24,9% para jovens de cor branca, contra 21,7% para jovens de cor parda), quanto em 2005 – 27,4%, contra 24,2%.

Os jovens de cor de pele preta continuam sendo os mais vulneráveis e também aqueles para os quais as taxas de desemprego sofreram maior ampliação – 17,4% entre 2002 e 2005, enquanto a taxa média de crescimento foi de 11,8% no mesmo período.

GRÁFICO 30

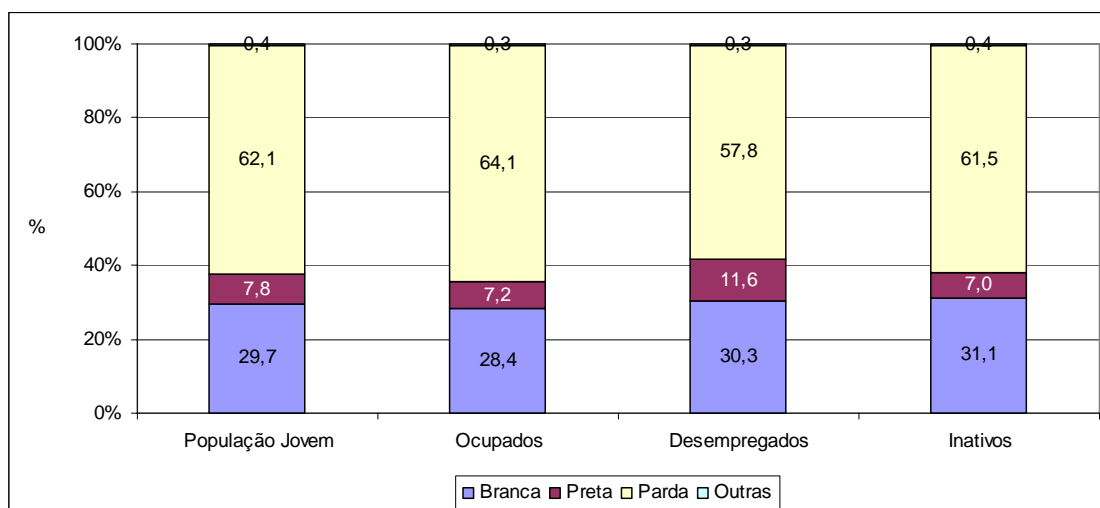
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), por cor ou raça e variação da taxa de participação (%) Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 31

**Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda *per capita* até ½ salário mínimo (s.m. de set/2005), na população jovem de baixa renda, entre os ocupados, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por cor ou raça
Brasil - 2005**



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

A ampliação das taxas de participação dos jovens de baixa renda de cor preta (5,4%), parda (2,7%) e branca (2,0%), influenciou a ampliação das taxas de desemprego que seguiram o mesmo movimento e ampliaram-se em 17,4%; 11,8%; e 9,8%, respectivamente.

Ainda que o jovem de baixa renda de cor branca possua a taxa de atividade mais baixa que a média do grupo e componha cerca de 30,0% da população jovem de baixa renda, só participa com 28,4% dos ocupados e com pouco mais de 30,0% dos desempregados, revelando sua fragilidade quando exposto à condição de pobreza.

3. Condição de atividade do jovem entre 2002 e 2005: uma visão regional

O Brasil é um país continental e suas regiões guardam especificidades de uma história econômica caracterizada por ciclos de exportação de produtos primários e de metais preciosos, pela concentração da terra nas mãos de poucos proprietários e pelo desenvolvimento industrial agrupado nos estados do Sudeste e Sul. Essas características engendraram um crescimento marcado pela desigualdade regional que ainda hoje divide o país.

Em vista dessas características, políticas públicas para geração de emprego e renda devem considerar, para sua maior efetividade, que a condição de atividade do jovem está relacionada, entre outras coisas, à sua região de moradia e à dinâmica regional e local da economia.

Ainda no mesmo sentido, também deve ser considerado o fenômeno da concentração da população em grandes centros urbanos e a pobreza que ali se acumula. Por se tratarem de áreas mais desenvolvidas no passado, foram as mais penalizadas pelas mudanças na condução das políticas macroeconômicas da década de 1990 e pelo processo de *desindustrialização* da economia.

3.1. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por Grande Região, entre 2002 e 2005 e taxas de participação dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos

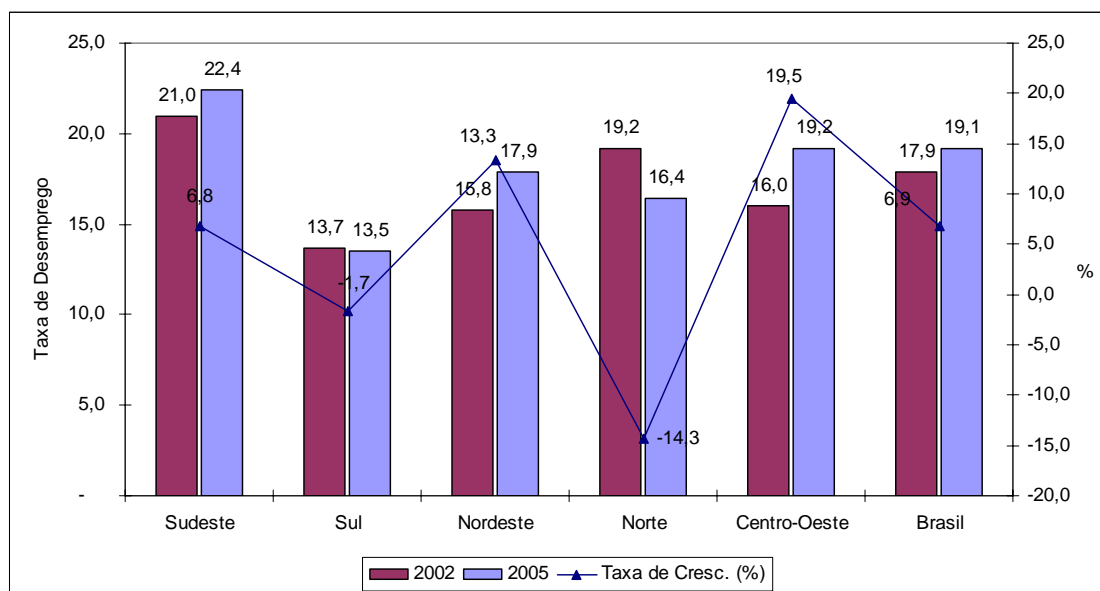
A condição de atividade do jovem alterou-se de modo diferenciado para cada uma das regiões do país entre 2002 e 2005. Ainda que o Sudeste tenha se mantido como a região com a taxa de desemprego mais elevada em todo o país (22,5% em 2005), constatam-se algumas inversões, e em algumas regiões, como o Sul e o Norte, ocorreu uma regressão da taxa de desemprego.

Para todas as regiões do país verificou-se uma ampliação das taxas de participação no período, com o Norte liderando esse aumento, com uma taxa de crescimento de 6,5%; e o Sul, que já em 2002 apresentava uma taxa de participação bem acima da média nacional (72,9% contra 66,7% para o Brasil), a região com menor expansão da taxa de participação (2,1% entre 2002 e 2005).

As regiões Centro-Oeste e Nordeste tiveram os maiores aumentos das taxas de desemprego no período, com 19,5% e 13,3%, respectivamente. No caso do Centro-Oeste, a taxa de desemprego sai de 16,0% em 2002 para chegar à média nacional de 19,0% em 2005, enquanto no Nordeste a taxa de desemprego, que era de cerca de 16,0%, fica muito próxima dos 18,0% em 2005.

GRÁFICO 32

Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Grande Região e taxa de crescimento da taxa de desemprego (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Chama a atenção a diminuição da taxa de desemprego da região Norte em cerca de 14,0%, considerando que foi essa justamente a região em que a taxa de participação ampliou-se com mais vigor no período (6,5%), praticamente uma inversão de posição entre o Norte e o Centro-Oeste, no período.

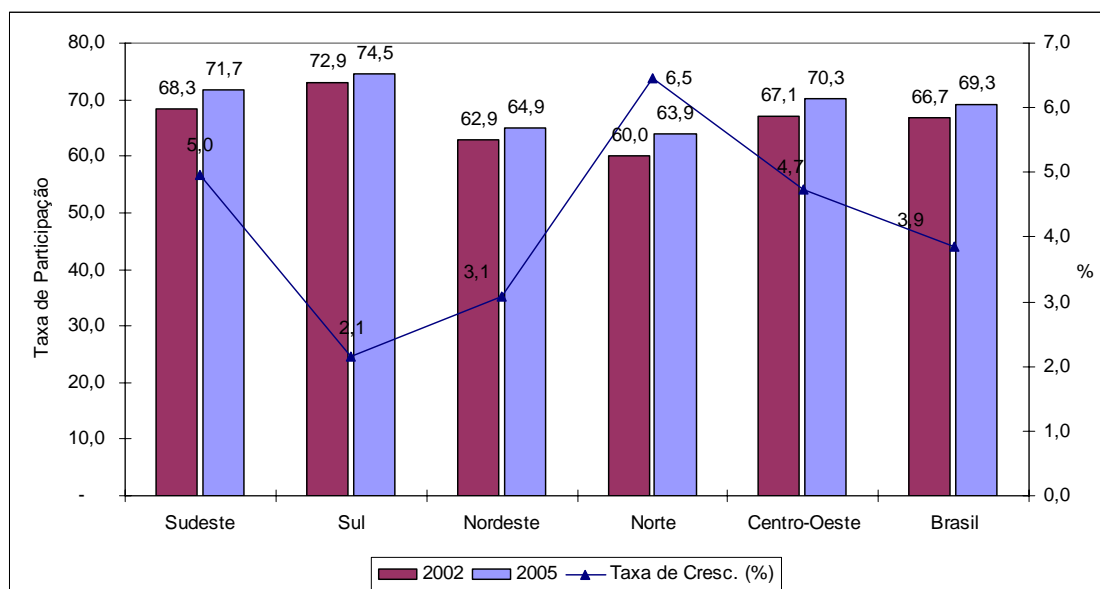
Apesar da queda nas taxas de desemprego das regiões Norte e Sul, a taxa de desemprego nacional continuou a elevar-se. Em parte, isso se deve pelo peso do Sudeste e do Nordeste no total da população jovem, representando juntos mais de 70,0% dos jovens, enquanto o Norte e Sul contribuem com apenas cerca de 15,0% do total de jovens do país.

Entre o total de ocupados, somente o Sul e o Centro-Oeste possuem uma participação mais que proporcional em relação ao peso de sua população jovem na população jovem nacional.

O Sudeste, que por longo tempo foi a região mais dinâmica e industrializada do Brasil e, portanto, a mais penalizada pelas drásticas alterações ocorridas durante a década de 1990, por sua vez, representa metade dos jovens desempregados do país.

Gráfico 33

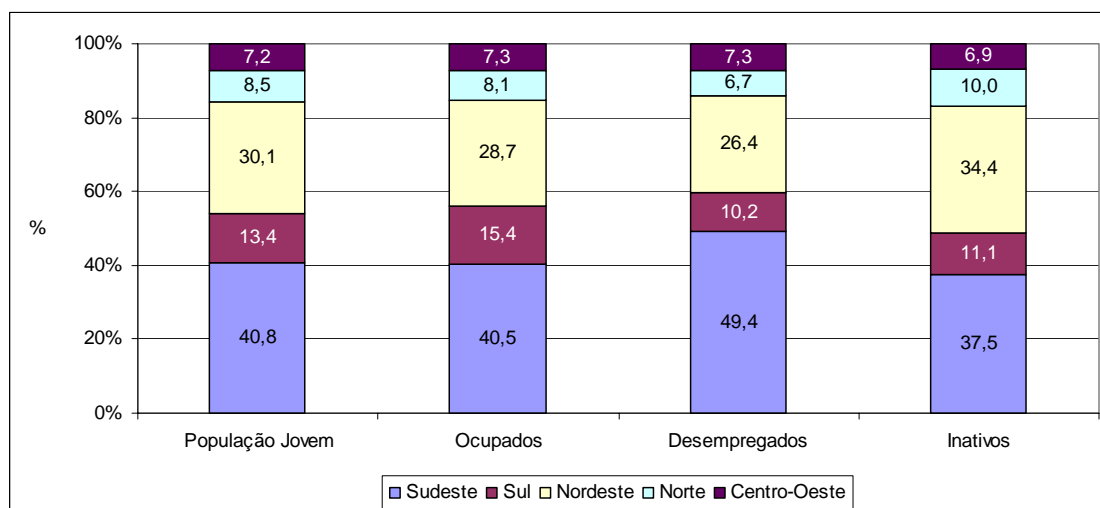
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Grande Região e taxa de crescimento da taxa de participação (%)
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Gráfico 34

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por Grande Região
Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

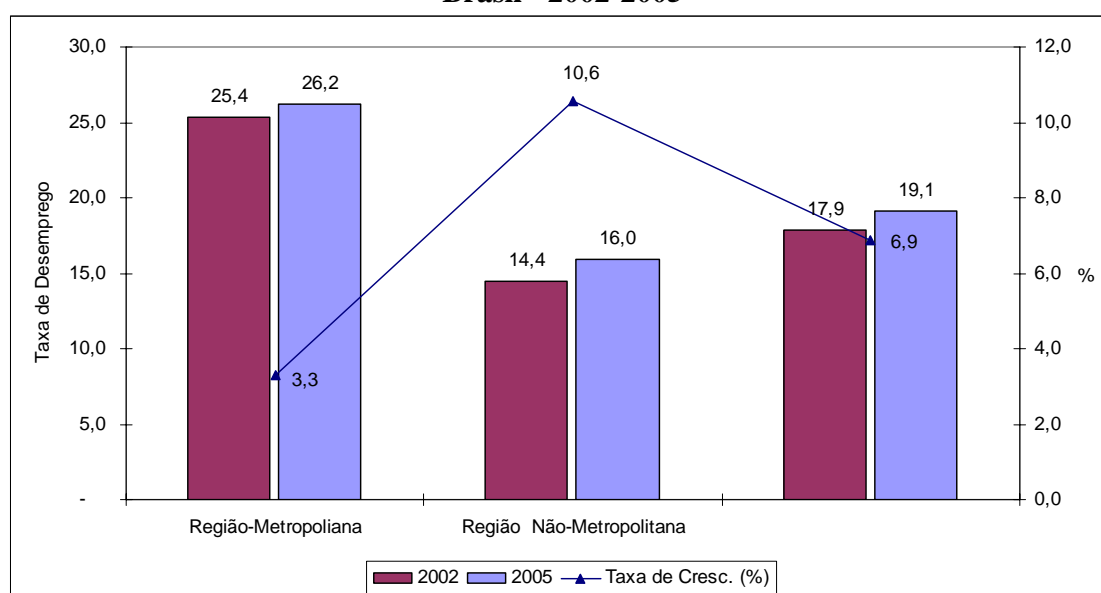
3.2. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem total, no total de jovens ocupados, no total de jovens desempregados e no total de jovens inativos

As nove regiões metropolitanas e mais o Distrito Federal abrangidos pela PNAD (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) não correspondem ao total das atuais regiões metropolitanas do país, de modo que parte significativa do que se denomina interior é atualmente considerada uma região metropolitana, o que, de certo modo, enviesa uma análise comparativa mais direta, mas ainda assim permite que se ilustrem os casos específicos das regiões metropolitanas cobertas pela amostra.

Se os dados relativos às taxas de desemprego mostram que o desemprego juvenil é um problema nacional grave, para o conjunto das regiões metropolitanas ele é ainda mais significativo, com as taxas cerca de 60,0% superior à das demais regiões – 26,2% contra 16,0%.

Ainda que as taxas de participação de todo o país se situem em torno dos 70,0%, a taxa de participação das regiões metropolitanas ainda supera a das demais regiões com margem pequena.

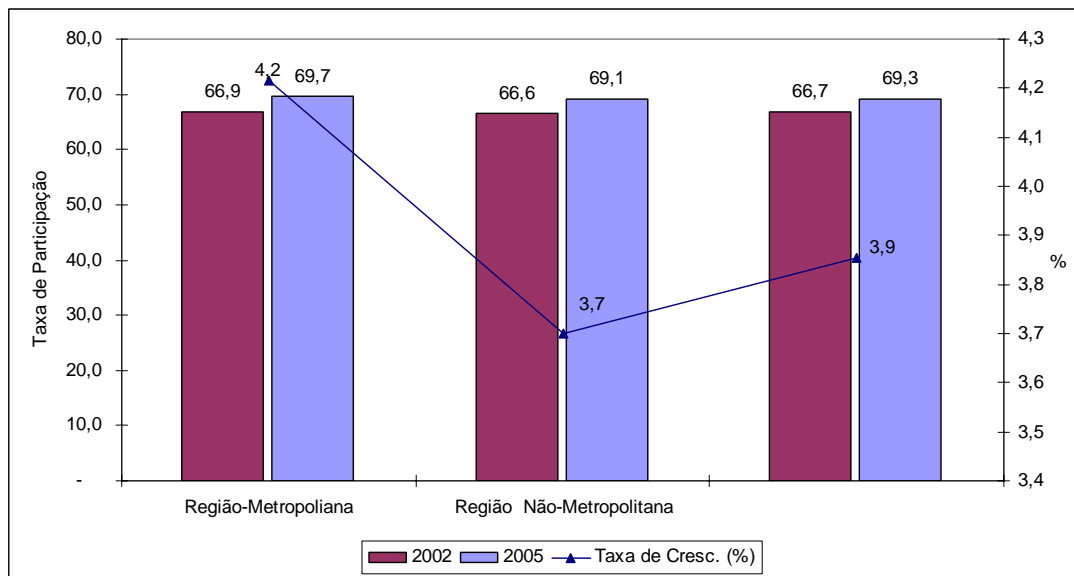
GRÁFICO 35
Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana e variação (%) da taxa de desemprego
Brasil - 2002-2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Entre 2002 e 2005, as taxas de desemprego juvenil se ampliam, mas é justamente nas regiões não-metropolitanas que se dá o maior crescimento, com 10,6% de desenvolvimento no período – contra 3,3% para as regiões metropolitanas. Esse aumento do desemprego está em parte relacionado com a ampliação das taxas de participação, que ocorreu em ambas as regiões.

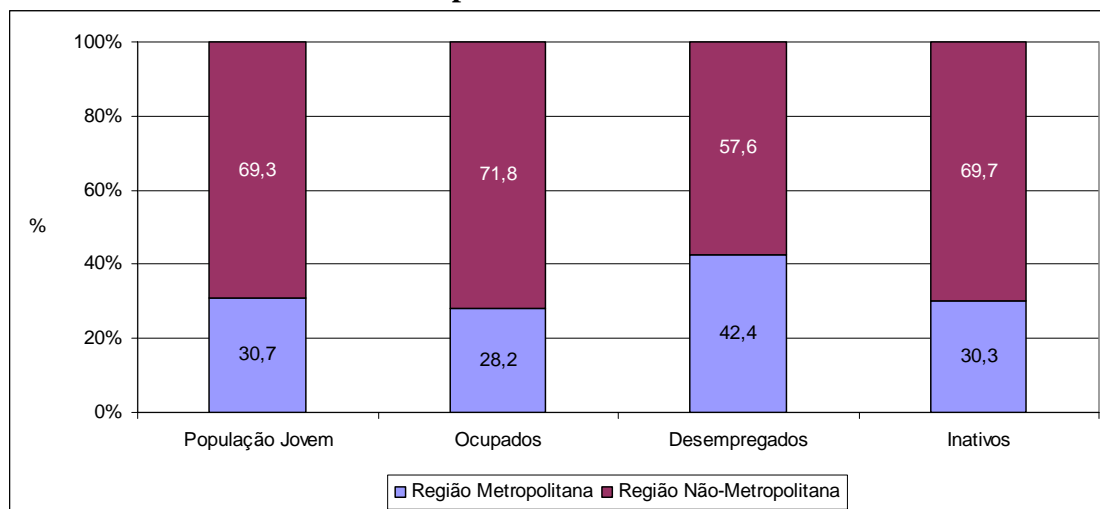
GRÁFICO 36
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana e variação (%) da taxa de participação.
Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 37

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos na população jovem, entre os ocupados jovens, desempregados e inativos jovens, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana - Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

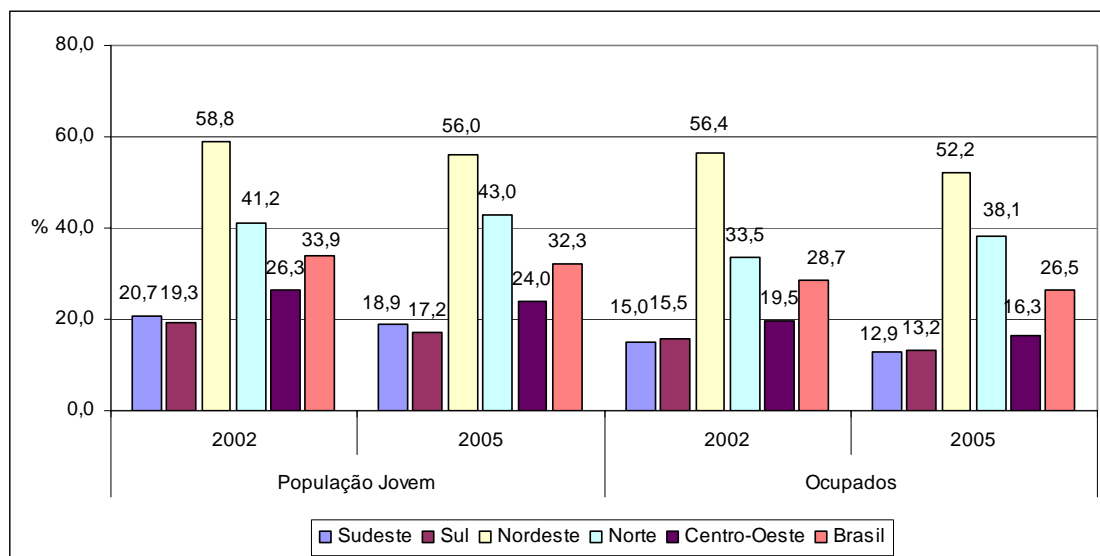
Os dados sugerem que a retomada das atividades industriais pode ter contribuído para que as taxas de desemprego nas regiões metropolitanas não se ampliassem na mesma magnitude que nas demais regiões, haja vista que a taxa de participação dessas sofreu um aumento mais intenso que o daquelas e que, como se sabe, a atividade industrial concentra-se nas regiões metropolitanas.

3.3. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média per capita de até 1/2 salário mínimo, por Grande Região, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda, no total de jovens ocupados de baixa renda, no total de jovens desempregados de baixa renda e no total de jovens inativos

Para se analisar os dados sobre os jovens oriundos de famílias de baixa renda, é importante que sejam consideradas e cruzadas, entre outras coisas, ao menos três diferentes informações. O primeiro passo é ponderar o peso da região para o total de jovens de 16 a 24 anos e cruzar essa informação com o peso dos jovens de baixa renda da região no total dos jovens de baixa renda do país. Por exemplo, na Região Nordeste residem cerca de 30,0% dos jovens de 16 a 24 anos e cerca de 50,0% dos jovens de baixa renda do país. O próximo passo é o de verificar o peso do jovem de baixa renda no total da população jovem, que no caso do Nordeste chega a 56,0%.

GRÁFICO 38

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até 1/2 salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005) na população jovem total e entre os ocupados jovens, por Grandes Regiões Brasil - 2005

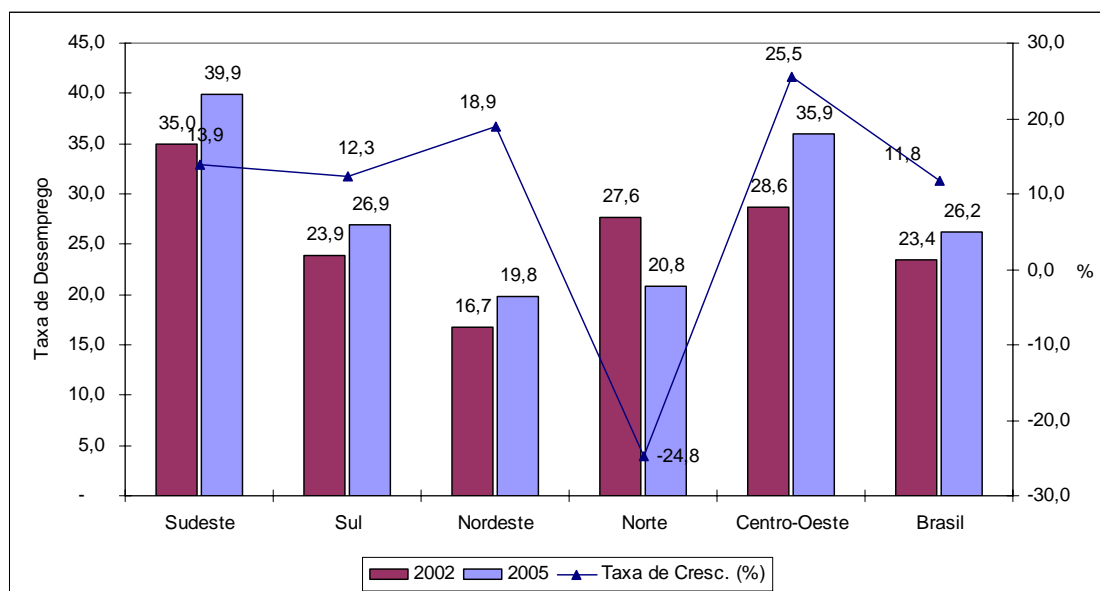


Fonte: PNAD/IBGE, 2005

O Gráfico 38 mostra o peso do jovem de baixa renda no total da população jovem de cada região, entre os ocupados, entre os desempregados e entre os inativos. Chama a atenção o peso do jovem de baixa renda com ocupação tanto para o Norte, quanto para o Nordeste, revelando que a sua ocupação, provavelmente pela predominância de baixos salários pagos, não permite que a família consiga superar a condição de pobreza, mesmo com a inserção do jovem.

GRÁFICO 39

**Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Grande Região e variação (%) da taxa de desemprego
Brasil - 2002 a 2005**



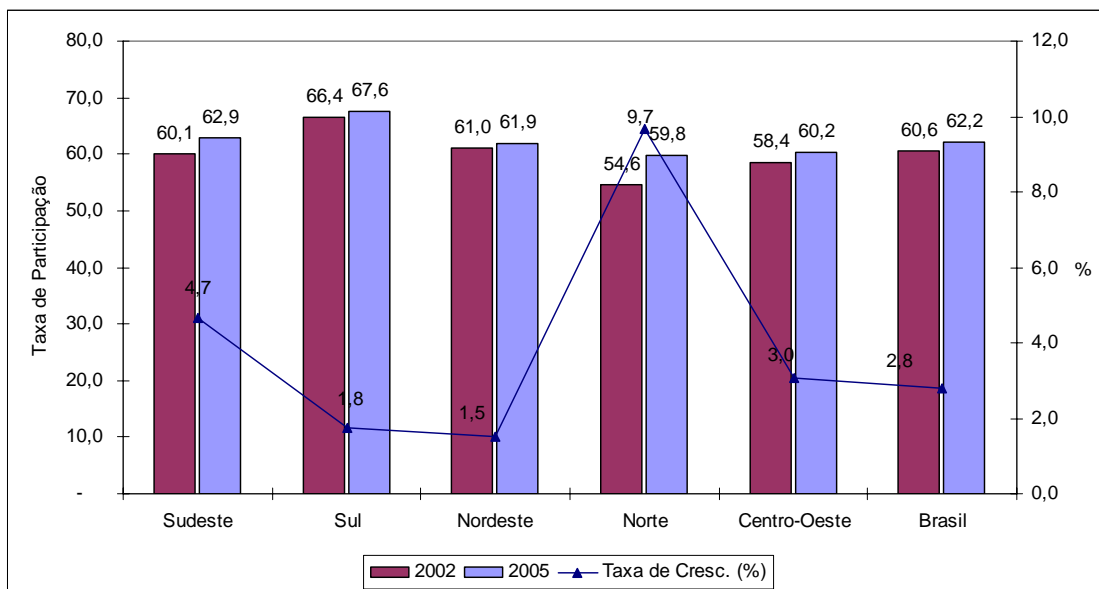
Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Nas regiões onde os salários são mais elevados, como o Sul e o Sudeste, há uma tendência maior de a pobreza estar associada ao desemprego e não aos baixos salários (que foi a característica da pobreza dos anos 1980). Essa característica, peculiar ao Norte e Nordeste, tem reflexo nas taxas significativamente mais baixas de desemprego verificadas para essas regiões, cerca da metade da encontrada para essa população na Região Sudeste do país.

A Região Norte, nesse sentido, ilustra muito bem essa característica, pois mesmo com uma queda de mais de 25,0% na taxa de desemprego para jovens oriundos de famílias com renda familiar média de até ½ salário mínimo, ampliou-se o total de jovens de baixa renda, assim como o total de jovens de baixa renda ocupados no total de jovens ocupados, entre 2002 e 2005. Esta constatação é bastante importante, pois indica que ou não se deve situar todas as famílias nessa faixa de renda na condição de pobreza, ou ocorreu uma intensa precarização das ocupações na região.

GRÁFICO 40

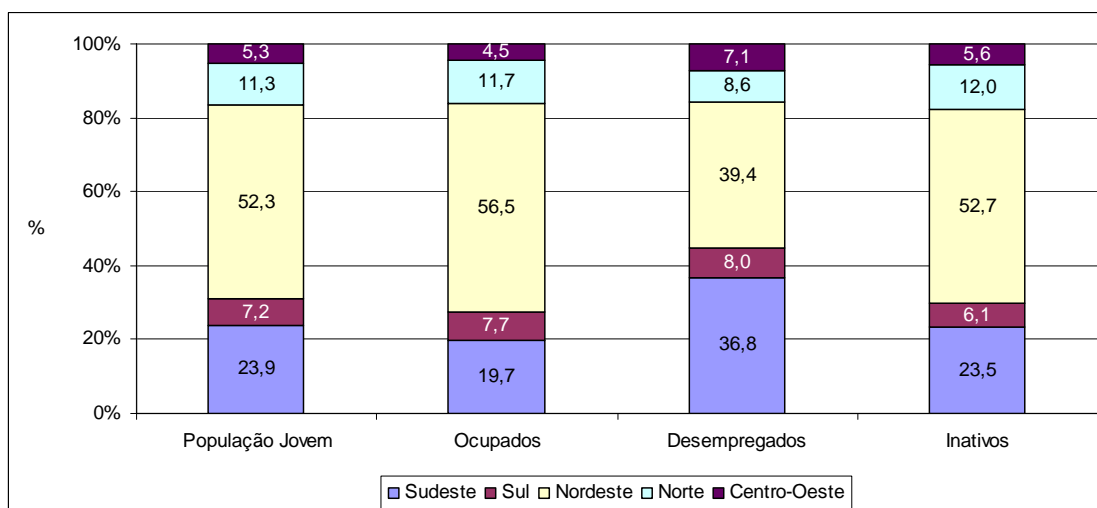
**Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Grande Região e variação (%) da taxa de participação
Brasil - 2002 a 2005**



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 41

**Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005) na população jovem de baixa renda, entre os ocupados jovens de baixa renda, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por Grandes Regiões
Brasil - 2005**



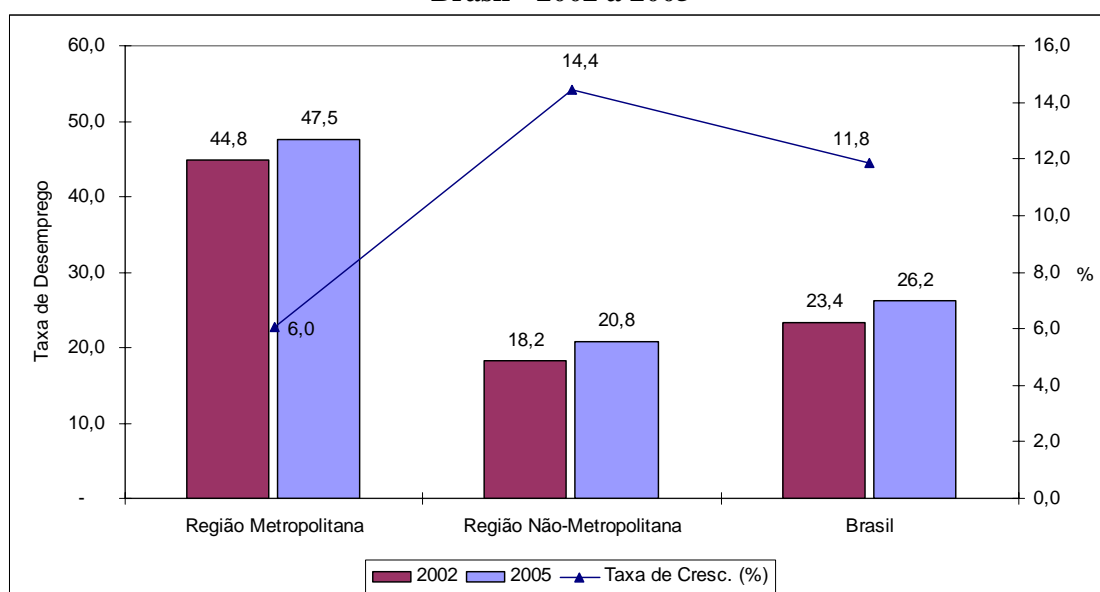
Fonte: PNAD/IBGE, 2005

3.4. Variação das taxas de desemprego e participação dos jovens de 16 a 24 anos oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, entre 2002 e 2005 e participação relativa dos jovens na população jovem de baixa renda, no total de jovens ocupados de baixa renda, no total de jovens desempregados de baixa renda e no total de jovens inativos

Embora apenas 20,0% dos jovens de baixa renda do país residam nas regiões metropolitanas, o problema do desemprego é terrivelmente mais intenso nesses locais, chegando a 47,0%, ou um em cada dois jovens economicamente ativos não conseguem uma ocupação.

GRÁFICO 42

Taxa de desemprego do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana e variação (%) da taxa de desemprego Brasil - 2002 a 2005



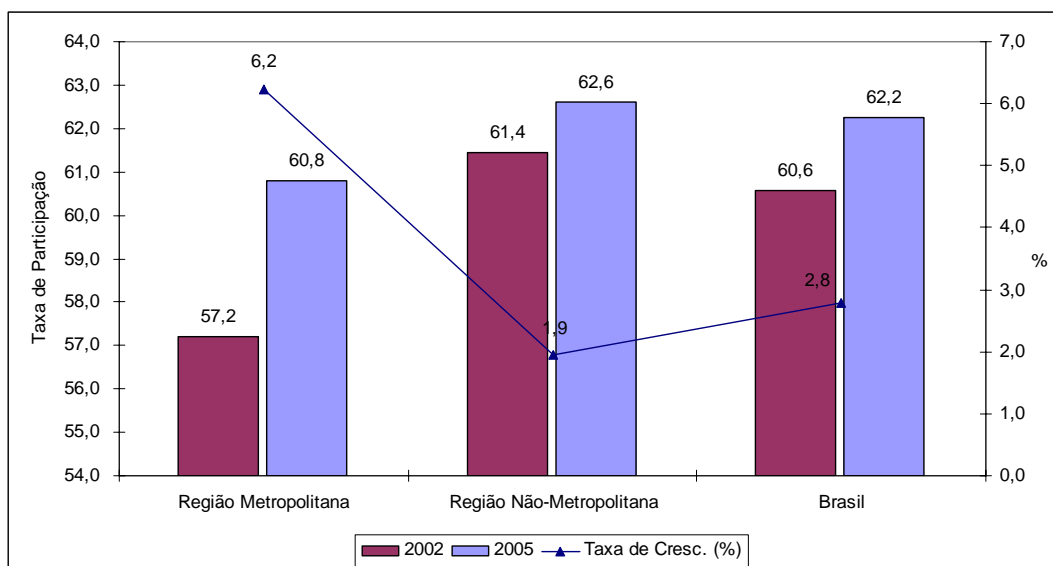
Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

Apenas seis em cada 10 jovens de baixa renda que residem nas regiões metropolitanas buscaram uma ocupação e, desses, apenas três encontraram alguma forma de trabalho, não necessariamente remunerada, entre 2002 e 2005.

Embora a exclusão social esteja associada à pobreza e ao desemprego, alguns dos dados sugerem que a simples inserção dos jovens em algumas regiões não é condição suficiente para reduzir a pobreza, o que coloca questões importantes a serem enfrentadas.

GRÁFICO 43

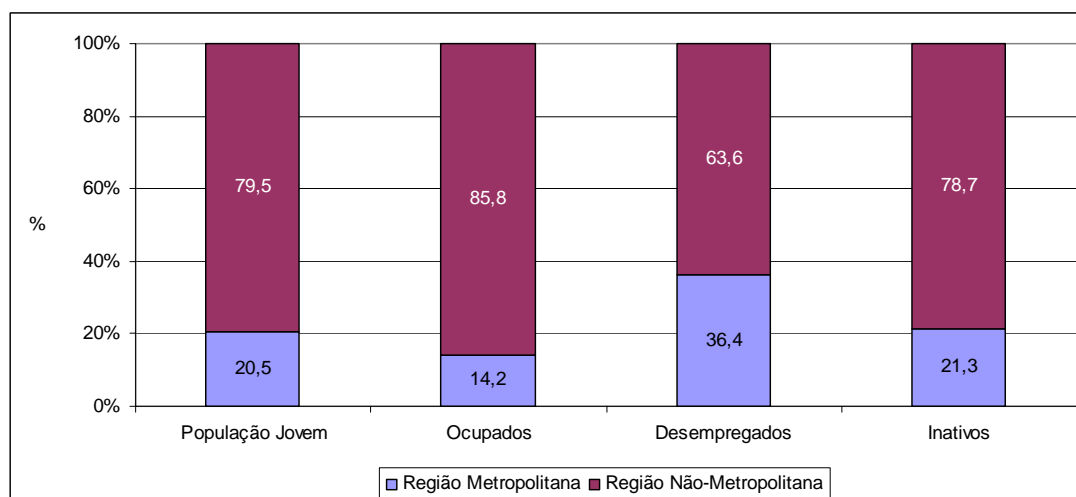
Taxa de participação do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até 1/2 salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005), por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana e variação (%) da taxa de participação Brasil - 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2005

GRÁFICO 44

Participação relativa (%) do jovem de 16 a 24 anos oriundo de família com renda média *per capita* de até 1/2 salário mínimo (em salários mínimos de setembro de 2005) na população jovem de baixa renda, entre os ocupados jovens de baixa renda, desempregados e inativos jovens de baixa renda, por Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana Brasil - 2005



Fonte: PNAD/IBGE, 2005

4. Considerações finais

Analisou-se até aqui um amplo conjunto de dados que explicitam uma situação bastante heterogênea e suscitam novas questões. O enfrentamento do desemprego juvenil ainda está longe de ter uma resposta à altura do problema, que parece se agravar mesmo com uma ligeira melhora das condições gerais do mercado de trabalho nacional.

A ampliação das taxas de participação desempenhou papel determinante na ampliação das taxas de desemprego no período, principalmente no desemprego jovem e no desemprego feminino. A entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho denotam uma tendência irreversível que torna ainda mais urgentes ações macroeconômicas efetivas. Não será possível reduzir o desemprego a taxas aceitáveis sem que se reconsidere a condução da política econômica e se criem mecanismos sustentáveis de geração de empregos por meio de políticas de indução da expansão de segmentos estratégicos de atividade econômica.

A escassez estrutural de postos de trabalho leva necessariamente ao desemprego, mas penaliza aqueles que possuem poucas ferramentas para enfrentá-lo. Não se trata apenas de falta de qualificação profissional, mas de ausência de uma formação educacional adequada. Muitos jovens de baixa renda conseguem concluir o ensino fundamental sem ter sido corretamente alfabetizado, e isso os impede de ingressar numa carreira. Dadas as condições de acirrada concorrência por postos de trabalho, num mercado bastante segmentado, pode-se imaginar que a melhoria marginal da qualificação profissional de alguns jovens de baixa renda só pode auxiliar na obtenção de uma ocupação à medida que eles substituem outros concorrentes igualmente despreparados.

O que preocupa é que, muito provavelmente, em caso de um crescimento sustentado e em níveis suficientes, as possibilidades de inserção desses jovens de baixa renda desempregados ainda estariam restritas à informalidade ou a ocupações muito precárias, devido à sua baixa capacidade cognitiva e às suas desvantagens na competição por postos de trabalho em empresas bem estruturadas.

A idade do jovem parece desempenhar papel relevante em sua condição de ocupação, numa escala crescente (melhora quando ultrapassa os 17 anos e depois dos 20). Essa tendência está provavelmente associada à maior experiência, maior escolaridade e maior responsabilidade

percebida pelo empregador; e também ao fato de que é possível que parte desses jovens esteja permanecendo em ocupações que antes eram ocupadas pelos mais novos, o que empurra para fora do mercado os jovens com menos de 18 ou 20 anos.

A raça (cor da pele) ainda desempenha papel importante na condição de atividade, mas trata-se mais de reflexo de um problema maior. A condição de pobreza é o determinante mais geral, uma vez que 70,0% dos jovens de baixa renda são pretos ou pardos. Chama a atenção, ainda nesse sentido, como essa condição influencia negativamente as possibilidades de inserção, tendo-se em conta que as taxas de desemprego dos jovens de baixa renda de cor branca são superiores às taxas de desemprego dos jovens pardos de baixa renda, mesmo com menores taxas de atividade e com participação relativa de menos de 30,0% no total dos jovens de baixa renda.

As regiões metropolitanas, por concentrarem os melhores postos de trabalho e também os jovens mais ricos e com educação mais elevada e de melhor qualidade, impõem condições de concorrência quase intransponíveis aos jovens de baixa renda. Com taxas de desemprego que chegam a quase 50,0%, os jovens de baixa renda estão praticamente condenados a permanecer na pobreza.

Por outro lado, os jovens das regiões Norte e Nordeste do país, mesmo quando encontram uma ocupação, correm o risco de não conseguir superar a condição de pobreza, dados os baixos salários pagos, ou o peso excessivo do trabalho não remunerado na região. A Região Norte conseguiu reduzir o desemprego juvenil, tanto geral, quanto do jovem de baixa renda, mas isso não implicou em redução da pobreza, e, inclusive, ampliou-se o percentual de jovens ocupados oriundos de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza oficial.

Ações de empreendedorismo podem desempenhar um papel muito restrito nessas condições. Estima-se que havia 10 milhões de jovens de baixa renda, em 2005, sendo 1,6 milhão sem ocupação e cerca de 1,5 milhão ocupados, mas que não auferiam renda, e mais outros quatro milhões inativos. Um problema dessa escala dificilmente poderá ser resolvido com ações que visem incentivar atividades empreendedoras.

PARTE II

Evolução Recente do Emprego Formal de Jovens no Brasil

Introdução

A inserção dos jovens no mercado de trabalho tornou-se uma questão política relevante durante a década de 1990, num contexto de mudanças na condução geral das políticas macroeconômicas e da reestruturação produtiva desregulada, que produziram impactos negativos sobre a produção e o emprego nacional (POCHMANN, 1999). Agravaram-se os antigos problemas que afetavam o mercado de trabalho nacional, em especial por meio de elevação das formas precárias de inserção, e adicionaram-se questões com a duplicação das taxas de desemprego aberto e o aumento do tempo de procura por um posto de trabalho.

Na década atual, novas tendências se manifestaram na economia brasileira. A relativa melhora no mercado de trabalho em comparação com o trágico período anterior, que marcou toda a década de 1990, não só proporcionou uma redução moderada das taxas gerais de desemprego aberto como foi marcada por uma ampliação significativa (e em velocidade bastante superior à média do crescimento da ocupação total) do emprego formal, com destaque para o emprego privado com carteira de trabalho assinada e uma menção para o emprego público estatutário (BALTAR, MORETTO, SANTOS e KREIN, 2006). Contudo, como as formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho são reconhecidamente distintas das verificadas entre os adultos, torna-se relevante examinar mais detidamente as oportunidades de emprego que foram abertas nos últimos anos para os trabalhadores com pouca experiência profissional, procurando examinar a qualidade de tais ocupações (POCHMANN, 2006).

Acrescente-se que o problema ocupacional da juventude, no Brasil, ganhou contornos mais graves do que em países desenvolvidos em função das imensas desigualdades sociais herdadas de um desenvolvimento capitalista tardio que criou obstáculos difíceis de serem transpostos, especialmente para os jovens oriundos de famílias situadas na base da distribuição da renda nacional (OIT, 2001). Embora seja correto dizer que atualmente o conjunto dos jovens encontra-se em dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, é preciso ressaltar que grupos com

características específicas (jovens oriundos de famílias de baixa renda, de baixa escolaridade, negros e do sexo feminino, especialmente quando residentes em grandes centros urbanos) são mais penalizados: muitos acabam excluídos das oportunidades de emprego regular, condenados a viver à margem da sociedade, numa luta diária pela sobrevivência e sem perspectiva de obter uma vida digna. Esses jovens, em geral pertencentes a famílias com maior vulnerabilidade social, são justamente aqueles que se submetem às piores condições de trabalho e de remuneração (PRONI e RIBEIRO, 2007).

Na Parte I, mostrou-se que, a despeito da melhora geral do mercado de trabalho brasileiro na década atual, a condição de atividade dos jovens não foi tão favorecida quanto a dos adultos pela mudança na política cambial, em 1999, e pelo aquecimento do comércio internacional na década atual. Ou melhor, ficaram evidentes o aumento das taxas de desemprego juvenil e as dificuldades de inserção ocupacional de segmentos mais vulneráveis dos trabalhadores. E argumentou-se que, entre outras coisas, isso se deveu a um aumento muito expressivo da taxa de participação no grupo até 24 anos, em particular no caso das mulheres, e que a condição de pobreza (renda familiar *per capita* inferior a 0,5 salário mínimo) interfere fortemente no acesso do jovem ao mercado de trabalho.

O objetivo desta Parte II é analisar a participação dos jovens nos empregos formais gerados nos últimos anos, levantar suas características pessoais e verificar o tipo de emprego a que eles têm acesso. Procuraremos também mensurar o impacto do recente crescimento econômico sobre o volume de postos de trabalho destinados a trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência profissional, desagregando a análise por grupo ocupacional. Além disso, objetiva-se identificar as famílias ocupacionais nas quais tem havido maiores ganhos e maiores perdas de participação, apontar aquelas em que tem sido mais freqüente a obtenção do primeiro emprego formal e examinar como se manifesta o problema da elevada rotatividade no emprego entre os jovens.

É importante esclarecer que, em razão das novas diretrizes do Programa *ProJovem* do Governo Federal, o qual define como público-alvo os trabalhadores entre 15 e 29 anos de idade em situação de vulnerabilidade social, a análise aqui empreendida dividiu os jovens em duas categorias (até 17 anos e 18 a 24 anos) e acrescentou um terceiro grupo etário (25 a 29 anos).

1. Desempenho recente de jovens e adultos no mercado de trabalho

Antes de tudo, é importante fazer uma comparação entre o desempenho recente de trabalhadores “jovens” (até 29 anos) e “adultos” (30 anos ou mais) no mercado de trabalho nacional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, entre 2002 e 2006, foram criadas cerca de 8,6 milhões de ocupações (saldo líquido), mas apenas duas de cada 10 foram ocupadas por jovens de 15 a 29 anos (1,6 milhão). Registrou-se um crescimento de apenas 1,3% a.a. para a ocupação juvenil total, enquanto a ocupação adulta cresceu a 3,4% a.a., nesse período (ver as Tabelas 1, 2 e 3).

TABELA 1
Saldo de ocupações por posição na ocupação, diferenciando entre jovens e adultos
Brasil - 2002-2006

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Jovens	Adultos	Total
Empregado com carteira	2.083.822	2.959.620	5.043.442
Militar	48.827	6.107	54.934
Funcionário público estatutário	(9.378)	769.883	760.505
Outros empregados sem carteira	278.231	631.621	909.852
Empregados sem declaração de carteira	(1.129)	(2.407)	(3.536)
Trabalhador doméstico com carteira	(78.477)	335.466	256.989
Trabalhador doméstico sem carteira	(137.292)	486.795	349.503
Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	(1.035)	580	(455)
Conta própria	(53.474)	905.616	852.142
Empregador	52.328	532.350	584.678
Trabalhador na produção para o próprio consumo	153.704	547.681	701.385
Trabalhador na construção para o próprio uso	(2.887)	(10.161)	(13.048)
Não-remunerado	(730.560)	(93.068)	(823.628)
Total	1.601.196	7.068.899	8.670.095

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Por outro lado, no que diz respeito ao emprego com carteira de trabalho assinada esses números foram mais positivos para os jovens: quatro em cada 10 ocupações deste tipo foram registradas na faixa até 29 anos, o que corresponde a um crescimento de 5,0% a.a., no período.

Considerando o conjunto do emprego formal² – que aqui inclui o empregado com carteira assinada, o militar e o funcionário público estatutário e exclui o trabalhador doméstico com

² Como será visto na seção 3, o total de empregados com menos de 30 anos registrados na RAIS/CAGED para 2006 fica em mais de 13,3 milhões de pessoas. De acordo com a PNAD, em 2006, os ocupados “jovens” totalizavam 29,5 milhões de pessoas. Portanto, cerca de 45% desse segmento tinham emprego formal no sentido estrito do termo.

carteira de trabalho –, o crescimento médio anual foi bastante similar entre os dois grupos (jovens e adultos), ficando muito próximo dos 5,0% a.a. para ambos.

TABELA 2
Participação relativa no saldo de ocupações, por posição na ocupação para jovens e adultos
Brasil - 2002-2006

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Jovens	Adultos	Total
Empregado com carteira	41,3	58,7	100,0
Militar	88,9	11,1	100,0
Funcionário público estatutário	(1,2)	101,2	100,0
Outros empregados sem carteira	30,6	69,4	100,0
Empregados sem declaração de carteira	31,9	68,1	100,0
Trabalhador doméstico com carteira	(30,5)	130,5	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira	(39,3)	139,3	100,0
Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	227,5	(127,5)	100,0
Conta própria	(6,3)	106,3	100,0
Empregador	8,9	91,1	100,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	21,9	78,1	100,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	22,1	77,9	100,0
Não-remunerado	88,7	11,3	100,0
Total	18,5	81,5	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

TABELA 3
Taxas de crescimento médio anual de ocupações,
por posição na ocupação para jovens e adultos
Brasil - 2002-2006

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Jovens	Adultos	Total
Empregado com carteira	5,0	5,1	5,0
Militar	8,2	1,8	5,9
Funcionário público estatutário	(0,3)	4,4	3,7
Outros empregados sem carteira	0,9	2,3	1,5
Empregados sem declaração de carteira	(23,6)	(100,0)	(38,7)
Trabalhador doméstico com carteira	(4,8)	6,7	3,9
Trabalhador doméstico sem carteira	(1,8)	4,4	1,9
Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	(35,4)	18,8	(6,9)
Conta própria	(0,4)	1,6	1,2
Empregador	3,0	4,3	4,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,4	5,5	5,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	(1,7)	(2,5)	(2,3)
Não-remunerado	(5,3)	(1,1)	(3,8)
Total	1,3	3,4	2,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

O pequeno aumento do emprego sem registro em carteira (278 mil) e a diminuição do número de trabalhadores jovens em algumas posições nas ocupações consideradas mais precárias (em especial, 216 mil trabalhadores domésticos e 730 mil sem remuneração) podem ser interpretados como indicações de uma mudança positiva na inserção dos trabalhadores jovens, uma vez que o saldo líquido no emprego formal assalariado não doméstico ultrapassou 2,1 milhões nesse período.

Visto por esse prisma, o desempenho recente de trabalhadores “jovens” no mercado de trabalho nacional poderia ser considerado satisfatório, ainda que a taxa de desemprego juvenil tenha se elevado, conforme mencionado anteriormente. Mas, não se examinou ainda a qualidade de tais empregos, apenas constatou-se que o trabalho assalariado com registro e garantia de direitos trabalhistas possui melhor qualidade do que outras ocupações precárias.

Assim, dando prosseguimento ao estudo, será feito a seguir um mapeamento de quais foram, no período recente, os empregos formais predominantemente preenchidos por trabalhadores com idade até 17 anos, entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos; ou melhor, que tipo de emprego com registro em carteira (ou estatutário) tem sido oferecido aos trabalhadores mais jovens, que muitas vezes procuram o primeiro emprego, assim como àqueles que possuem pouca experiência profissional. Além disso, é importante destacar duas características pessoais desses trabalhadores: sexo e grau de instrução.

Para isso, será usada a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para os anos de 2003 e 2005, para os quais é possível compatibilizar as famílias ocupacionais. Também será utilizado o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED, do MTE, com a intenção de, por meio do saldo agregado do período de janeiro a dezembro de 2006, estimar as variações do emprego juvenil para 2006. Embora seja possível empregar dados mais recentes desta base (para o ano de 2007), isso não seria recomendado, devido à altíssima rotatividade nos postos de trabalho, principalmente naqueles ocupados por trabalhadores mais jovens; e, se o intuito é indicar possíveis tendências, a sazonalidade do emprego juvenil em vários ramos de atividade poderia distorcer as informações obtidas.

2. Características gerais do emprego formal dos jovens

Para detalhar o tipo de emprego formal destinado a trabalhadores jovens nos últimos anos, primeiro serão utilizados dados mais gerais, considerando os grandes setores de atividade e o salário contratual, depois serão examinadas algumas características pessoais dos trabalhadores. Na seção 4, serão analisadas as famílias ocupacionais predominantes.

TABELA 4
Saldo do emprego formal por grandes setores, por faixa etária.
Brasil - 2004-2006

Grandes Setores	ATE 17	18 A 24	25 A 29	Até 29 anos
Industria	60.937	395.203	215.213	671.353
Construcao civil	3.742	70.263	47.924	121.929
Comercio	99.383	443.610	218.035	761.028
Servicos	89.956	540.791	388.658	1.019.405
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	8.054	30.194	16.504	54.752
Total	262.072	1.479.685	886.119	2.627.876

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

TABELA 5
Distribuição do saldo do emprego formal por grandes setores, por faixa etária.
Brasil - 2004-2006

Grandes Setores	ATE 17	18 A 24	25 A 29	Até 29 anos
Industria	23,3	26,7	24,3	25,5
Construcao civil	1,4	4,7	5,4	4,6
Comercio	37,9	30,0	24,6	29,0
Servicos	34,3	36,5	43,9	38,8
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	3,1	2,0	1,9	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

TABELA 6
Distribuição do saldo do emprego formal por faixa etária, por grandes setores.
Brasil - 2004-2006

Grandes Setores	ATE 17	18 A 24	25 A 29	Até 29 anos
Industria	9,1	58,9	32,1	100,0
Construcao civil	3,1	57,6	39,3	100,0
Comercio	13,1	58,3	28,7	100,0
Servicos	8,8	53,0	38,1	100,0
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	14,7	55,1	30,1	100,0
Total	10,0	56,3	33,7	100,0

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

As Tabelas 4, 5 e 6 retratam o movimento da ocupação formal jovem entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2006, e mostram como se distribuíram os empregos gerados no período por grandes setores de atividade econômica e entre as distintas faixas etárias. Fica claro que há diferenças entre os trabalhadores com até 17 anos, entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos no que se refere à geração do emprego declarado na RAIS e no CAGED.

Pela Tabela 5, na qual a distribuição do saldo do emprego por grandes setores dá-se no interior das faixas etárias, é possível perceber que o peso do comércio é decrescente conforme se avança na idade e, por outro lado, o peso dos serviços é bem maior na faixa etária de 25 a 29 anos. O grupo mais jovem, com idade até 17 anos, é o único no qual o peso do comércio supera o dos serviços. A indústria apresenta uma geração significativa de postos de trabalho, com peso similar nas três faixas etárias. Na agropecuária, o emprego registrado pelo MTE é pequeno.

TABELA 7
Salário médio no emprego formal por faixa etária, de acordo com grandes setores.
Brasil - dez 2003-dez 2005

Grandes setores	Até 17		18 a 24		25 a 29		Até 29 anos	
	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005
Indústria	375,49	392,03	647,22	674,82	962,74	979,74	779,03	804,54
Construção civil	350,23	334,41	548,14	588,66	692,43	750,33	620,50	670,75
Comércio	360,40	372,96	518,96	538,69	670,48	684,06	571,62	590,08
Serviços	301,08	312,82	622,98	648,67	919,09	959,14	770,99	804,94
Agropecuária	337,06	362,57	423,57	460,41	494,43	535,95	452,53	492,21
Total	342,78	355,48	587,09	612,21	849,15	877,71	702,29	730,32

Fonte: MTE-RAIS, 2003 e 2005

Nota: em R\$ de dezembro de 2005 (Deflator: INPC)

Em termos de remuneração, a expansão do emprego formal entre trabalhadores jovens tem sido acompanhada de ligeira elevação no salário médio contratual em todos os grandes setores de atividade econômica (possivelmente estimulada pelo aumento real do salário mínimo). Conforme se verifica na Tabela 7, o grupo com idade entre 18 e 24 anos tem rendimentos muito superiores ao grupo com até 17 anos, mas claramente inferior ao grupo de 25 a 29 anos. De fato, maior experiência profissional e maior tempo no mercado de trabalho em geral propiciam melhores remunerações. Além disso, percebe-se que as diferenças intersetoriais de salário são pequenas no grupo etário mais jovem e crescem com o avanço da idade. Vale a pena mencionar, por exemplo, que os jovens até 17 anos que trabalhavam no setor serviços tinham um salário médio contratual relativamente baixo, em 2005, equivalente a menos da metade do registrado para os trabalhadores entre 18 e 24 anos e menos de um terço do declarado para trabalhadores entre 25 e 29 anos.

Apesar dessa ligeira elevação, não parece ter havido alteração substantiva na estrutura de remunerações. Como pode ser observado na Tabela 8, os salários se mantiveram relativamente baixos: mais da metade dos empregados formais com menos de 30 anos tinha salário contratual entre 1,01 e dois salários mínimos. É certo que conforme se caminha nas faixas etárias amplia-se dispersão salarial, isto é, aumenta a participação das faixas entre 2,01 e 10 salários mínimos. Mas, chama a atenção o fato de entre os mais jovens (até 17 anos) a participação dos que ganham até 2 s.m. ser de 95,5%, caindo para 68,2% entre os com idade entre 18 e 24 anos e chegando a 50,6% entre os trabalhadores com 25 a 29 anos, em 2006.

TABELA 8
Distribuição do emprego formal por faixa etária,
de acordo com estratos de salários mínimos
Brasil – dez 2006

Faixas de Salários Mínimos	ATE 17	Participação Relativa (%)	18 A 24	Participação Relativa (%)	25 A 29	Participação Relativa (%)	Até 29 anos	Participação Relativa (%)
Até 1 salário mínimo	228.416	41,9	690.093	9,9	410.720	7,0	1.329.229	9,9
De 1 a 2 salários mínimos	291.914	53,6	4.052.759	58,3	2.560.476	43,6	6.905.149	51,6
De 2 a 3 salários mínimos	16.373	3,0	1.257.628	18,1	1.194.218	20,3	2.468.219	18,5
De 3 a 5 salários mínimos	1.584	0,3	566.931	8,2	860.075	14,6	1.428.590	10,7
De 5 a 10 salários mínimos	306	0,1	209.460	3,0	499.261	8,5	709.027	5,3
Mais de 10 salários mínimos	87	0,0	36.879	0,5	188.374	3,2	225.339	1,7
Ignorado	6.204	1,1	140.530	2,0	159.626	2,7	306.360	2,3
Total	544.884	100,0	6.954.280	100,0	5.872.750	100,0	13.371.913	100,0

Fonte: MTE - RAIS, 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

TABELA 9
Saldo do emprego formal por faixa etária, de acordo com estratos de salários mínimos
Brasil - 2004-2006

Faixas de Salários Mínimos	ATE 17	18 A 24	25 A 29	Até 29 anos
Até 1 salário mínimo	125.559	278.076	127.568	531.203
De 1 a 2 salários mínimos	140.038	1.278.861	686.814	2.105.713
De 2 a 3 salários mínimos	(4.978)	(32.234)	49.041	11.829
De 3 a 5 salários mínimos	(991)	(35.561)	2.836	(33.716)
De 5 a 10 salários mínimos	(37)	(17.144)	915	(16.266)
Mais de 10 salários mínimos	(31)	(24.060)	(9.287)	(33.379)
Ignorado	2.476	14.603	29.147	46.226
Total	262.072	1.479.685	886.119	2.627.876

Fonte: MTE-RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Em relação ao saldo de empregos gerados no período, os dados mostram que foram positivos somente até o patamar de três salários mínimos para o total dos jovens e de dois s.m. para os com menos de 25 anos. Na Tabela 9, chama a atenção o fato de 2,1 milhões de empregos formais (dos 2,6 milhões gerados entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2006) terem sido empregos com salário contratual entre 1,01 e dois salários mínimos. Por outro lado, houve eliminação de mais de 83 mil empregos com salário superior a três s.m., no conjunto, e eliminação de cerca de 110 mil empregos deste tipo na faixa de 18 a 24 anos, conforme os registros do MTE.

Em seguida, passa-se a analisar as características pessoais dos jovens contratados durante o período 2004-2006, procurando destacar a participação feminina e os requisitos educacionais.

TABELA 10
Saldo do emprego formal por faixa etária e sexo
Brasil- 2004-2006

Faixa Etária	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Ate 17 anos	152.203	109.869	262.072
18 a 24 anos	874.169	605.516	1.479.685
25 a 29 anos	500.700	385.419	886.119
Até 29 anos	1.527.072	1.100.804	2.627.876

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Os dados da Tabela 10 indicam que a geração de empregos formais ficou na ordem de seis em cada 10 para o emprego masculino, no período. Não há diferenças significativas quando se comparam as faixas etárias. Acrescente-se que, seguindo tendência da década passada, houve leve aumento da participação feminina jovem em 2006. Ou seja, as mulheres vêm aos poucos ampliando seu espaço também nas vagas ofertadas por instituições organizadas, que declaram a RAIS.

TABELA 11
Saldo do emprego formal por faixa etária e grau de instrução.
Brasil - 2004-2006

Grau de Escolaridade	ATE 17	Participação Relativa (%)	18 A 24	Participação Relativa (%)	25 A 29	Participação Relativa (%)	Até 29 anos	Participação Relativa (%)
Analfabeto	119	0,0	(5.720)	(0,4)	(4.078)	(0,5)	-9.679	(0,4)
4ª série incompleta	576	0,2	(11.246)	(0,8)	(22.097)	(2,5)	-32.767	(1,2)
4ª série completa	2.758	1,1	(30.780)	(2,1)	(48.326)	(5,5)	-76.348	(2,9)
8ª série incompleta	15.094	5,8	(17.565)	(1,2)	(28.711)	(3,2)	-31.182	(1,2)
8ª série completa	29.359	11,2	57.732	3,9	14.962	1,7	102.053	3,9
2º grau incompleto	139.937	53,4	81.230	5,5	43.418	4,9	264.585	10,1
2º grau completo	70.550	26,9	1.169.504	79,0	676.557	76,4	1.916.611	72,9
Superior incompleto	3.269	1,2	142.468	9,6	71.870	8,1	217.607	8,3
Superior completo	410	0,2	94.061	6,4	182.524	20,6	276.995	10,5
Total	262.072	100,0	1.479.685	100,0	886.119	100,0	2.627.876	100,0

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Por sua vez, a Tabela 11 confirma que tem havido um processo de substituição de empregados com escolaridade mais baixa por empregados mais escolarizados. Devido à progressiva melhoria do grau de instrução das gerações mais novas e à oferta excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho, tem se verificado uma tendência (já observada desde meados da década de 1990) de elevação das exigências educacionais pelos empregadores.

Quando se observam os saldos de empregos preenchidos por jovens, entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2006, nota-se que cerca de 90,0% dos empregos gerados foram obtidos por jovens com ao menos o ensino médio completo. Entre os adolescentes com até 17 anos, é pequena a participação dos que não ultrapassaram o ensino fundamental, sendo geralmente exigida a frequência no ensino médio. Entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos, 1.170.000 dos empregados contratados tinham o ensino médio completo e outros 236.000 estavam freqüentando o ensino superior ou já eram graduados. E quanto aos trabalhadores com

idade entre 25 e 29 anos contratados no período, três quartos tinham concluído o ensino médio e um quinto tinha concluído o ensino superior.

Certamente, a escolaridade é atualmente um atributo essencial para os jovens que disputam um lugar melhor no mercado de trabalho. Não é novidade a constatação de que os adolescentes que não tiveram condições de sequer completar o ensino fundamental e principalmente os jovens com mais de 18 anos que não conseguiram concluir pelo menos o ensino médio estão em condições muito desfavoráveis na disputa por um emprego formal, aqui reconhecido como de melhor qualidade por causa das garantias de direitos trabalhistas ou acesso à previdência social.

3. Potencial de expansão do emprego formal dos jovens em relação ao crescimento do PIB

Nesta seção, será examinada a capacidade da presente estrutura econômica no que se refere à geração de empregos formais que podem ser preenchidos pelos trabalhadores jovens, divididos em três faixas etárias (até 17 anos; 18 a 24 anos; 25 a 29 anos). A prioridade é identificar e hierarquizar os grupos ocupacionais que respondem mais positivamente ao crescimento da economia brasileira, possibilitando que sejam feitas estimativas da expansão provável da demanda por trabalhadores jovens resultante de diferentes cenários futuros.

A metodologia aqui utilizada foi desenvolvida no *Produto 1 - Crescimento, Geração de Emprego, a Política de Emprego, Trabalho e Renda e as Ações de Qualificação* (que também faz parte do **Subprojeto 1 - Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e As Ações de Qualificação**), que estimou o aumento do emprego formal correspondente ao crescimento de um ponto percentual do PIB. Tal metodologia supõe que os parâmetros que definem a oferta de postos de trabalho permanecerão constantes em curto e médio prazos, o que permite projetar tendências para os próximos anos.

Conforme pode ser constatado no relatório do Produto 1, para cada ponto de crescimento no PIB tem-se, *ceteris paribus*, um aumento correspondente de 497.210 vagas de emprego formal. O importante aqui é ressaltar que, desses quase 500 mil empregos adicionais, mais da metade (ou seja, 265.442) é destinada a trabalhadores “jovens” (com idade inferior a 30 anos). Além disso,

importa mencionar que há uma clara predominância do grupo de 18 a 24 anos, para o qual se destinam cerca de 56,0% do total de vagas para jovens, ficando o grupo com até 17 anos com apenas 10,0% dos empregos criados.

Na Tabela 12, verifica-se que os grupos ocupacionais, nos quais é maior a geração de empregos formais, pertencem ao setor terciário: “escriturários”, “trabalhadores dos serviços”, “vendedores e prestadores de serviços do comércio”, “trabalhadores de funções transversais” e “trabalhadores de atendimento ao público”. Esses cinco grupos somados correspondem a 57,0% da oferta estimada de empregos. Só então aparecem os grupos ocupacionais pertencentes ao setor secundário e ao setor primário.

É importante esclarecer que há diferenças substantivas entre as três faixas etárias. Na Tabela 12, as informações estão organizadas de forma a refletir a hierarquia dos grupos ocupacionais para a totalidade dos jovens. Mas, é preciso analisar os dados separadamente, pois as políticas públicas destinadas a cada faixa etária precisam respeitar tais diferenças. Por exemplo, a demanda por “profissionais de ensino” tem um peso bastante grande na faixa de 25 a 29 anos, ao passo que na faixa de 18 a 24 anos o peso é bem menor e muito pequeno na faixa de até 17 anos.

TABELA 12
Emprego formal gerado por percentual de crescimento do PIB, para
jovens até 29 anos, por faixa etária, de acordo com grupos ocupacionais

Grupos Ocupacionais	ATE 17	18 A 24	25 A 29	Total	Participação no Total (%)	% acumulado
Escriturários	7.947	24.536	13.311	45.794	17,3	17,3
Trabalhadores dos serviços	2.676	18.422	12.897	33.995	12,8	30,1
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	3.914	19.891	8.121	31.927	12,0	42,1
Trabalhadores de funções transversais	2.502	12.375	6.887	21.764	8,2	50,3
Trabalhadores de atendimento ao público	1.272	13.414	4.819	19.504	7,3	57,6
Trab. nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das arte...	2.112	6.682	3.016	11.810	4,4	62,1
Trabalhadores na exploração agropecuária	1.046	5.742	3.037	9.825	3,7	65,8
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	338	5.269	3.360	8.967	3,4	69,2
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	627	4.557	2.802	7.986	3,0	72,2
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	420	4.015	2.008	6.443	2,4	74,6
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	253	3.162	2.280	5.695	2,1	76,7
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia ...	307	3.253	1.939	5.499	2,1	78,8
Profissionais do ensino	71	1.670	3.399	5.140	1,9	80,8
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	385	2.835	1.618	4.838	1,8	82,6
Gerentes	334	2.021	1.811	4.166	1,6	84,1
Professores leigos e de nível médio	71	1.783	2.279	4.133	1,6	85,7
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da sa...	51	1.950	1.879	3.879	1,5	87,2
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	833	1.726	1.132	3.692	1,4	88,6
Ignorado	11	2.043	1.304	3.357	1,3	89,8
Profissionais das ciências sociais e humanas	91	1.414	1.537	3.042	1,1	91,0
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	259	1.410	791	2.461	0,9	91,9
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	119	1.399	773	2.291	0,9	92,8
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	7	680	1.376	2.062	0,8	93,5
Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias	73	1.167	692	1.932	0,7	94,3
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	15	745	1.081	1.841	0,7	95,0
Outros técnicos de nível médio	55	863	608	1.525	0,6	95,5
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	98	855	493	1.446	0,5	96,1
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energi...	40	768	524	1.332	0,5	96,6
Membros superiores e dirigentes do poder público	11	539	722	1.272	0,5	97,1
Pescadores e extrativistas florestais	71	761	374	1.206	0,5	97,5
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e ...	107	685	383	1.175	0,4	98,0
Polimantenedores	115	513	401	1.029	0,4	98,3
Comunicadores, artistas e religiosos	47	417	328	791	0,3	98,6
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	73	432	214	719	0,3	98,9
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	11	348	316	675	0,3	99,2
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	28	354	241	624	0,2	99,4
Trab. de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel	30	246	138	414	0,2	99,6
Técnicos polivalentes	10	175	109	294	0,1	99,7
Profissionais das ciências jurídicas	1	63	211	275	0,1	99,8
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	7	80	99	185	0,1	99,8
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, da educação, ...	8	69	96	173	0,1	99,9
Produtores na exploração agropecuária	14	55	38	107	0,0	99,9
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	12	59	31	102	0,0	100,0
Pesquisadores e profissionais policientíficos	0	16	30	47	0,0	100,0
Operadores de outras instalações industriais	0	3	2	4	0,0	100,0
Total	26.472	149.463	89.507	265.442	100,0	-

Nota: Estimativa realizada através de dados da MTE-RAIS, 2003 e 2005 e do PIB trimestral, IBGE

Metodologia: ver Produto 1 deste Subprojeto. Obs.: na RAIS não são declarados os estagiários

Portanto, para investigar a atual capacidade de geração de empregos formais para os segmentos de trabalhadores na faixa etária de 15 a 29 anos, que são aqueles para os quais se destinam os programas federais preocupados com a inserção dos jovens no mercado de trabalho nacional, parece proveitoso identificar os grupos ocupacionais que se mostram mais dinâmicos (apresentam uma alta elasticidade emprego-renda). Isto é, parece importante apontar aqueles tipos de

ocupações que respondem mais positivamente ao crescimento da economia brasileira, o que é necessário para verificar se o foco da política de qualificação profissional está corretamente direcionado, pelo menos no que se refere ao potencial de geração de empregos formais.

Além disso, é importante considerar que o modelo possibilita fazer alterações no planejamento da política de emprego (no caso, federal) diante de diferentes cenários de comportamento da economia brasileira. Como ilustração, o exercício realizado permite projetar que um crescimento de 3,5% do PIB pode induzir uma expansão de empregos formais para “escriturários”, na faixa até 17 anos, de algo em torno de 28 mil vagas. Mas, num cenário mais favorável, com crescimento de 5,0% do PIB, o aumento da oferta de vagas nesse grupo ocupacional pode empregar 40 mil jovens até 17 anos, no país.

4. Crescimento do emprego formal dos jovens por família ocupacional

Nesta seção, serão consideradas as famílias ocupacionais mais frequentes entre os empregados jovens registrados na RAIS, para uma visão mais detalhada do tipo de emprego que vem sendo apropriado pelos trabalhadores de 15 a 29 anos. Como houve crescimento expressivo em algumas famílias ocupacionais e retração absoluta em outras, a análise será separada em dois momentos: um com aquelas ocupações cujo saldo foi positivo, entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2006, e outro com aquelas em que o saldo foi negativo.

4.1. Ocupações com saldo positivo no período 2004-2006

Para a análise das principais famílias ocupacionais com saldo positivo se utilizará o critério de selecionar as 20 famílias ocupacionais (de um total de 585) com maior saldo positivo no período e agregar as demais para facilitar a visualização e a interpretação dos dados. É importante esclarecer que aquelas ocupações que tiveram saldo negativo foram excluídas (a análise das ocupações em declínio virá posteriormente) e que, portanto, o saldo total de empregos criados dessas tabelas não deve bater com o indicado anteriormente – é artificialmente maior.

TABELA 13
Saldo do emprego formal para o total de jovens nas famílias ocupacionais em expansão
Brasil – dez 2003 a dez 2006

Famílias Ocupacionais	Até 29 anos			%	% acumulad	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Operadores do comércio em lojas e mercados	1.143.109	1.485.572	342.463	12,2	12,2	6,8
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	1.136.621	1.417.452	280.831	10,0	22,3	5,7
Operadores de telemarketing	90.365	222.407	132.042	4,7	27,0	25,3
Alimentadores de linhas de produção	291.169	419.559	128.390	4,6	31,6	9,6
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	386.912	473.310	86.398	3,1	34,7	5,2
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	262.406	342.283	79.877	2,9	37,6	6,9
Ajudantes de obras civis	203.405	278.012	74.607	2,7	40,2	8,1
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	259.934	324.776	64.842	2,3	42,5	5,7
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	161.587	221.974	60.387	2,2	44,7	8,3
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	111.118	169.686	58.568	2,1	46,8	11,2
Receptionistas	236.201	294.422	58.221	2,1	48,9	5,7
Magarefes e afins	99.410	157.169	57.759	2,1	50,9	12,1
Almoxarifes e armazenistas	126.011	180.869	54.858	2,0	52,9	9,5
Mantenedores de edificações	125.967	167.671	41.704	1,5	54,4	7,4
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	88.904	126.159	37.255	1,3	55,7	9,1
Vigilantes e guardas de segurança	118.634	155.558	36.924	1,3	57,0	7,0
Escriturários de serviços bancários	115.508	151.934	36.426	1,3	58,4	7,1
Técnicos e auxiliares de enfermagem	119.101	153.249	34.148	1,2	59,6	6,5
Cozinheiros	77.987	106.855	28.868	1,0	60,6	8,2
Técnicos de vendas especializadas	98.170	126.955	28.785	1,0	61,6	6,6
<i>Demais Ocupações com saldo positivo</i>	<i>4.301.779</i>	<i>5.374.442</i>	<i>1.072.663</i>	<i>38,4</i>	<i>100,0</i>	<i>5,7</i>
Total Ocupações com saldo positivo	9.554.298	12.350.314	2.796.016	100,0	-	6,6

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Analisando-se a Tabela 13, verifica-se que as 20 principais famílias ocupacionais dão conta de mais de 60,0% do saldo dos jovens com empregos formais em três anos. As mais frequentes são “operadores do comércio em lojas e mercados” junto com “escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos”, que somadas com “operadores de telemarketing” e “alimentadores de linha de produção” responderam por 1/3 dos empregos criados no período.

Ainda que em termos de geração de emprego os “operadores de telemarketing” ocupem o terceiro lugar, o emprego nesta família ocupacional cresceu a uma média impressionante: 25,0% a.a. no período, mais que dobrando seu volume entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006.

Chama a atenção também o desempenho de ocupações como “magarefes” e “trabalhadores de embalagem e etiquetagem”, que embora em termos de volume ainda sejam pouco expressivos, situando-se próximo dos 2,0%, tiveram taxas médias de crescimento significativas, superando os dois dígitos, com 12,1% a.a. e 11,2% a.a., respectivamente.

TABELA 14
Saldo do emprego formal para jovens até 17 anos nas famílias ocupacionais em expansão
Brasil - dez 2003-dez 2006

Famílias Ocupacionais	Até 17 anos			%	% acumulad	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	46.800	102.733	55.933	21,2	21,2	21,7
Operadores do comércio em lojas e mercados	38.465	78.909	40.444	15,4	36,6	19,7
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	12.763	32.020	19.257	7,3	43,9	25,9
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	16.147	33.372	17.225	6,5	50,5	19,9
Contínuos	31.369	44.557	13.188	5,0	55,5	9,2
Alimentadores de linhas de produção	6.304	13.141	6.837	2,6	58,1	20,2
Receptionistas	4.615	11.030	6.415	2,4	60,5	24,3
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	4.746	10.231	5.485	2,1	62,6	21,2
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	6.941	12.288	5.347	2,0	64,6	15,3
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	3.735	8.717	4.982	1,9	66,5	23,6
Almoxarifes e armazenistas	3.208	7.589	4.381	1,7	68,2	24,0
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	5.213	9.358	4.145	1,6	69,8	15,8
Mantenedores de edificações	3.109	5.914	2.805	1,1	70,8	17,4
Trabalhadores agropecuários em geral	5.011	7.580	2.569	1,0	71,8	10,9
Operadores de telemarketing	705	3.046	2.341	0,9	72,7	44,2
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	3.470	5.733	2.263	0,9	73,5	13,4
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	1.479	3.712	2.233	0,8	74,4	25,9
Ajustadores mecânicos polivalentes	2.767	4.898	2.131	0,8	75,2	15,3
Ajudantes de obras civis	1.709	3.687	1.978	0,8	76,0	21,2
Padeiros, confeitheiros e afins	1.991	3.959	1.968	0,7	76,7	18,7
<i>Demais Ocupações com saldo positivo</i>	<i>78.590</i>	<i>139.939</i>	<i>61.349</i>	<i>23,3</i>	<i>100,0</i>	<i>15,5</i>
Total Ocupações com saldo positivo	279.137	542.413	263.276	100,0	-	18,1

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Para os jovens até 17 anos, percebe-se uma expansão significativa das possibilidades de emprego formal (crescimento médio de 18,0% a.a.), bem como algumas ocupações em destaque que não aparecem para o conjunto dos jovens, como é o caso de “contínuos”, com 5,0% de participação no saldo dos ocupados formalmente no período (Tabela 14).

O peso das 20 principais famílias ocupacionais chega a quase 80,0% do saldo positivo no período, sendo que as quatro primeiras (“escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos”; “operadores do comércio em lojas e mercados”; “garçons, barmen e copeiros”; e “trabalhadores de embalagem e de etiquetagem”) respondem por nada menos que metade do incremento no emprego formal de jovens até 17 anos, entre dezembro de 2003 e de 2006.

Ainda que “operadores de telemarketing” não tenham grande peso no saldo total do emprego, com menos de 1,0%, o crescimento de 44,0% a.a. deixa-os em primeiro lugar em termos de velocidade de expansão, seguidos de “trabalhadores da preparação da confecção de roupas” e “garçons, barmen e copeiros” (cerca de 26,0% a.a.) e “receptionistas” e “almoxarifes e armazenistas” (cerca de 24,0% a.a.), nesses três anos.

TABELA 15
Saldo do emprego formal para jovens de 18 a 24
anos nas famílias ocupacionais em expansão
Brasil - dez 2003 – dez 2006

Famílias Ocupacionais	De 18 a 24 anos			%	% acumulad	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Operadores do comércio em lojas e mercados	689.203	899.645	210.442	13,3	13,3	6,9
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	607.505	742.669	135.164	8,6	21,9	5,2
Operadores de telemarketing	58.031	161.490	103.459	6,6	28,5	29,2
Alimentadores de linhas de produção	179.308	266.976	87.668	5,6	34,0	10,5
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	169.033	222.122	53.089	3,4	37,4	7,1
Ajudantes de obras civis	114.356	163.929	49.573	3,1	40,5	9,4
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	185.243	234.261	49.018	3,1	43,6	6,0
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	88.938	128.824	39.886	2,5	46,2	9,7
Magarefes e afins	56.329	95.160	38.831	2,5	48,6	14,0
Receptionistas	143.076	180.067	36.991	2,3	51,0	5,9
Almoxarifes e armazenistas	72.290	107.721	35.431	2,2	53,2	10,5
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	157.235	191.090	33.855	2,1	55,3	5,0
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	65.317	97.700	32.383	2,1	57,4	10,6
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	50.251	76.921	26.670	1,7	59,1	11,2
Mantenedores de edificações	67.425	90.991	23.566	1,5	60,6	7,8
Técnicos de vendas especializadas	49.490	68.952	19.462	1,2	61,8	8,6
Escriturários de serviços bancários	66.186	84.410	18.224	1,2	63,0	6,3
Vigilantes e guardas de segurança	31.535	48.301	16.766	1,1	64,0	11,2
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	29.993	46.749	16.756	1,1	65,1	11,7
Cozinheiros	33.661	49.270	15.609	1,0	66,1	10,0
<i>Demais Ocupações com saldo positivo</i>	<i>1.969.140</i>	<i>2.504.289</i>	<i>535.149</i>	<i>33,9</i>	<i>100,0</i>	<i>6,2</i>
Total Ocupações com saldo positivo	4.883.545	6.461.537	1.577.992	100,0	-	7,3

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Na Tabela 15, estão os jovens com idade entre 18 e 24 anos. Ainda que tenha se ampliado a dispersão e as possibilidades de ocupação (em relação aos mais novos) e que se note certa desconcentração na distribuição, as 20 principais famílias ocupacionais respondem por 66,0% do saldo positivo do emprego entre dezembro de 2003 e de 2006. E as quatro primeiras ocupações mais uma vez ultrapassam 1/3 do saldo positivo no período. São elas: “operadores do comércio em lojas e mercados” (13,3% do saldo); “escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos” (8,6%); “operadores de telemarketing” (6,6%); e “alimentadores de linhas de produção” (5,6%).

Em termos de taxa de crescimento médio anual, destacam-se “operadores de telemarketing” (29,2% a.a.), “magarefes e afins” (14,0% a.a.), “montadores de equipamentos eletroeletrônicos” (11,7% a.a.) e “vigilantes e guardas de segurança” (11,2% a.a.), tendo em vista que a média geral foi de 7,3% a.a. para o mesmo período.

TABELA 16
Saldo do emprego formal para jovens de 25 a 29
anos nas famílias ocupacionais em expansão
Brasil - dez 2003 - dez 2006

Famílias Ocupacionais	De 25 a 29 anos			%	% acumulado	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Operadores do comércio em lojas e mercados	415.441	507.018	91.577	9,5	9,5	5,1
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	482.316	572.050	89.734	9,3	18,8	4,4
Alimentadores de linhas de produção	105.557	139.442	33.885	3,5	22,3	7,2
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	196.456	229.691	33.235	3,4	25,7	4,0
Operadores de telemarketing	31.629	57.871	26.242	2,7	28,4	16,3
Ajudantes de obras civis	87.340	110.396	23.056	2,4	30,8	6,0
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	89.638	111.444	21.806	2,3	33,1	5,6
Vigilantes e guardas de segurança	86.863	107.000	20.137	2,1	35,2	5,4
Técnicos e auxiliares de enfermagem	73.531	93.118	19.587	2,0	37,2	6,1
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	70.361	88.900	18.539	1,9	39,1	6,0
Motoristas de veículos de cargas em geral	63.540	81.496	17.956	1,9	41,0	6,4
Magarefes e afins	41.865	59.804	17.939	1,9	42,8	9,3
Escriturários de serviços bancários	48.336	65.271	16.935	1,8	44,6	7,8
Mantenedores de edificações	55.433	70.766	15.333	1,6	46,2	6,3
Almoxarifes e armazenistas	50.513	65.559	15.046	1,6	47,7	6,7
Receptionistas	88.510	103.325	14.815	1,5	49,2	3,9
Analistas de sistemas computacionais	22.513	34.855	12.342	1,3	50,5	11,5
Cozinheiros	43.463	55.390	11.927	1,2	51,8	6,2
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	89.936	101.666	11.730	1,2	53,0	3,1
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramineas	37.744	48.212	10.468	1,1	54,1	6,3
<i>Demais Ocupações com saldo positivo</i>	<i>2.182.555</i>	<i>2.626.452</i>	<i>443.897</i>	<i>45,9</i>	<i>100,0</i>	<i>4,7</i>
Total Ocupações com saldo positivo	4.363.540	5.329.726	966.186	100,0	-	5,1

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Para os empregados com idade entre 25 e 29 anos, nota-se um claro alargamento das possibilidades, de certo modo associada à maior experiência profissional e ao fato de que cerca de 20,0% do saldo para essa faixa etária foi ocupado por trabalhadores que concluíram o ensino superior, o que pode ajudar a dispersar a distribuição das ocupações.

Por outro lado, dentre as ocupações em destaque, ao que parece somente o grupo dos “analistas de sistema” necessita de maior escolaridade. De fato, estão em franco crescimento, chegando a 11,5% a.a. (contra 5,1% a.a. para o conjunto), perdendo apenas, mais uma vez, para “operadores de telemarketing”, que cresceu a 16,3% a.a. entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006. Por sua vez, a família ocupacional dos “magarefes” aparece como um grupo em ascensão, com a terceira maior taxa de crescimento médio anual (9,2% a.a.), seguida pelos “escriturários de serviços bancários” (7,8% a.a.). Finalmente, em termos de volume de emprego, “operadores do comércio” e “escriturários em geral” são os que tiveram maior participação relativa no saldo positivo no período (somando, juntos, quase 19,0% dos empregos formais preenchidos nesta faixa etária).

4.2. Ocupações com saldo negativo no período 2004-2006

A intenção agora é inversa, pois se pretende verificar quais as ocupações em declínio entre os empregados com menos de 30 anos. Do mesmo modo que nas ocupações em ascensão, foram selecionados os 20 maiores saldos (negativos) e agregados os demais para facilitar a análise. Utilizam-se os mesmos cortes etários a fim de verificar se as ocupações em declínio seguem tendências distintas dependendo da faixa etária dos jovens.

TABELA 17
Saldo do emprego formal para o total de jovens nas famílias ocupacionais em declínio.
Brasil - dez 2003 - dez 2006

Famílias Ocupacionais	Até 29 anos			%	%	Taxa
	2003	2006	Saldo			
Operadores de telefonia	49.496	33.420	(16.076)	9,6	9,6	-9,4
Professores de nível médio no ensino fundamental	143.153	127.907	(15.246)	9,1	18,6	-2,8
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	108.832	96.217	(12.615)	7,5	26,1	-3,0
Produtores da avicultura e cunicultura	12.480	592	(11.888)	7,1	33,2	-53,3
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	53.755	45.460	(8.295)	4,9	38,1	-4,1
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua..	123.997	115.730	(8.267)	4,9	43,1	-1,7
Coloristas	25.758	18.049	(7.709)	4,6	47,6	-8,5
Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	46.376	40.274	(6.102)	3,6	51,3	-3,5
Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados	39.857	36.074	(3.783)	2,2	53,5	-2,5
Vendedores ambulantes	8.298	5.071	(3.227)	1,9	55,4	-11,6
Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira	19.898	16.889	(3.009)	1,8	57,2	-4,0
Catadores de material reciclável	9.055	6.115	(2.940)	1,7	59,0	-9,3
Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a cit..	29.132	26.588	(2.544)	1,5	60,5	-2,3
Operadores de rede de teleprocessamento e afins	5.978	3.564	(2.414)	1,4	61,9	-12,1
Técnicos em operações e serviços bancários	5.230	2.968	(2.262)	1,3	63,3	-13,2
Operadores de máquinas de desdobramento da madeira	19.494	17.743	(1.751)	1,0	64,3	-2,3
Supervisores da indústria têxtil	8.175	6.552	(1.623)	1,0	65,3	-5,4
Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível m..	3.266	1.680	(1.586)	0,9	66,2	-15,3
Técnicos em logística de transportes multimodal	15.521	14.274	(1.247)	0,7	67,0	-2,1
Professores leigos no ensino fundamental	8.027	6.902	(1.125)	0,7	67,6	-3,7
Demais Ocupações com saldo negativo	453.961	399.530	-54.431	32,4	100,0	-3,1
Total Ocupações com saldo negativo	1.189.739	1.021.599	-168.140	100,0	-	-3,7

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

As 20 principais famílias ocupacionais são novamente bastante representativas, pois juntas correspondem a cerca de 70,0% do saldo negativo total entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006 (Tabela 17). “Operadores de telefonia” foi a família ocupacional com maior perda absoluta de empregos, com cerca de 16 mil postos decrescidos no período, seguidos por “professores de nível médio do ensino fundamental” (redução superior a 15 mil em 2006) e “gerentes de operações comerciais e de assistência técnica” (12,6 mil a menos). Os “produtores de avicultura e

cunicultura” quase desapareceram, com diminuição de mais de 50,0% a.a., fato que provavelmente se explica por uma possível mudança na classificação das ocupações – em contrapartida, como destacado anteriormente, houve expressivo aumento dos “magarefes e afins”.

Chama a atenção a diminuição do número de professores do ensino fundamental, distribuídos em quatro famílias ocupacionais distintas, quais sejam: “professores de nível médio no ensino fundamental”; “professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)”; “professores de nível superior no ensino fundamental (quinta a oitava série)” e “professores leigos no ensino fundamental”. Juntos, perfazem cerca de 16,0% do total do saldo negativo no período, com decréscimo de cerca de 27 mil professores em relação ao ano de 2003. É possível que tenha aumentado o número de professores do ensino fundamental com 30 anos ou mais, ou que tenha se alterado a natureza do vínculo trabalhista. De qualquer modo, esta variação merece ser mais bem investigada.

TABELA 18
Saldo do emprego formal para jovens com
até 17 anos nas famílias ocupacionais em declínio
Brasil - dez 2003 - dez 2006

Famílias Ocupacionais	Até 17 anos			%	% acumula	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Mecânicos de manutenção metroferroviária	291	15	(276)	22,9	22,9	-52,4
Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços pessoais, ...	197	86	(111)	9,2	32,1	-18,7
Supervisores na confecção de calçados	75	14	(61)	5,1	37,2	-34,3
Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível m...	85	30	(55)	4,6	41,8	-22,9
Técnicos em siderurgia	64	10	(54)	4,5	46,3	-37,1
Operadores de rede de teleprocessamento e afins	136	82	(54)	4,5	50,7	-11,9
Professores de nível médio no ensino profissionalizante	71	22	(49)	4,1	54,8	-25,4
Coloristas	1.018	971	(47)	3,9	58,7	-1,2
Profissionais da pilotagem aeronáutica	41	-	(41)	3,4	62,1	-100,0
Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos	125	95	(30)	2,5	64,6	-6,6
Desenhistas técnicos da mecânica	53	24	(29)	2,4	67,0	-18,0
Ministros de culto, missionários, teólogos e profissionais assemelh...	28	2	(26)	2,2	69,2	-48,3
Mantenedores de equipamentos de parques de diversões e similares	38	15	(23)	1,9	71,1	-20,7
Supervisores na exploração agropecuária	119	101	(18)	1,5	72,6	-4,0
Extrativistas florestais de espécies produtoras de alimentos silves...	116	102	(14)	1,2	73,8	-3,2
Engenheiros mecânicos	17	5	(12)	1,0	74,8	-26,4
Produtores agrícolas na fruticultura	20	8	(12)	1,0	75,7	-20,5
Confeccionadores de instrumentos musicais	28	17	(11)	0,9	76,7	-11,7
Produtores de espetáculos	12	2	(10)	0,8	77,5	-36,1
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	54	44	(10)	0,8	78,3	-5,0
<i>Demais Ocupações com saldo negativo</i>	<i>1.086</i>	<i>825</i>	<i>(261)</i>	<i>21,7</i>	<i>100,0</i>	<i>-6,6</i>
Total Ocupações com saldo negativo	3.674	2.470	(1.204)	100,0	-	-9,4

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

Na Tabela 18, nota-se que é baixa a representatividade das famílias ocupacionais em declínio no grupo com menos de 18 anos. Os números são pouco expressivos e talvez estejam indicando não a demissão, mas a mudança de faixa etária de parte desses jovens. Deve-se lembrar que a legislação trabalhista proíbe a contratação de jovens com idade inferior a 16 anos (exceto no caso de aprendiz) e que cada vez mais as empresas dão preferência àqueles que concluíram o ensino médio.

TABELA 19
Saldo do emprego formal para jovens entre
18 e 24 anos nas famílias ocupacionais em declínio
Brasil - dez 2003 - dez 2006

Famílias Ocupacionais	De 18 a 24 anos			%	% acumulad	Taxa Cresc Médio Anual (%)
	2003	2006	Saldo			
Operadores de telefonia	30.571	18.995	(11.576)	11,8	11,8	-11,2
Professores de nível médio no ensino fundamental	47.453	37.308	(10.145)	10,3	22,1	-5,8
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	60.974	51.556	(9.418)	9,6	31,7	-4,1
Produtores da avicultura e cunicultura	8.138	325	(7.813)	7,9	39,6	-55,3
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	37.002	29.825	(7.177)	7,3	46,9	-5,2
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	33.234	26.647	(6.587)	6,7	53,6	-5,4
Coloristas	14.856	9.982	(4.874)	5,0	58,6	-9,5
Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	25.946	22.170	(3.776)	3,8	62,4	-3,9
Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados	23.376	21.177	(2.199)	2,2	64,7	-2,4
Operadores de rede de teleprocessamento e afins	4.068	1.889	(2.179)	2,2	66,9	-17,5
Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira	12.058	9.988	(2.070)	2,1	69,0	-4,6
Catadores de material reciclável	5.272	3.447	(1.825)	1,9	70,8	-10,1
Vendedores ambulantes	4.479	2.819	(1.660)	1,7	72,5	-10,9
Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível m...	2.506	929	(1.577)	1,6	74,1	-22,0
Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oit...	8.334	6.966	(1.368)	1,4	75,5	-4,4
Carteiros e operadores de triagem de serviços postais	12.297	11.131	(1.166)	1,2	76,7	-2,5
Operadores de máquinas de desdobramento da madeira	10.173	9.085	(1.088)	1,1	77,8	-2,8
Supervisores da indústria têxtil	4.210	3.250	(960)	1,0	78,8	-6,3
Técnicos em logística de transportes multimodal	8.429	7.495	(934)	1,0	79,7	-2,9
Professores leigos no ensino fundamental	3.428	2.537	(891)	0,9	80,6	-7,2
<i>Demais Ocupações com saldo negativo</i>	<i>234.246</i>	<i>215.222</i>	<i>(19.024)</i>	<i>19,4</i>	<i>100,0</i>	<i>-2,1</i>
Total Ocupações com saldo negativo	591.050	492.743	-98.307	100,0	-	-4,4

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006.

Com quase 100 mil postos reduzidos, a faixa etária entre 18 e 24 anos permite uma análise mais significativa. As famílias ocupacionais que aparecem na Tabela 19 estão muito próximas daquelas que constam na Tabela 17.

Mais uma vez, o declínio dos “operadores de telefonia” pode estar associado ao movimento contrário de ascensão dos “operadores de telemarketing”, sendo em parte ocasionado por uma mudança na nomenclatura. Como indicado, pode ter ocorrido o mesmo com a família ocupacional dos “produtores de avicultura”. Os “professores do ensino fundamental” aparecem com grande peso no saldo negativo no período, repetindo a tendência encontrada para o conjunto dos jovens.

Finalmente, no caso da Tabela 20, referente aos empregados formais com idade entre 25 e 29 anos, pode-se verificar que a maioria das principais famílias ocupacionais se repete, embora as taxas anuais de decréscimo sejam diferentes, assim como o ordenamento feito de acordo com o saldo negativo no período.

TABELA 20
Saldo do emprego formal para jovens entre
25 e 29 anos nas famílias ocupacionais em declínio
Brasil - dez 2003 - dez 2006

Famílias Ocupacionais	De 25 a 29 anos			%	% acumulad	Taxa Cresc
	2003	2006	Saldo			
Professores de nível médio no ensino fundamental	95.634	90.511	(5.123)	6,4	6,4	-1,4
Operadores de telefonia	18.594	13.559	(5.035)	6,3	12,7	-7,6
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	42.980	38.844	(4.136)	5,2	17,9	-2,5
Produtores da avicultura e cunicultura	4.313	225	(4.088)	5,1	23,0	-52,2
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	17.128	13.574	(3.554)	4,4	27,4	-5,6
Coloristas	9.884	7.096	(2.788)	3,5	30,9	-8,0
Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	19.434	16.672	(2.762)	3,4	34,3	-3,8
Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados	15.998	13.918	(2.080)	2,6	36,9	-3,4
Vendedores ambulantes	3.697	1.957	(1.740)	2,2	39,1	-14,7
Técnicos em operações e serviços bancários	3.704	1.969	(1.735)	2,2	41,3	-14,6
Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oit...	20.768	19.583	(1.185)	1,5	42,7	-1,5
Catadores de material reciclável	3.584	2.422	(1.162)	1,5	44,2	-9,3
Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira	7.213	6.058	(1.155)	1,4	45,6	-4,3
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	86.894	85.769	(1.125)	1,4	47,0	-0,3
Supervisores da indústria têxtil	3.645	2.889	(756)	0,9	48,0	-5,6
Operadores de máquinas de desdobramento da madeira	8.836	8.099	(737)	0,9	48,9	-2,2
Diretores gerais	2.502	1.833	(669)	0,8	49,7	-7,5
Trabalhadores em análises sensoriais	989	416	(573)	0,7	50,5	-19,5
Agentes de investigação e identificação	3.089	2.556	(533)	0,7	51,1	-4,6
Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha	4.212	3.734	(478)	0,6	51,7	-3,0
<i>Demais Ocupações com saldo negativo</i>	<i>249.993</i>	<i>211.340</i>	<i>-38.653</i>	<i>48,3</i>	<i>100,0</i>	<i>-4,1</i>
Total Ocupações com saldo negativo	623.091	543.024	-80.067	100,0	-	-3,4

Fonte: MTE - RAIS, 2003 e 2005; CAGED, Jan a Dez 2006

5. Principais famílias ocupacionais para obtenção do primeiro emprego formal

Para uma análise das famílias ocupacionais, nas quais os jovens encontram sua primeira oportunidade de trabalho formal em sua trajetória profissional, é utilizada a informação adicionada na RAIS que indica quando o funcionário tem seu primeiro vínculo empregatício formalizado naquele ano (e naquela ocupação).

Os dados estão abertos para as 30 principais ocupações (permanecem agregados para as demais). Foi elaborada uma tabela para cada uma das faixas etárias aqui examinadas. No caso em questão optou-se por restringir a análise ao ano de 2005, último para o qual é possível recolher essa informação.

TABELA 21
Empregados com menos de 30 anos que obtiveram o primeiro vínculo empregatício
de acordo com as principais famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Primeiro Emprego	Participação Relativa (%)	% Acumulado
Operadores do comércio em lojas e mercados	227.077	13,5	13,5
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	199.651	11,9	25,4
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	68.587	4,1	29,5
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	65.749	3,9	33,4
Alimentadores de linhas de produção	46.248	2,8	36,1
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	43.180	2,6	38,7
Recepcionistas	38.842	2,3	41,0
Ajudantes de obras civis	38.619	2,3	43,3
Contínuos	37.623	2,2	45,5
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	34.945	2,1	47,6
Operadores de telemarketing	30.594	1,8	49,4
Mantenedores de edificações	25.448	1,5	51,0
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	24.574	1,5	52,4
Escriturários de serviços bancários	23.191	1,4	53,8
Magarefes e afins	20.506	1,2	55,0
Trabalhadores agropecuários em geral	19.763	1,2	56,2
Almoxarifes e armazenistas	18.031	1,1	57,3
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	16.420	1,0	58,2
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	16.339	1,0	59,2
Dirigentes do serviço público	15.962	0,9	60,2
Professores de nível médio no ensino fundamental	13.958	0,8	61,0
Cozinheiros	13.837	0,8	61,8
Porteiros e vigias	13.548	0,8	62,6
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	12.791	0,8	63,4
Técnicos de vendas especializadas	12.522	0,7	64,1
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	12.372	0,7	64,9
Agentes comunitários de saúde e afins	12.298	0,7	65,6
Técnicos e auxiliares de enfermagem	11.323	0,7	66,3
Trabalhadores de apoio à agricultura	10.443	0,6	66,9
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	9.936	0,6	67,5
<i>Demais famílias ocupacionais</i>	546.404	32,5	100,0
Total	1.680.781	100,0	-

Fonte: MTE-RAIS, 2005

Na Tabela 21, que se refere a todos com menos de 30 anos, é possível observar que as duas famílias ocupacionais, nas quais é mais freqüente o registro como primeiro emprego formal, são: “operadores do comércio em lojas e mercados” e “escriturários em geral e auxiliares administrativos” (somadas, ambas representam um quarto do total). Também merecem destaque: “trabalhadores em serviços de manutenção de prédios”, “garçons e barmen”, “alimentadores de linhas de produção”, “caixas e bilheteiros”, “recepcionistas”, “ajudantes de obras”, “contínuos”, “trabalhadores de embalagem”, “operadores de telemarketing” e “mantenedores de edificações” (em conjunto, representam mais um quarto do total).

Estas 12 famílias ocupacionais correspondiam a 51,0% dos quase 1,7 milhões de empregados que obtiveram o primeiro emprego formal em 2005.

TABELA 22
Empregados com até 17 anos que obtiveram o primeiro vínculo empregatício
de acordo com as principais famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Primeiro Emprego	Participação Relativa (%)	% Acumulado
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	43.748	21,5	21,5
Operadores do comércio em lojas e mercados	29.291	14,4	36,0
Contínuos	19.838	9,8	45,7
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	12.408	6,1	51,8
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	12.056	5,9	57,8
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	5.706	2,8	60,6
Alimentadores de linhas de produção	3.967	2,0	62,5
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	3.490	1,7	64,2
Recepcionistas	3.410	1,7	65,9
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	3.004	1,5	67,4
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	2.853	1,4	68,8
Trabalhadores agropecuários em geral	2.745	1,4	70,2
Almoxarifes e armazenistas	2.368	1,2	71,3
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	2.205	1,1	72,4
Ajustadores mecânicos polivalentes	2.061	1,0	73,4
Mantenedores de edificações	1.969	1,0	74,4
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	1.580	0,8	75,2
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	1.500	0,7	75,9
Padeiros, confeitários e afins	1.434	0,7	76,6
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	1.316	0,6	77,3
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	1.304	0,6	77,9
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1.245	0,6	78,5
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	1.106	0,5	79,1
Técnicos de vendas especializadas	1.097	0,5	79,6
Trabalhadores de apoio à agricultura	1.047	0,5	80,1
Outros trabalhadores dos serviços	1.038	0,5	80,6
Escriturários de serviços bancários	982	0,5	81,1
Ajudantes de obras civis	944	0,5	81,6
Trabalhadores na avicultura e cunicultura	855	0,4	82,0
Cobreadores e afins	717	0,4	82,3
<i>Demais famílias ocupacionais</i>	35.873	17,7	100,0
Total	203.157	100,0	-

Fonte: MTE-RAIS, 2005

O primeiro emprego formal dos jovens com menos de 18 anos está mais concentrado em algumas famílias ocupacionais (Tabela 22). As cinco famílias ocupacionais mais frequentes representam 58,0% do total, ao passo que as 12 mais frequentes reúnem 70,0% do total, em 2005. Chama a atenção a presença de “contínuos” nesta faixa etária.

TABELA 23
Empregados com idade entre 18 e 24 anos que obtiveram o primeiro vínculo empregatício de acordo com as principais famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Primeiro Emprego	Participação Relativa (%)	% Acumulado
Operadores do comércio em lojas e mercados	166.942	15,1	15,1
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	115.330	10,4	25,5
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	45.889	4,1	29,6
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	44.455	4,0	33,6
Alimentadores de linhas de produção	35.483	3,2	36,8
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	35.146	3,2	40,0
Receptionistas	30.022	2,7	42,7
Ajudantes de obras civis	28.778	2,6	45,3
Operadores de telemarketing	26.801	2,4	47,7
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	20.383	1,8	49,5
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	18.714	1,7	51,2
Mantenedores de edificações	17.097	1,5	52,8
Escriturários de serviços bancários	16.454	1,5	54,2
Contínuos	15.443	1,4	55,6
Magarefes e afins	15.258	1,4	57,0
Almoxarifes e armazenistas	13.565	1,2	58,2
Trabalhadores agropecuários em geral	12.170	1,1	59,3
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	12.165	1,1	60,4
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	10.192	0,9	61,3
Técnicos de vendas especializadas	9.305	0,8	62,2
Cozinheiros	8.643	0,8	63,0
Porteiros e vigias	8.575	0,8	63,7
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	8.518	0,8	64,5
Agentes comunitários de saúde e afins	7.875	0,7	65,2
Dirigentes do serviço público	7.471	0,7	65,9
Professores de nível médio no ensino fundamental	7.371	0,7	66,6
Trabalhadores de apoio à agricultura	6.922	0,6	67,2
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	6.898	0,6	67,8
Técnicos e auxiliares de enfermagem	6.707	0,6	68,4
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	6.217	0,6	69,0
<i>Demais famílias ocupacionais</i>	<i>344.136</i>	<i>31,0</i>	<i>100,0</i>
Total	1.108.925	100,0	-

Fonte: MTE-RAIS, 2005.

Na faixa de 18 a 24 anos, por sua vez, a distribuição por família ocupacional é muito similar à do conjunto dos jovens, conforme mostra a Tabela 23. O que ganha destaque nesta faixa é o número total de empregados que obtiveram o primeiro emprego formal em 2005 (mais de 1,1 milhão), sendo 282 mil apenas naquelas duas famílias ocupacionais já mencionadas: “operadores do comércio em lojas e mercados” e “escriturários em geral e auxiliares administrativos” (somadas, representam 25,5% do total).

TABELA 24
Empregados com idade entre 25 e 29 anos que obtiveram o
primeiro vínculo empregatício de acordo com as principais famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Primeiro Emprego	Participação Relativa (%)	% Acumulado
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	40.573	11,0	11,0
Operadores do comércio em lojas e mercados	30.844	8,4	19,4
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	21.128	5,7	25,1
Ajudantes de obras civis	8.897	2,4	27,5
Dirigentes do serviço público	8.441	2,3	29,8
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	7.452	2,0	31,8
Alimentadores de linhas de produção	6.798	1,8	33,7
Professores de nível médio no ensino fundamental	6.557	1,8	35,4
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	6.538	1,8	37,2
Mantenedores de edificações	6.382	1,7	39,0
Professores do ensino médio	5.993	1,6	40,6
Escriturários de serviços bancários	5.755	1,6	42,1
Receptionistas	5.410	1,5	43,6
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	5.181	1,4	45,0
Trabalhadores agropecuários em geral	4.848	1,3	46,3
Porteiros e vigias	4.831	1,3	47,6
Magarefes e afins	4.573	1,2	48,9
Técnicos e auxiliares de enfermagem	4.558	1,2	50,1
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	4.556	1,2	51,3
Cozinheiros	4.507	1,2	52,6
Agentes comunitários de saúde e afins	4.368	1,2	53,8
Vigilantes e guardas de segurança	4.212	1,1	54,9
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	3.906	1,1	56,0
Médicos	3.883	1,1	57,0
Operadores de telemarketing	3.092	0,8	57,8
Motoristas de veículos de cargas em geral	2.995	0,8	58,7
Supervisores administrativos	2.907	0,8	59,4
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	2.738	0,7	60,2
Agentes da saúde e do meio ambiente	2.638	0,7	60,9
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	2.510	0,7	61,6
<i>Demais famílias ocupacionais</i>	<i>141.628</i>	<i>38,4</i>	<i>100,0</i>
Total	368.699	100,0	-

Fonte: MTE-RAIS, 2005.

Enfim, também é necessário destacar que houve registro significativo de primeiro emprego formal na faixa de 25 a 29 anos: cerca de 369 mil, em 2005. Percebe-se que há maior dispersão na distribuição da Tabela 24. Aliás, pode-se notar o aparecimento de famílias ocupacionais pouco frequentes entre os mais jovens, como “motoristas de veículos” e “médicos”.

6. Taxas de rotatividade nas 50 principais famílias ocupacionais em 2005

A elevada rotatividade nos postos de trabalho é um traço estrutural no mercado de trabalho brasileiro (BALTAR e PRONI, 1996). Embora a RAIS não permita construir um indicador exato do fenômeno, é possível estimar a dimensão do problema considerando a relação entre o fluxo e o estoque de empregados ao longo do ano. E, assim, constatar quais as famílias ocupacionais mais destacadas neste aspecto.

Para calcular uma *próxi* da taxa de rotatividade em 2005, inicialmente foram habilitados no SGT (programa exclusivo para a base de dados da RAIS) tanto os vínculos ativos em 31 de dezembro quanto os não ativos em 31 de dezembro. Então, verificou-se, mês a mês, qual foi o fluxo de admitidos e desligados, agregando-os em duas categorias anualizadas (total de admitidos no ano e total de desligados no ano). Em seguida, pelo saldo entre admitidos e desligados, calculou-se (subtraindo-o do estoque em 31 de dezembro) qual era o estoque inicial no ano. Finalmente, a estimativa da taxa de rotatividade deu-se pela relação entre o menor fluxo (entre admitidos e desligados) e o estoque no início do ano. Assim, a rotatividade expressa não a necessidade de expansão ou redução do quadro de pessoal, mas a necessidade de substituição de empregados já existentes. Em alguns casos, quando o fluxo é maior que o estoque, esta relação é maior que um (a taxa é maior que 100,0%).

Na Tabela 25, estão todos os empregados registrados na RAIS para o ano de 2005, sem distinção de idade. A taxa média geral de rotatividade no trabalho é de 47,0%, isto é, a substituição de pessoal é muito freqüente, atingindo quase o correspondente à metade dos empregados com registro durante o ano. Para um estoque inicial de quase 30,7 milhões de empregados, houve mais de 14,4 milhões de desligamentos e cerca de 17 milhões de admissões, ao longo de 2005 (mas é oportuno esclarecer que um trabalhador pode ter mais de uma admissão e desligamento).

Nota-se que as famílias ocupacionais estão ordenadas pelo estoque de empregados em 31 de dezembro. As três primeiras (as mais representativas no total de empregados registrados em 31 de dezembro de 2005) eram responsáveis por 21,6% do emprego formal. Mas, a rotatividade era bem menor que a média entre os “escriturários em geral e auxiliares administrativos” e bem maior que média entre os “operadores do comércio em lojas e mercados”.

Chamam atenção as taxas estimadas para os “trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas” e “trabalhadores de apoio à agricultura”, uma vez que a sazonalidade da produção gera uma rotatividade muito elevada, assim como para os “ajudantes de obras civis” e “trabalhadores de estruturas de alvenaria”, em razão da contratação temporária de pessoal na construção civil, e ainda para os “operadores de telemarketing”. Por outro lado, é muito mais baixa a rotatividade entre as famílias ocupacionais de professores (nos três níveis de ensino: superior, médio e fundamental), assim como entre os “técnicos e auxiliares de enfermagem” e entre os “médicos”.

TABELA 25
Rotatividade no trabalho do total dos empregados para 50 famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Estoque no início do ano	Estoque em 31/12	Saldo	Taxa de Rotatividade
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	3.031.687	3.356.659	324.972	31,6
Operadores do comércio em lojas e mercados	2.034.535	2.245.940	211.405	69,1
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	1.437.291	1.583.023	145.732	41,8
Porteiros e vigias	650.802	696.224	45.422	37,2
Professores de nível médio no ensino fundamental	606.568	669.719	63.151	18,2
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	596.539	637.440	40.901	16,1
Alimentadores de linhas de produção	532.600	590.719	58.119	78,3
Técnicos e auxiliares de enfermagem	511.319	546.650	35.331	17,0
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	489.480	544.490	55.010	66,5
Motoristas de veículos de cargas em geral	495.716	528.589	32.873	52,2
Ajudantes de obras civis	432.771	515.534	82.763	138,1
Vigilantes e guardas de segurança	456.291	504.029	47.738	29,1
Mantenedores de edificações	434.287	491.458	57.171	43,8
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	431.813	470.262	38.449	57,6
Receptionistas	403.588	450.429	46.841	51,6
Dirigentes do serviço público	350.376	442.379	92.003	22,0
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	341.651	403.079	61.428	53,8
Cozinheiros	364.002	396.361	32.359	48,9
Supervisores administrativos	361.041	379.610	18.569	21,4
Trabalhadores agropecuários em geral	366.809	378.845	12.036	83,5
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	321.243	347.172	25.929	36,7
Professores do ensino médio	320.344	346.745	26.401	13,2
Escriturários de serviços bancários	277.760	301.587	23.827	33,5
Almoxarifes e armazenistas	275.040	298.583	23.543	51,0
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	268.444	281.507	13.063	51,9
Magarefes e afins	249.460	280.808	31.348	58,4
Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários	255.691	262.277	6.586	26,6
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	227.157	256.304	29.147	116,6
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	232.308	244.168	11.860	192,1
Operadores de telemarketing	186.442	241.801	55.359	102,0
Médicos	209.834	226.021	16.187	18,9
Técnicos de vendas especializadas	198.466	218.759	20.293	70,6
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	194.173	208.507	14.334	30,4
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	172.218	201.865	29.647	75,4
Contínuos	180.339	200.222	19.883	56,1
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	196.538	200.023	3.485	52,1
Preparadores e operadores de máquinas	196.727	197.217	490	33,1
Fiscais e cobradores dos transportes coletivos	188.280	195.605	7.325	26,7
Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	181.021	192.316	11.295	31,7
Agentes comunitários de saúde e afins	158.571	188.167	29.596	24,6
Trabalhadores de apoio à agricultura	172.493	178.486	5.993	139,7
Gerentes de comercialização, marketing e comunicação	154.760	159.356	4.596	37,9
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	144.318	154.688	10.370	39,7
Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oit...	155.630	154.500	-1.130	28,0
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	148.764	151.003	2.239	52,4
Operadores de máquinas a vapor e utilidades	151.287	149.548	-1.739	32,4
Trab. operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	128.172	149.314	21.142	52,7
Professores de ciências biológicas e da saúde do ensino superior	151.744	147.529	-4.215	8,2
Padeiros, confeitadores e afins	135.513	144.806	9.293	50,3
Professores de nível médio na educação infantil	130.195	142.155	11.960	25,7
<i>Rotatividade média das demais famílias ocupacionais</i>	<i>10.373.210</i>	<i>10.986.139</i>	<i>612.929</i>	<i>44,1</i>
Rotatividade média	30.665.308	33.238.617	2.573.309	47,0

Fonte: MTE-RAIS, 2005

Na Tabela 26, aparecem os números relativos aos empregados com até 29 anos, para os quais a taxa média de rotatividade é mais elevada (comparando com o conjunto): cerca de 74,0% em 2005. Percebe-se que a idade dos trabalhadores exerce forte influência. De fato, a menor experiência profissional está associada com maior rotatividade em todas as famílias ocupacionais.

TABELA 26
Rotatividade no trabalho dos empregados
com menos de 30 anos segundo famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Estoque no início do ano	Estoque em 31/12	Saldo	Taxa de Rotatividade
Operadores do comércio em lojas e mercados	1.172.262	1.362.549	190.287	85,5
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	1.083.043	1.302.941	219.898	54,8
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	326.682	406.913	80.231	77,8
Alimentadores de linhas de produção	291.780	347.476	55.696	98,2
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	278.052	317.056	39.004	69,1
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	243.750	290.877	47.127	91,5
Recepcionistas	219.851	262.831	42.980	68,2
Ajudantes de obras civis	174.587	229.447	54.860	185,2
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	146.324	192.724	46.400	76,2
Operadores de telemarketing	133.788	184.584	50.796	113,0
Porteiros e vigias	133.717	161.204	27.487	63,8
Almoxarifes e armazenistas	137.532	160.417	22.885	65,7
Magarefes e afins	123.085	146.717	23.632	72,8
Mantenedores de edificações	114.157	146.117	31.960	87,4
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	107.549	136.639	29.090	93,7
Técnicos e auxiliares de enfermagem	110.967	136.488	25.521	30,7
Escriturários de serviços bancários	109.263	132.691	23.428	57,7
Vigilantes e guardas de segurança	100.473	132.569	32.096	44,7
Contínuos	110.382	127.282	16.900	72,6
Professores de nível médio no ensino fundamental	94.001	126.495	32.494	40,2
Trabalhadores agropecuários em geral	113.547	125.480	11.933	124,7
Técnicos de vendas especializadas	94.404	113.594	19.190	95,6
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	89.059	112.408	23.349	41,0
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	99.072	110.557	11.485	66,7
Motoristas de veículos de cargas em geral	85.773	103.181	17.408	71,0
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	89.886	101.056	11.170	254,7
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	88.740	94.273	5.533	66,2
Cozinheiros	77.006	93.910	16.904	80,0
Preparadores e operadores de máquinas	76.525	80.689	4.164	44,1
Fiscais e cobradores dos transportes coletivos	63.929	73.307	9.378	40,1
Supervisores administrativos	58.704	68.888	10.184	40,0
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	57.198	67.989	10.791	75,7
Padeiros, confeitários e afins	60.281	67.583	7.302	61,7
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	54.768	66.974	12.206	61,3
Dirigentes do serviço público	38.577	65.839	27.262	63,7
Trabalhadores de apoio à agricultura	57.603	63.682	6.079	199,9
Agentes comunitários de saúde e afins	45.746	63.031	17.285	41,7
Auxiliares de contabilidade	54.783	62.249	7.466	49,8
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	53.015	61.909	8.894	51,3
Operadores de máquinas a vapor e utilidades	57.436	59.192	1.756	46,4
Apontadores e conferentes	52.550	57.428	4.878	64,3
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	54.703	56.720	2.017	70,5
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	44.980	51.161	6.181	68,2
Técnicos de controle da produção	47.219	51.150	3.931	51,3
Professores do ensino médio	35.812	50.039	14.227	35,1
Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas	39.083	48.627	9.544	94,0
Técnicos em eletrônica	40.658	48.582	7.924	77,1
Outros trabalhadores dos serviços	40.315	48.313	7.998	77,4
Analistas de sistemas computacionais	37.500	47.779	10.279	42,9
Trab. operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	36.196	47.040	10.844	92,2
<i>Rotatividade Média dos demais setores</i>	<i>3.168.210</i>	<i>3.666.014</i>	<i>497.804</i>	<i>65,1</i>
Rotatividade Média	10.224.523	12.132.661	1.908.138	73,8

Fonte: MTE-RAIS, 2005

Mais uma vez, destacam-se as taxas calculadas para as famílias de trabalhadores agrícolas, assim como para “ajudantes de obras” e para “operadores de telemarketing”. Em oposição, é relativamente mais baixa a rotatividade entre “técnicos e auxiliares de enfermagem”, professores de ensino médio e fundamental, assim como entre “fiscais e cobradores de ônibus”, “supervisores administrativos” e “analistas de sistemas computacionais”.

TABELA 27
Rotatividade no trabalho dos empregados com até 17 anos segundo famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Estoque no início do ano	Estoque em 31/12	Saldo	Taxa de Rotatividade
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	27.975	68.089	40.114	86,1
Operadores do comércio em lojas e mercados	15.065	46.668	31.603	148,9
Contínuos	13.774	31.831	18.057	72,2
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	7.327	19.493	12.166	154,9
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	4.893	17.336	12.443	206,3
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	4.485	9.058	4.573	97,3
Alimentadores de linhas de produção	2.605	7.314	4.709	175,6
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	2.099	6.078	3.979	150,5
Recepcionistas	1.428	5.536	4.108	150,3
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	1.670	5.198	3.528	170,5
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	1.470	4.942	3.472	138,8
Trabalhadores agropecuários em geral	1.587	4.933	3.346	254,9
Almoxarifes e armazenistas	1.468	4.282	2.814	128,7
Ajustadores mecânicos polivalentes	1.901	3.774	1.873	68,5
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	1.555	3.721	2.166	119,5
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	1.559	3.534	1.975	181,7
Mantenedores de edificações	1.053	3.409	2.356	166,6
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	1.376	3.275	1.899	198,7
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	671	2.498	1.827	144,3
Padeiros, confeitadores e afins	786	2.388	1.602	132,8
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	627	2.102	1.475	190,0
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	652	1.954	1.302	113,2
Trabalhadores de apoio à agricultura	785	1.922	1.137	489,4
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	532	1.809	1.277	205,8
Ajudantes de obras civis	467	1.751	1.284	337,5
Técnicos de vendas especializadas	604	1.736	1.132	191,9
Outros trabalhadores dos serviços	650	1.667	1.017	136,3
Escriturários de serviços bancários	725	1.631	906	70,9
Trabalhadores de acabamento de calçados	627	1.356	729	181,0
Trabalhadores na avicultura e cunicultura	477	1.353	876	143,0
Preparadores e operadores de máquinas ...	643	1.302	659	61,4
Magarefes e afins	481	1.278	797	114,6
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	496	1.232	736	80,8
Eletricistas de manutenção eletroeletrônica	803	1.190	387	80,0
Cozinheiros	298	1.185	887	203,0
Marceneiros e afins	457	1.176	719	123,6
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	361	1.167	806	163,7
Trab. artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e p...	520	1.159	639	184,0
Auxiliares de contabilidade	357	1.129	772	106,4
Operadores de telemarketing	167	1.094	927	409,0
Cobradores e afins	364	1.068	704	119,2
Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte	393	1.062	669	175,3
Trabalhadores agrícolas na fruticultura	486	1.061	575	437,4
Trab. operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	322	962	640	143,2
Secretárias executivas e bilingües	264	891	627	127,7
Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	212	861	649	148,6
Apontadores e conferentes	281	807	526	176,2
Técnicos em eletrônica	218	755	537	120,2
Trabalhadores de instalações elétricas	397	742	345	110,1
Trabalhadores da impressão gráfica	256	736	480	136,3
<i>Rotatividade Média dos demais setores</i>	<i>14.341</i>	<i>42.441</i>	<i>28.100</i>	<i>172,3</i>
Rotatividade Média	123.010	333.936	210.926	133,8

Fonte: MTE-RAIS, 2005

Nas Tabelas 27, 28 e 29 são apresentados os dados relativos aos empregados com até 17 anos, entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos, respectivamente. É claramente perceptível que a taxa média de rotatividade é extremamente elevada entre os mais jovens, declinando conforme se avança para as faixas etárias seguintes (134,0%, 89,0% e 58,5,0% em 2005).

Vale a pena destacar na Tabela 27 (dos mais jovens) as taxas obtidas para “trabalhadores de apoio à agricultura”, “trabalhadores agrícolas da fruticultura”, “operadores de telemarketing”, “ajudantes de obras”, “garçons e barmen”, “operadores de máquinas de acabamento de roupa” e “trabalhadores de preparação da confecção de calçados”. Por sua vez, a rotatividade no trabalho é relativamente menor, ainda que muito elevada, entre “preparadores de máquinas”, “ajustadores mecânicos polivalentes”, “escriturários de serviços bancários” e “contínuos”.

Olhando agora para os empregados na faixa etária de 18 a 24 anos (Tabela 28) – e excluindo os trabalhadores agrícolas –, as maiores taxas de rotatividade ficam por conta dos “ajudantes de obras”, “operadores de telemarketing”, “técnicos de vendas especializadas”, “alimentadores de linhas de produção”, “motociclistas de entrega rápida” e “trabalhadores de conservação de vias”. Em contrapartida, as taxas de rotatividade relativamente mais baixas estavam, em 2005, entre “técnicos e auxiliares de enfermagem”, “fiscais e cobradores de ônibus”, “preparadores de máquinas” e “supervisores administrativos”.

Finalmente, para os empregados na faixa etária de 25 a 29 anos (Tabela 29), a rotatividade declina claramente. Excluindo-se as famílias de trabalhadores agrícolas, os “ajudantes de obras” e os “trabalhadores de estruturas de alvenaria”, as demais taxas são inferiores a 100,0%. Destaque mais uma vez para as elevadas taxas referentes a “operadores de telemarketing”, “alimentadores de linhas de produção” e “técnicos de vendas especializadas”, assim como para “operadores do comércio”, “mantenedores de edificações”, “garçons e barmen”, “cozinheiros” e “motoristas de veículos de carga”. Quanto às taxas de rotatividade mais baixas, o destaque fica com “técnicos e auxiliares de enfermagem”, “professores” (várias famílias), “agentes comunitários de saúde”, “fiscais e cobradores de ônibus”, “supervisores administrativos” e “preparadores de máquinas”.

TABELA 28
Rotatividade no trabalho dos empregados entre 18 e 24 anos segundo famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Estoque no início do ano	Estoque em 31/12	Saldo	Taxa de Rotatividade
Operadores do comércio em lojas e mercados	665.556	810.266	144.710	96,3
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	536.000	667.629	131.629	63,9
Alimentadores de linhas de produção	168.135	212.649	44.514	110,9
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	164.320	199.343	35.023	78,1
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	139.824	189.806	49.982	98,5
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	142.629	172.814	30.185	102,6
Receptionistas	120.502	155.422	34.920	78,7
Ajudantes de obras civis	88.514	128.254	39.740	213,3
Operadores de telemarketing	82.219	126.900	44.681	125,7
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	73.245	106.801	33.556	88,5
Almoxarifes e armazenistas	73.298	91.705	18.407	74,8
Magarefes e afins	66.767	85.581	18.814	81,7
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	65.558	80.602	15.044	102,0
Mantenedores de edificações	56.359	76.404	20.045	105,1
Escriturários de serviços bancários	51.650	69.326	17.676	76,4
Contínuos	69.041	67.076	(1.965)	76,9
Trabalhadores agropecuários em geral	56.144	62.853	6.709	144,4
Porteiros e vigias	42.974	60.124	17.150	88,1
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	53.676	60.044	6.368	71,4
Técnicos de vendas especializadas	44.163	58.691	14.528	120,9
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	46.972	56.858	9.886	286,1
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	45.092	49.494	4.402	75,0
Técnicos e auxiliares de enfermagem	33.480	48.644	15.164	39,3
Preparadores e operadores de máquinas	38.868	42.781	3.913	50,0
Cozinheiros	30.425	40.668	10.243	97,2
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	30.307	39.156	8.849	84,9
Professores de nível médio no ensino fundamental	21.746	36.362	14.616	66,1
Vigilantes e guardas de segurança	19.809	35.523	15.714	64,1
Fiscais e cobradores dos transportes coletivos	27.398	35.287	7.889	49,5
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	33.162	34.752	1.590	73,6
Padeiros, confeitores e afins	30.138	34.672	4.534	68,4
Trabalhadores de apoio à agricultura	29.391	33.621	4.230	227,3
Auxiliares de contabilidade	25.617	31.200	5.583	55,7
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	24.720	30.632	5.912	57,7
Agentes comunitários de saúde e afins	18.636	29.630	10.994	55,1
Operadores de máquinas a vapor e utilidades	26.953	29.513	2.560	55,2
Apontadores e conferentes	24.340	28.944	4.604	77,9
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	16.892	27.594	10.702	81,7
Motoristas de veículos de cargas em geral	19.284	27.383	8.099	82,5
Outros trabalhadores dos serviços	20.652	26.461	5.809	90,5
Técnicos em eletrônica	20.058	26.254	6.196	94,1
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	26.057	25.681	(376)	89,8
Técnicos de controle da produção	21.153	24.750	3.597	62,5
Trab. operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	17.621	24.619	6.998	111,3
Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas	17.369	23.998	6.629	112,3
Supervisores administrativos	17.728	23.620	5.892	50,5
Dirigentes do serviço público	10.174	22.469	12.295	97,1
Secretárias executivas e bilingües	16.696	22.092	5.396	65,9
Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados	18.291	21.537	3.246	74,0
Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	17.310	20.896	3.586	62,6
<i>Rotatividade Média dos demais setores</i>	<i>1.320.681</i>	<i>1.641.330</i>	<i>320.649</i>	<i>78,5</i>
Rotatividade Média	4.827.594	6.078.711	1.251.117	88,9

Fonte: MTE-RAIS, 2005

TABELA 29
Rotatividade no trabalho dos empregados entre 25 e 29 anos segundo famílias ocupacionais
Brasil - 2005

Famílias Ocupacionais	Estoque no início do ano	Estoque em 31/12	Saldo	Taxa de Rotatividade
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr...	519.068	567.223	48.155	43,8
Operadores do comércio em lojas e mercados	491.641	505.615	13.974	68,8
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	185.188	211.909	26.721	61,3
Alimentadores de linhas de produção	121.040	127.513	6.473	78,8
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	112.262	112.771	509	55,0
Receptionistas	97.921	101.873	3.952	54,1
Porteiros e vigias	90.644	100.787	10.143	52,0
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	96.228	100.727	4.499	69,1
Ajudantes de obras civis	85.606	99.442	13.836	155,3
Vigilantes e guardas de segurança	80.598	96.854	16.256	39,8
Professores de nível médio no ensino fundamental	72.230	90.063	17.833	32,4
Técnicos e auxiliares de enfermagem	77.450	87.724	10.274	26,9
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a qua...	72.140	84.731	12.591	31,4
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	72.408	83.425	11.017	63,1
Motoristas de veículos de cargas em geral	66.435	75.682	9.247	67,7
Mantenedores de edificações	56.745	66.304	9.559	68,3
Almoxarifes e armazenistas	62.766	64.430	1.664	53,5
Escriturários de serviços bancários	56.888	61.734	4.846	40,6
Magarefes e afins	55.837	59.858	4.021	61,7
Trabalhadores agropecuários em geral	55.816	57.694	1.878	101,2
Operadores de telemarketing	51.402	56.590	5.188	91,8
Técnicos de vendas especializadas	49.637	53.167	3.530	71,9
Cozinheiros	46.283	52.057	5.774	67,8
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	40.229	46.397	6.168	56,3
Supervisores administrativos	40.858	44.938	4.080	35,2
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	43.297	44.435	1.138	56,8
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	42.715	43.679	964	220,1
Dirigentes do serviço público	28.377	43.256	14.879	51,7
Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	41.058	41.058	-	53,6
Professores do ensino médio	29.276	37.973	8.697	30,0
Fiscais e cobradores dos transportes coletivos	36.389	37.576	1.187	32,6
Preparadores e operadores de máquinas	36.606	36.606	-	36,8
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	34.664	36.544	1.880	65,1
Agentes comunitários de saúde e afins	27.086	33.305	6.219	32,2
Analistas de sistemas computacionais	27.351	31.482	4.131	37,9
Padeiros, confeitadores e afins	29.357	30.523	1.166	52,8
Auxiliares de contabilidade	28.809	29.920	1.111	44,0
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	27.643	29.323	1.680	44,1
Operadores de máquinas a vapor e utilidades	29.192	29.192	-	35,7
Contínuos	27.567	28.375	808	55,2
Trabalhadores de apoio à agricultura	27.427	28.139	712	162,2
Apontadores e conferentes	27.677	27.677	-	50,9
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	26.395	27.601	1.206	65,0
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	22.874	27.321	4.447	139,0
Professores de nível médio na educação infantil	24.435	27.182	2.747	34,6
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	22.887	25.916	3.029	47,1
Técnicos de controle da produção	25.882	25.892	10	41,6
Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	22.313	25.221	2.908	42,6
Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários	20.422	24.734	4.312	38,2
Gerentes de comercialização, marketing e comunicação	23.079	24.721	1.642	48,2
<i>Rotatividade Média dos demais setores</i>	<i>1.781.012</i>	<i>1.912.855</i>	<i>131.843</i>	<i>54,0</i>
Rotatividade Média	5.273.919	5.720.014	446.095	58,6

Fonte: MTE-RAIS, 2005.

Considerações finais

O desemprego e o subemprego, assim como outras formas precárias de ocupação, são muito frequentes entre os jovens brasileiros, colocando o problema da inserção juvenil no mercado de trabalho como um dos pontos centrais da agenda governamental. Este problema foi objeto da Parte I deste relatório, referente ao Subprojeto 4, que evidenciou a grave situação da população jovem mais pobre, aqueles claramente em situação de vulnerabilidade social.

Por outro lado, tem havido a criação considerável de empregos formais para a população trabalhadora com menos de 30 anos, inclusive entre 18 e 24 anos, ainda que tal expansão não tenha sido suficiente para resolver o excedente de oferta de trabalho jovem, que pressiona o mercado de trabalho nacional. A Parte II deste relatório procurou, então, examinar o tipo de emprego que tem sido gerado atualmente (analisando a distribuição por grandes setores, faixas de rendimento e graus de instrução, assim como apontando o baixo salário médio e a elevada rotatividade). E procurou estudar as famílias ocupacionais mais dinâmicas, seja em termos de saldo líquido de empregos, seja em relação ao primeiro vínculo empregatício formalizado, além de mensurar o potencial de expansão do emprego nessas ocupações em diferentes cenários de crescimento econômico.

Considera-se que o propósito maior deste estudo foi alcançado, pois as informações e análises apresentadas podem subsidiar os formuladores de políticas públicas e contribuir para aperfeiçoar as ações que atualmente estão sendo desenvolvidas no âmbito do Governo Federal. No Anexo, são apresentadas as principais políticas e ações implementadas no âmbito da qualificação profissional e do apoio à juventude, entre 2004 e 2006, em diferentes ministérios, para colocar em evidência a importância do problema na agenda pública, assim como a fragmentação e a dispersão de esforços e recursos – o que talvez possa ser corrigido, em boa medida, com o atual formato do *ProJovem*.

Este estudo não pretendeu esgotar a discussão. Deve-se ressaltar que o problema da inserção ocupacional dos jovens é bastante complexo e não se pode esperar corrigir as desigualdades na distribuição de oportunidades de emprego ou melhorar a qualidade dos empregos criados sem que medidas de longo prazo, que alterem o quadro estrutural em que ocorrem as disputas no mercado de trabalho, sejam democraticamente discutidas e implementadas com determinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. A. e PRONI, M. W. (1996) Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. e MATTOSO, J. E. L. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.

BALTAR, P.; MORETTO, A.; SANTOS, A. e KREIN, J. D. (2006) Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M. W. (orgs.) *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: Unicamp.IE; Brasília: MTE; Unitrabalho.

HENRIQUE, W. (1999) *O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE. (Tese, Doutorado em Economia)

MATTOSO, J. (1999) *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

OIT. (2001) *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho.

POCHMANN, M. (1999) *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto.

POCHMANN, M. (2006) Qualidade das ocupações no Brasil. *Carta Social e do Trabalho* n. 3, Cesit, Instituto de Economia, Unicamp, jan-abr.

PRONI, M. W. e RIBEIRO, T. F. F. (2007) A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. *Carta Social e do Trabalho* n. 6, Cesit, Instituto de Economia, Unicamp, maio-ago.

ANEXO

Programas e Ações do Governo Federal Destinados aos Jovens

Recursos financeiros para programas federais destinados aos jovens (em R\$)

Órgãos	2004	2005	2006	2004-2006	%
MDS	2.005.205.269,00	754.163.073,00	43.151.954,00	2.802.520.296,00	76,06
MEC	189.407.759,00	681.084.808,00	19.607.550,00	890.100.117,00	24,16
SNJ	-	156.191.381	204.554.775	360.746.156,00	9,79
tem	79.445.788	165.231.346	92.342.041	337.019.175,00	9,15
ME	38.350.322	95.038.569	100.749.910	234.138.801,00	6,35
SEDH	3.245.252	3.425.072	3.539.307	10.209.631,00	0,28
MC	1.230.776	1.158.605	0	2.389.381,00	0,06
Subtotal	2.005.205.269	754.163.073	43.151.954	2.802.520.296,00	76,06
DEFESA	267.916.933	385.553.573	228.718.193	882.188.699,00	23,94
TOTAL	2.273.122.202	1.139.716.646	271.870.147	3.684.708.995,00	100,00

Resultados físicos: número de auxílios/capacitações (2004-2006)

Órgãos	2004	2005	2006	2004-2006	%
MDS	170.889	70.258	54.134	295.281	11,4
MEC	0	15.555,00	15.565,00	31.120,00	1,2
SNJ	0	0	116.000	116.000	4,5
tem	149630	93380	11421	254.431	9,9
ME	358.276	601.051	551.639	1.510.966	58,5
SEDH	3.223	173.751	2.696	179.670	7,0
MC	188.586	6.310	0	194.896	7,5
TOTAL	870.604	960.305	751.455	2.582.364	100,00

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA								
				2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude	Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	Jovem Capacitado			70.093.368	15.623.227		0	70.093.368	15.623.227
		Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos em Situação de Vulnerabilidade Social e/ou Risco	Jovem Beneficiado	56.963	55.063.755	112.528	54.470.141	1.320	2.454.050	170.811	111.987.946
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude + Proteção Social Básica	Capacitação de Jovens de 15 a 17 anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	jovem capacitado	56.963	55.063.755	52.962	10.829.747			109.925	65.893.502
		Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	jovem beneficiado	56.963	1.894.077.759		673.239.958	52.814	40.697.904	109.777	2.608.015.621
TOTAL				170.889	2.005.205.269	70.258.858	754.163.073	54.134	43.151.954	70.483.881	2.802.520.296

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	várias ações		189.407.759,00		673.239.958,00				0	862.647.717,00
	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Concessão de Bolsa-Auxílio p/ Pré-Formação Profissional - Escola de Fábrica	Bolsa Concedida			15.555	7.844.850,00	15.565	19.607.550	31.120	27.452.400,00
TOTAL				0	189.407.759,00	15.555,00	681.084.808,00	15.565,00	19.607.550,00	31.120,00	890.100.117,00

PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA								
				2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem	Elevação da Escolaridade de Beneficiários do ProJovem	Jovem Beneficiado					116.000	89.549.879	116.000	89.549.879,00
		Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico para a Escolarização de Jovens	Material Pedagógico Distribuído			0	3.239.649,00		1.328.940	0	4.568.589,00
		Qualificação de Jovens	Jovem Qualificado			0	24.637.432,00		28.675.955	0	53.313.387,00
		Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro aos Beneficiários do ProJovem	Jovem Beneficiado				10.534.452,00		85.000.001	0	95.534.453,00
		Apoio a Aceleração da Aprendizagem de Jovens	Jovem Beneficiado			0	100.000.480,00		0	0	100.000.480,00
		Fornecimento de Lanche aos Jovens do Programa Nacional de Juventude	<i>não se aplica</i>				17.779.368,00		0	0	17.779.368,00
TOTAL				0	0	0	156.191.381	116.000	204.554.775	116.000	360.746.156,00

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA								
				2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Primeiro Emprego	Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Atendidos pelas Linhas da Ação de Qualificação	Auxílio-Financeiro Concedido	33.456	11.261.400,00	27.838	26.607.154,00	10.381	28.535.681	71.675	66.404.235,00
		Estímulo Financeiro a Empregador p/ Geração Primeiro Emprego Destinado a Jovens	Jovem Inserido	2.646	2.257.036,00	3.716	8.785.300,00		4.037.550	6.362	15.079.886,00
		Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho	Jovem Qualificado						59.024.093	0	59.024.093,00

		Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Região Nordeste	Jovem Capacitado	796	793.911	580	787.106,00	800	654.727	2.176	2.235.744,00
		Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Região Sudeste	Jovem Capacitado	1.495	98.780,00	730	99.826,00	240	89.990	2.465	288.596,00
		Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário	Jovem Qualificado	33.456	29.062.118,00	27.838	58.456.880,00			61.294	87.518.998,00
		Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para Empreendedorismo	Jovem Qualificado	21.017	3.008.867,00	1.765	5.575.634,00			22.782	8.584.501,00
	Primeiro Emprego	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Região Nordeste	Jovem Capacitado	796	793.911	580	787.106,00			1.376	1.581.017,00
		Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Região Sudeste	Jovem Capacitado	1.495	98.780,00	730	99.826,00			2.225	198.606,00

		Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho	Jovem Qualificado							0	0,00
		Qualificação de Jovens p/ Serviço Voluntário	Jovem Qualificado	33.456	29.062.118,00	27.838	58.456.880,00			61.294	87.518.998,00
		Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem p/ Empreendedorismo	Jovem Qualificado	21.017	3.008.867,00	1.765	5.575.634,00			22.782	8.584.501,00
TOTAL				149.630	79.445.788	93.380	165.231.346	11.421	92.342.041	254.431	337.019.175,00

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA								
				2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Segundo Tempo	Apoio a Projetos Esportivos Sociais p/ Infância e Adolesc.	Criança / Adolescente Atendido	8.604	2.657.170	0	0	5.640	2.582.203	14.244	5.239.373,00
		Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	Aluno Beneficiado	349.658	33.700.960	601.044	93.181.355	508.000	95.724.463	1.458.702	222.606.778,00
		Promoção de Eventos e Participação de Estudantes em Competições Nacionais e Internacionais de Esporte Educacional	Aluno Beneficiado	14	1.992.192	7	1.857.214	37.999	2.443.244	38.020	6.292.650,00
TOTAL				358.276	38.350.322	601.051	95.038.569	551.639	100.749.910	1.510.966	234.138.801,00

PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
				JUVENTUDE	Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos	Pessoa Atendida	3.223	3.245.252,00	173.751	3.425.072,00
TOTAL				3.223	3.245.252	173.751	3.425.072	2.696	3.539.307	179.670	10.209.631,00

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DA CULTURA DESTINADOS AOS JOVENS

POLÍTICA	PROGRAMA	AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2004		2005		2006		2004-2006	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
JUVENTUDE	Cultura, Educação e Cidadania	Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura	Pessoa Apoiada	188.586	1.230.776	6.310	1.158.605		0	194.896	2.389.381,00
		Escola Aberta à Cultura - Escola Viva	Projeto Apoiado						0	0	0,00
TOTAL				188.586	1.230.776	6.310	1.158.605	0	0	194.896	2.389.381,00